

Guillermo Arturo Medina Frias

2º Ciclo de Estudos em História e Património
Ramo Estudos Regionais e Construção de Memória

Evolução da organização do espaço da ilha de Santo Antão (Cabo Verde) na segunda metade do século XIX.

2013

Orientador: João Carlos Garcia

Coorientador: Baltazar Neves

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Agradecimientos.

Fue un camino bastante divertido, en donde muchísimas personas dieron diversas contribuciones que alimentaron y sostuvieron esta aventura, siendo la lista de personas a agradecer inmensa. Así, en un intento para no dejar a nadie atrás, inicio mi agradecimiento con mi papá y mama, quienes con su ejemplo se han convertido en un pilar en cada una de mis acciones. A mis abuelas y abuelos, que siempre entre recuerdos me han iluminado en cada situación. A Lulú, quien es, como dice la canción “mi amor eterno”, y siempre ha encontrado palabras cariñosas para incentivar cada uno de mis pasos siendo además una inspiración constante; y por supuesto a mi familia que entre risas y chistes siempre serán un buen punto de fuga de la seriedad de la vida.

A mis amigos sólo debo mencionar que los extrañe inmensamente, pero me encontré en Fabiana, Eugenio, Cecilia y demás colegas de la maestría el cariño necesario para sentarse largas jornadas ante hojas en blanco. Igualmente a Milton, Silvia y a Dudu que me brindaron excelentes escapadas obligatorias para deambular por Porto, disfrutando de buenos espectáculos y sobre todo de buenas charlas y risas.

A la FLUP, que fue un espacio increíble para potencializar cada idea, brindando diferentes espacios de discusión y reflexión. Agradezco a cada uno de los profesores (Amélia, María Helena, José y Cristina) quienes dieron un contributo para identificar mis alcances, lo cual 191184reflejando los valores humanos y éticos de esta facultad.

En Santo Antão debo agradecer a Clara y a Helder, quienes trazaron la ruta para que disfrutara esta isla, eso sí en compañía de cada uno de los personajes que fui encontrando como Silvestre y Antonio.

Y finalmente agradezco profundamente a mis orientadores. A Baltazar por su inmediata disponibilidad para esta aventura. Y mi profesor João, un maestro en todos los sentidos de la palabra, quien con una paciencia enorme me mostró el cariño por los mapas, a recorrer los espacios, y a disfrutar una buena compañía.

Y claro, a Paco quien sigue trabajando arduamente en la balsa que nos llevará de vuelta al Mar de Siete Colores...

Foz do Douro/ Santo Antão/ Old Providence, 20...

Índice.

0. INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1. SANTO ANTÃO DE CABO VERDE: DESCRIÇÕES E MAPAS	
1. Problema de investigação.....	13
1.1. Objetivos, variáveis, hipóteses.....	15
1.2. Quadro Metodológico.....	17
2. Marco teórico e Estado da Arte	
2.1. Conceitos centrais.....	20
2.2. Estudos sobre Cabo Verde e Santo Antão.....	23
a) O arquipélago de Cabo Verde.....	24
b) A ilha de Santo Antão.....	27
3. Instrumentos e métodos	
3.1. Pesquisa bibliográfica e consulta de fontes.....	28
a) Intencionalidade das fontes primárias.....	28
b) Fontes secundárias para a crítica de fontes.....	29
3.2. Cartografia temática.....	30
3.3. Visita Santo a Antão.....	31
a) Observação.....	31
b) Entrevistas.....	34
4. Fontes	
4.1. Fontes primárias.....	36
a) Descrições geográficas.....	36
b) Relatório Administrativo.....	39
c) Roteiro Náutico.....	41
d) Fontes Cartográficas.....	43

4.2. Fontes secundarias.....	51
a) Descrições setecentistas e da primeira metade do século XIX.....	51
b) Descrições durante a segunda metade do século XIX.....	53
c) As obras de Senna Barcellos.....	57
d) A visão de Immanuel Friedlaender.....	58

CAPÍTULO 2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM SANTO ANTÃO

1. Espaço físico.....	62
1.1. Localização, extensão e divisão do espaço.....	62
1.2. Relevo, hidrografia e clima.....	66
2. Espaço Administrativo	
2.1. Os Concelhos de Santo Antão.....	75
2.2. As povoações.....	79
2.3. As Instituições.....	82
3. Espaço Demográfico e social.	85
3.1. Evolução da população.....	86
3.2. Características sociais.....	90
4. Espaço Produtivo.....	90
4.1. Agricultura.....	91
4.2. Indústria e comércio.....	94
5. Espaço de circulação.....	97
5.1. Portos.....	98
5.2. Caminhos.....	99
OBSERVAÇÕES FINAIS.....	104
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	108

ANEXOS

0. Introdução

O arquipélago de Cabo Verde foi uma colónia portuguesa entre o séc. XV e o séc. XX. Está localizado no Oceano Atlântico Norte, situando-se entre as latitudes de 14° 23' e 17° 12' Norte, e as longitudes de 41° 25' 22' Oeste. A sua posição geográfica (ver Figura 1.), no extremo sul da Macaronésia¹ “[...] marca a extremidade ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições de aridez e semiaridez” (Amaral, 1991: 1). As suas características climáticas caracterizam-se por “condições térmicas, de temperaturas geralmente elevadas (acima de 21°C – 22°C) em todo o ano” e por duas estações diferenciadas “tempo de brisas” ou estação seca, de Dezembro a Junho, e “tempo das águas”, ou estação das chuvas, de Agosto a Outubro, muito irregular” (Amaral, 1991: 4).

Ao longo da história de Cabo Verde, a confluência destes fatores (a localização geográfica e o condicionamento climático), constitui-se como o principal fator de desenvolvimento, influenciando a forma como se organiza o espaço. Por um lado, a sua localização privilegiou a construção de núcleos urbanos próximos dos portos, principalmente pela importância dos vínculos comerciais no Atlântico, entre a costa ocidental africana e as outras ilhas do arquipélago²; e por outro lado, as condições climáticas marcam os desafios agrícolas e as dinâmicas demográficas, principalmente nos períodos de crise, produto das secas e suas conseqüentes “fomes” e mortalidade em larga escala.

¹ Esta região é composta pelo grupo de arquipélagos do Oceano Atlântico: Açores (Portugal), Madeira (Portugal), Canarias (Espanha) e Cabo Verde.

² As dinâmicas comerciais de Cabo Verde foram influenciadas pela produção local, particularmente a produção agrícola; mas também pelas redes do comércio de escravos, sendo a ilha de Santiago um dos principais centros de intercâmbio. Com respeito à indústria dos panos e ao seu comércio pode-se consultar o texto de António Carreira *Panaria cabo-verdiana-guineense: aspectos históricos e socioeconómicos* (1968). Nesta obra observa-se o relacionamento entre a indústria da panaria e a exploração de anil em Santo Antão, relevante para o séc. XVIII. Para compreender especificamente a importância da escravatura nas instituições e na estrutura social de Cabo Verde, ver os documentos de António Carreira, *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata* (1983). Em outros autores como Cabral (2009), Filho, João Lopes., (1985), António Leão Correia e Silva (1996), o tema da escravidão está mais associado à componente social da posse da terra, especificamente para o caso dos morgadios.

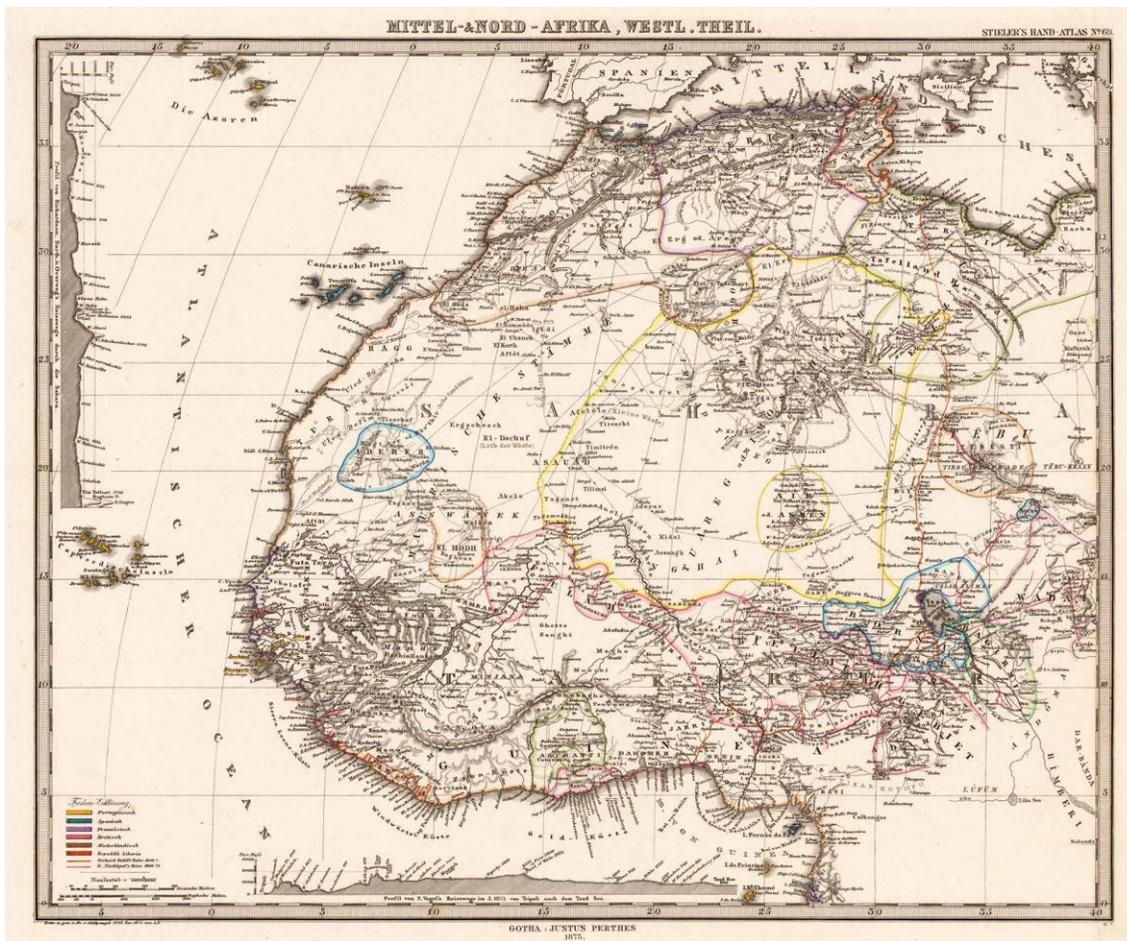


Figura. 1 - Localização do arquipélago de Cabo Verde. Imagem retirada do *Atlas Stieler* de 1875, sendo este mapa desenhado por F. Stülpnagel, na escala de 1: 14.000.000³.

³ O título original deste mapa é *Mittel- & Nord-Afrika, Westl. Theil*, sendo uma folha da 6ª edição do *Atlas de Stieler*, obra difundida ao longo do séc. XIX pela editora de Justus Perthes Gotha. O mapa figura as diferentes colónias europeias no continente africano, sendo interessante a localização das ilhas da região da Macaronésia. A imagem foi obtida de <http://www.bergbook.com/images/27214-01.jpg> (consultada Setembro 10 de 2013).

O arquipélago está dividido em dois conjuntos, as ilhas de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava; e as ilhas de Barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), S. Nicolau, Sal e Boavista (ver Figura 2). Durante o período colonial, a administração deste território foi exercida através de um donatário. O primeiro deles foi o infante D. Fernando irmão de D. Afonso V⁴. O modelo da donataria funcionava “[...] como uma unidade económica e jurídico-administrativa que é alienada do património real e integrada nos bens de um senhor que exerce seu poder sobre a terra e sobre os colonos. [*sendo as capitánias a*] unidade territorial que é suporte da estrutura administrativa, tendo como entidade cúpula o capitão-donatario [*cuja*] autoridade [...] se exercia sobre uma parcela da donatária (limitação territorial), também os poderes que lhes estavam delegados eram restringidos pelo donatário (limitação jurídico-administrativa e fiscal)” (Domingues, 1991: 41 e 47).

Ao longo do séc. XVIII inicia-se o processo de transformação do regime donatário nas ilhas de Barlavento, especificamente em Santo Antão, São Vicente e S. Nicolau, dando passo ao estabelecimento dum modelo municipal. Segundo Lopes (2005) o aumento populacional destas ilhas geraria a necessidade de criar instituições locais devido a que “[...] a existência de um espaço, com um número razoável de habitantes com domicílio permanente, a partir de onde a vida se organiza, exige, num dado momento, instituições e regras próprias elaboradas de acordo com a realidade e com todos os aspetos fundamentais da vida local.” (Lopes, 2005: 57). Como resultado seriam criados os Concelhos de Santo Antão e de S. Nicolau⁵.

⁴ Esta doação, datada de 19 de setembro de 1462, foi feita “[...] como recompensa pelos serviços prestados ao rei e para aumentar a riqueza da sua casa senhorial, em relação directa com a sua dignidade e prestígio social, o infante recebe a posse e propriedade das ilhas com as suas rendas e pertenças, para além do direito de jurisdição sobre os habitantes.” (Domingues, 1991: 41)

⁵ Inicialmente o Concelho de Santo Antão incluía a ilha de São Vicente. Posteriormente, em meados do séc. XX, em consequência do apogeo do Grande Porto do Mindelo e o crescimento desta vila, cria-se uma unidade municipal independente para a ilha de São Vicente. Sobre a criação da estrutura municipal em São Vicente se pode consultar o trabalho de Maria Lopes *Surgimento de Câmaras Municipais nas ilhas do Norte. Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente. Notas para o seu estudo* (2005). Também se pode observar a influencia da navegação na localização das povoações, principalmente no caso de São Vicente, nas obras de António Correia e Silva *Espaços urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades porto* (1998), e *Nos tempos do porto Grande de Mindelo* (2000).

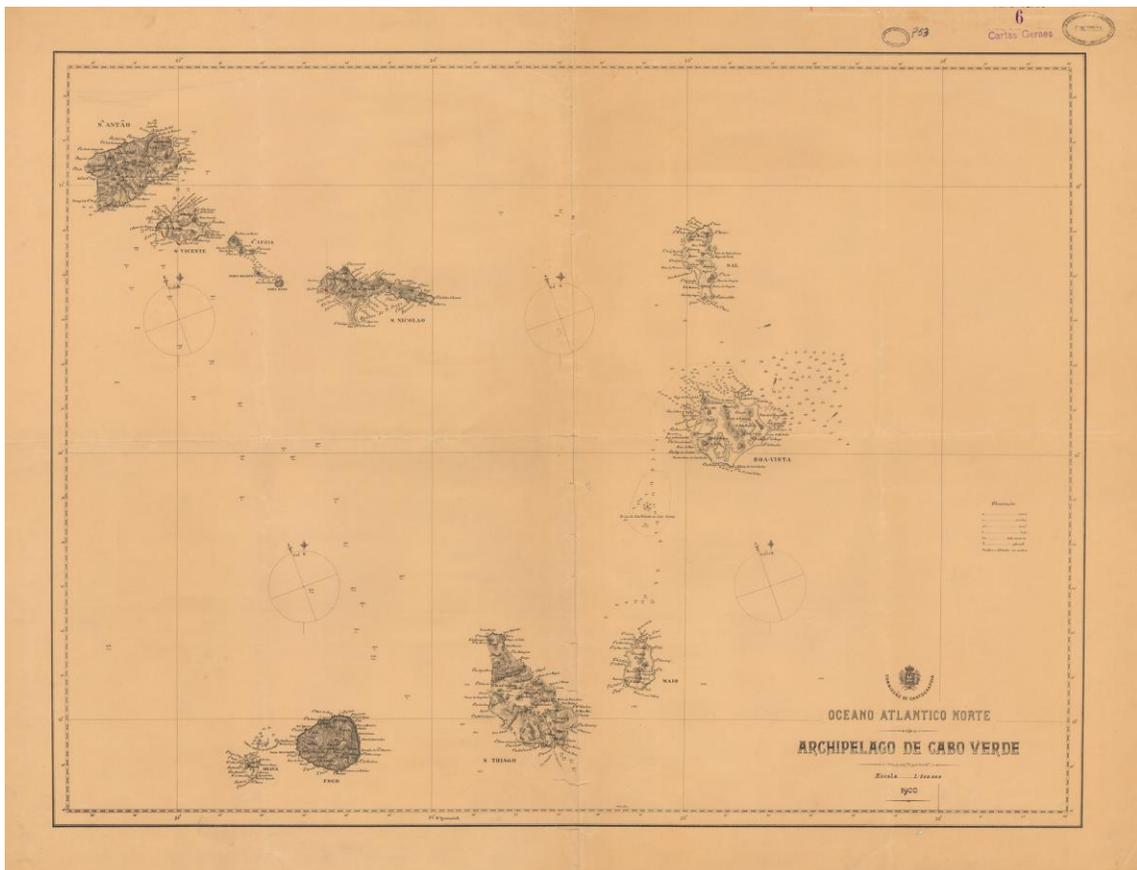


Figura. 2 - Mapa do arquipélago de Cabo Verde, na escala de 1: 500.000, editado pela Comissão de Cartografia, em 1900⁶.

⁶ Este mapa, editado em 1900, figura o arquipélago de Cabo Verde ressaltando a batimetria dos principais portos, como também a composição do relevo das ilhas. É interessante a componente das “Observações” onde se categorizam os elementos relativos à navegação, como os símbolos para os portos e os faróis e outros associados às características de cada ancoradouro. Finalmente, devo sublinhar que neste mapa aparecem muitas menções toponímicas, que no caso de Santo Antão estão mais relacionadas com a rede hidrográfica e os principais núcleos urbanos, enquanto o relevo é representado mas não tem o mesmo nível de detalhe, nem na toponímia nem nas altitudes.

No caso da ilha de Santo Antão a mudança do esquema administrativo impulsionaria o seu desenvolvimento. As condições físicas (montanhas e ribeiras) permitiam-lhe abastecer de produtos agrícolas as outras ilhas do arquipélago e de igual forma explorar produtos estratégicos para a metrópole representando maiores rendimentos económicos⁷. Santo Antão era uma ilha pouco povoada, propícia para o desenvolvimento de uma colonização europeia, já que apresentava boas condições de salubridade graças aos ventos e à temperatura, e por outro lado, também existia maior proximidade dos núcleos urbanos às áreas agrícolas.

Enquanto o território estava em processo de reorganização administrativa, em Lisboa durante a segunda metade do séc. XVIII, iniciava-se um projeto de reconhecimento da história natural das colónias portuguesas, coordenado pelo naturalista Domingos Vandelli, sob os auspícios da Coroa portuguesa. Este projeto, tal como o descreve Moutinho (2011) tinha como finalidade realizar um “inventário, descrição e representação dos produtos naturais das colónias portuguesas”, cujo trabalho seria dividido em três fases: “a preparação (pré-campo), a execução (campo) e a fase de sistematização dos dados no laboratório, museu, até à publicação (pós-campo).” (Moutinho, 2011: 126). Na fase de preparação era comum serem revisados os documentos e os guias elaborados por Vandelli, complementada pela realização de diversas viagens em Portugal. Depois, na fase de campo, realizavam-se de forma independente viagens a distintas colónias, denominadas as “viagens filosóficas”, para finalmente serem publicados os resultados e as observações em diferentes textos editados pela Academia de Ciências de Lisboa⁸.

João da Silva Feijó⁹ foi o encarregado da viagem filosófica a Cabo Verde, cujas observações foram publicadas em dois trabalhos: *Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1797*, e *Memoria sobre a Urzella em Cabo Verde*, ambos publicados em 1815, nas *Memorias Económicas da Real Academia das Sciencias de*

⁷ Durante o século XVIII a urzela será o principal produto exportado, sendo introduzidos nos finais da centúria o café e o cultivo de cereais por parte de imigrantes espanhóis.

⁸ A origem das viagens filosóficas data do projeto de Domingos Vandelli sob proteção régia e principalmente de Martinho de Mello e Castro, ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, entre 1777 e 1795. A finalidade destas viagens seria a “formação do referencial científico e político dos estudantes, assim como averiguação das potencialidades naturais portuguesas e proposição das formas de exploração” (Moutinho, 2011: 127).

⁹ João da Silva Feijó foi um naturalista português, nascido no Rio de Janeiro, em 1760. Foi aluno de Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra, onde estudou Filosofia e Matemáticas. No momento em que Vandelli, com o patrocínio da Coroa, organiza as viagens filosóficas Feijó é escolhido para fazer parte da equipa. A sua viagem pelo arquipélago de Cabo Verde está datada do último quartel do séc. XVIII (aproximadamente entre 1783 e 1797). Os seus trabalhos são inovadores para este território já que constituem os primeiros relatórios “científicos” sobre as ilhas.

Lisboa¹⁰. O modelo descritivo que utiliza Silva Feijó é o mesmo que criara o seu mestre, Domingos Vandelli, uma peça fundamental no processo de recopilação e apresentação da informação nas descrições geográficas do séc. XIX.

Posteriormente, na década de 1830, o 1º Marquês de Sá de Bandeira iniciaria uma nova pesquisa sobre o estado dos territórios ultramarinos. Semelhante ao modelo implementado nas viagens filosóficas, diversos oficiais do Exército Português elaborariam documentos sobre as colónias, sendo recompilados nos *Annaes da Associação Comercial e Colonial de Lisboa*. Entre esses relatórios, encontramos para o caso de Cabo Verde, a descrição geográfica redigida por José Carlos Conrado Chelmicki e Adolfo Varnhagen, editada entre 1840-1842.

De forma paralela, por solicitação da rainha D. Maria II, o oficial do exército Joaquim Lopes de Lima publicaria, em 1844, um inventário geográfico (natural e social), sobre as colónias portuguesas, dedicando o I Livro ao arquipélago de Cabo Verde. Nesta obra, a narrativa centra-se na exaltação das características físicas deste território, principalmente na existência de fontes hídricas permanentes que poderiam consolidar um modelo agrícola exemplar. Os textos procuraram assim fornecer a maior quantidade de informação possível sobre o espaço, mostrando uma ocupação permanente evidenciada nas estruturas institucionais existentes e nas tentativas de desenvolvimento económico.

Desde a obra de Lopes de Lima até finais do séc. XIX surgiriam outras produções geográficas sobre o arquipélago de Cabo Verde, todas elaboradas por autores portugueses ou ao serviço dos interesses da Coroa portuguesa. Sendo as mais divulgadas: *África Occidental. Noticias e Considerações* de Francisco Travassos Valdês, publicada em 1864; e *Madeira, Cabo-Verde e Guiné* de João Augusto Martins, publicada em 1891¹¹.

Já para finais do séc. XIX aparecem os trabalhos de autores cabo-verdianos. O primeiro deles seria *O Roteiro do Archipelago de Cabo Verde* de Christiano José de Senna Barcellos, editado em Lisboa, em 1892. Este texto é um roteiro náutico constituído por uma descrição dos diversos portos das ilhas, e por um mapa de cada

¹⁰ Feijó, João da Silva. (1815). “Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1797” In *Memorias Economicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e em suas Conquistas*, Lisboa: Officina da mesma Academia, pp 172 - 193; Feijó, João da Silva. (1815). “Memoria sobre a Urzella em Cabo Verde” In *Memorias Economicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e em suas Conquistas*, Lisboa: Officina da mesma Academia, pp 145 - 154.

¹¹ Valdês, Francisco Travassos.(1864). *Africa Occidental. Noticias e Considerações* Tomo I, Lisboa: Imprensa Nacional; Martins, João Augusto. (1891). *Madeira, Cabo-Verde e Guiné*, Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

uma delas¹². Para o caso da ilha de Santo Antão, a obra é de grande interesse, já que o mapa correspondente na escala calculada de 1: 108.000, figura uma série de fenómenos omitidos no texto, como as características do relevo, a rede hidrográfica, a divisão administrativa, as povoações e os caminhos.

Uma segunda importante monografia seria publicada em 1898. Trata-se da obra do administrador da ilha de Santo Antão, Carlos Ribeiro Nogueira Ferrão que redige o seu relatório intitulado *Estudos sobre a ilha de Santo Antão*¹³. Este documento é um texto descritivo, onde o autor procura apresentar as condições de vida deste território através das principais características físicas do espaço e da organização social. Se bem que o texto não contenha mapas, a narrativa pode complementar o mapa de Senna Barcellos, permitindo uma leitura textual e visual da ilha de Santo Antão, no final do século XIX.

Após fazer uma leitura destas obras, a primeira conclusão a que podemos chegar é a do diálogo entre espaço e tempo, caracterizado pela relação entre as áreas temáticas de cada um dos documentos e as escalas que trabalham. Tal como menciona Guedes (1997), é visível a influência do trabalho de Silva Feijó na construção das narrativas geográficas posteriores e na forma de se aproximar do seu objeto de estudo. Nessa perspetiva, existe uma base narrativa que procura descrever as condições físicas e humanas para logo abordar temas específicos prioritários ou de maior interesse segundo o contexto de produção de cada uma das obras. É o que podemos observar no Quadro 1, onde relacionamos as diversas áreas temáticas das descrições do séc. XIX.

Com base nestas áreas é possível concluir que a evolução da organização do espaço pode sistematizar-se em cinco dimensões: Espaço Físico, Espaço Administrativo, Espaço Demográfico, Espaço Produtivo e Espaço de Circulação (Quadro 2).

¹² Barcellos, Christianno José de Senna. (1892). *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa: Typografia do Jornal.

¹³ Nogueira Ferrão, Carlos Ribeiro. (1898). *Estudos sobre a ilha de Santo Antão*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Quadro 1. Estrutura temática das descrições segundo os seus autores.			
Chelmicki¹⁴ (Cabo Verde, 1840)	Varnhagen (Cabo Verde, 1840)	Lopes de Lima (Cabo Verde, 1844)	Nogueira Ferrão (Santo Antão, 1892)
Descrição Geral das ilhas	Industria	Geografia	Historia e descoberta da ilha
Localização e extensão	Fabrica de Pannos	Extensão, e divisão do territorio, e população	Orographia da ilha
Relevo	Fabrica de anil	Clima, sólo e produções	Hydrographia da ilha
Donatários	Fabrica de assucar e melaço	Industria fabril, rural e commercial	Centros de população e portos de mar
Portos	Fabrica de aguardente de canna	Legislação e governo	População
Povoações e população	Fabrica de Sal	Força pública	Costumes e religião
Agricultura	Fabrica de cortumes	Religião e regime ecclesiastico	Divisão administrativa (por freguesias)
Solo	Fabrica de azeite	Instrução pública	Rendimentos municipaes e do Estado
	Fabrica de sabão	Rendimento e despeza publica	Agricultura e industria
	Industria em Guiné	Noticia geral do paiz, e de seus Habitantes	Commercio
	Commercio		Clima e salubridade
	Urzella		Instrução
	Estado militar e defensivo		Caminhos
	Estado Ecclesiastico		Gados e Pastos
	Instrução pública		Flora
	Governo - administração		Fauna
	Rendas e despesas		Minas
	Clima		Movimento da administração do concelho e correio
	Habitantes -usos e costumes		Acontecimentos extraordinários
	Produções		

¹⁴ Para a descrição de Chelmicki elaboramos a estrutura temática a partir do texto, já que o autor só apresentou o seu trabalho sob os títulos: “Descrição Geral das ilhas” e a “Agricultura do Arquipélago”.

Quadro 2. Dimensões de análise das fontes.		
Dimensões do espaço	Definição	Indicadores
Espaço Físico	Características físicas que compõem o território, cuja função é situar uma área, delimitá-la e condicioná-la.	Localização e orientação
		Extensão e divisão do espaço
		Topografia e Hidrografia
		Clima
Espaço Administrativo	Conjunto de instituições que delimitam e controlam o poder no espaço.	Divisão administrativa
		Instituições (edifícios públicos, força pública e instrução)
Espaço Demográfico	Evolução e composição da população de Santo Antão.	Distribuição populacional
		Migrações
		Costumes
		Religião
Espaço Produtivo	Dinâmicas económicas em Santo Antão.	Agricultura
		Indústria
		Comércio
Espaço de circulação	As características da rede de portos e caminhos de Santo Antão.	Portos
		Caminhos

Numa leitura atenta e crítica também no damos conta que cada descrição aborda os temas seguindo uma escala determinada. A primeira escala é de tipo insular, enumerando os fenómenos comuns para a ilha como unidade, sem especificar uma área. A segunda é uma escala “sub-regional/local”, aplicável só para o caso do texto de Nogueira Ferrão, associada à divisão administrativa das freguesias. E a última escala é de tipo “urbano”, centrada nos núcleos de povoamento da ilha, concentrando-se principalmente nas povoações de Ponta do Sol, da Ribeira Grande e de Pombas/Paul.

No decurso desta investigação observaremos esse relacionamento, entre escala e áreas temáticas construindo uma forma de organizar e divulgar o espaço de Santo Antão, durante a segunda metade do século XIX.

CAPÍTULO 1. SANTO ANTÃO DE CABO VERDE: DESCRIÇÕES E MAPAS

O desenvolvimento deste trabalho foi orientado em função de uma investigação descritiva e qualitativa, tomando como unidade de análise a organização do espaço da ilha de Santo Antão, ao longo da segunda metade do século XIX. O objetivo é realizar uma interpretação dessa evolução, através de cinco dimensões espaciais, produto de uma análise das fontes primárias: as descrições geográficas e os mapas.

Neste capítulo abordarei as principais questões teóricas e metodológicas, procurando fixar os eixos que constituem esta investigação. São quatro os pontos que tratam os seguintes temas:

- Uma breve apresentação do tema do espaço geográfico e das balizas temporais estabelecidas; o problema de investigação, os objetivos e variáveis de trabalho e as hipóteses. No final é apresentado, como síntese, um quadro metodológico (Quadro 3).
- Marco teórico e Estado da Arte: contextualização da área temática central deste trabalho, a Geografia histórica e a História regional e local, seguida de uma síntese dos principais trabalhos elaborados sobre Cabo Verde e a ilha de Santo Antão.
- Instrumentos e métodos: as principais ferramentas analíticas utilizadas para a procura e sistematização da informação. Partimos de três momentos: a pesquisa bibliográfica, a elaboração da cartografia temática e a visita de trabalho de campo realizados em Santo Antão, em Maio de 2013.
- Fontes: caracterização das diversas fontes utilizadas neste trabalho, divididas entre fontes primárias e fontes secundárias.

1. Problema de investigação

A reconstituição da evolução da organização do espaço da ilha de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX está influenciada pela estrutura temática das descrições geográficas e da cartografia, e pela escala descritiva de cada fenómeno no espaço. Para a construção da estrutura, considere os temas apresentados e desenvolvidos em cada uma das fontes selecionadas, observando a forma como cada autor adaptou e incorporou as suas observações. Embora este modelo transmita uma visão multidimensional desse espaço, o seu problema consiste na forma como cada tema é interpretado e constitui uma representação parcial do espaço, muitas vezes em função de algum interesse específico.

Por sua vez, a escala descritiva constitui um indicador para observar a localização de diversos fenómenos. Dependendo da escala conseguimos tornar visíveis ou fazer

desaparecer as relações num determinado território. Assim a evolução da organização do espaço é determinada pelo aparecimento de novas escalas descritivas que permitem constituir áreas de estudo que não tinham sido consideradas anteriormente.

Tendo em atenção a importância que adquire a estrutura temática e a escala de análise nas descrições e na cartografia, o meu interesse prende-se com o modo como esses fenómenos permitem compreender a organização do espaço, evidenciando uma dinâmica evolutiva ao longo do séc. XIX. Sendo assim, a minha questão de base é: Como evoluiu a organização do espaço da ilha de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX, com base nas descrições geográficas e na cartografia?”

As balizas temporais desta investigação são os anos de 1840 e de 1892, datas em que foram editadas as descrições selecionadas e os outros documentos consultados, sem que isso implique a falta de consulta de fontes com datas anteriores ou posteriores. O período foi escolhido atendendo a que o momento inicial representa um ponto de viragem na política colonial portuguesa em relação ao continente africano, no qual diversos trabalhos exploratórios são realizados a partir da metrópole¹⁵; enquanto que na última década de Oitocentos, os estudos são já elaborados a partir da colónia.

No que respeita às alterações na política colonial portuguesa, podemos lembrar que estas se baseavam num processo de reorganização administrativa e económica como consequência da independência do Brasil, em 1822. Esta nova realidade tornou necessária a procura de novas fontes de rendimento económico que permitissem a Portugal consolidar um modelo colonial. Observamos também neste período o desenvolvimento das viagens de exploração, nas quais a Geografia consolida um discurso imperialista para justificar o controle de diversas áreas nos territórios ultramarinos.

Quanto ao ano de 1892, ele serve como referência por ser o momento em que são publicados importantes estudos elaborados a partir de Cabo Verde. Estes aspetos são complementados pelos diversos acontecimentos na política local, como a extinção do Concelho de Paul e as revoltas populares na sede deste concelho, a

¹⁵ Tal como o menciona Lucas (1993), “[...] durante as primeiras décadas do séc. XIX existia um elevado grau de abandono das colónias portuguesas por parte da administração central. Nesta medida, a vitória liberal e seu projeto de reorganização do império colonial promoveria a criação dum aparato administrativo que lhe permitiria explorar mais eficientemente os seus territórios ultramarinos.” Nessa medida, o plano inicial estava baseado na “[...] ideia do relançamento de um novo projeto ultramarino [e da] a possibilidade de criar mercados para a produção metropolitana” (Lucas, 1993: 294).

pressão do *Ultimatum* britânico, e o aparecimento duma elite local reivindicadora e motivada pelo “nativismo”¹⁶.

Este é também o momento em que as colónias refletem as dinâmicas das políticas da metrópole, principalmente os conflitos político-ideológicos, como a disputa entre monárquicos e republicanos, em finais do século XIX. Essa disputa daria força à imergência do movimento nativista. É neste ponto que se radica a pertinência deste estudo, na medida que as descrições geográficas são um instrumento para compreender a forma como o espaço consegue comunicar diversas dinâmicas sociais.

1.1. Objetivos, variáveis, hipóteses.

O objetivo principal desta investigação é caracterizar a evolução da organização espacial de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX através das descrições geográficas e da produção cartográfica portuguesa, como já referimos. A sua concretização será realizada através dos seguintes objetivos específicos:

- Reconstituir a evolução a organização do espaço de Santo Antão através de cinco dimensões espaciais: física, administrativa, demográfica, produtiva e de circulação.
- Descrever a forma como a escala descritiva influencia a referida reconstituição da organização espacial de Santo Antão.

A variável dependente é a organização do espaço, entendida como o conjunto de características físicas e humanas dum território em função dum interesse específico. No caso das descrições e da cartografia converte-se na forma de comunicar um fenómeno particular, o qual delimita o espaço observado com o espaço interpretado, sempre dependendo dum contexto particular. Esta variável será explicada através de cinco variáveis independentes que constituem o que denomino como as dimensões do espaço, e uma sexta variável que é a escala descritiva.

Finalmente, duas hipóteses explicativas:

- A evolução da organização do espaço em Santo Antão é influenciada pela necessidade de explorar economicamente os territórios coloniais. Nesta

¹⁶ O “nativismo” em Cabo Verde, durante o final do séc. XIX, seria um proceso de autoreconhecimento da identidade regional. Está fundamentado na forma como se interpreta a identidade cabo-verdiana. Diversos autores como Lopes Filho, (1985) e Manuel Brito-Semedo (2006) interpretam a ideia do nativismo como um discurso político enquadrado na particularidade sociocultural da mestiçagem.

medida, a estrutura das descrições privilegia uma visão económica e comercial, onde os componentes do espaço se explicitam em função do desenvolvimento insular e do fornecimento de maiores rendimentos à metrópole.

- A escala descritiva converte-se na principal característica para distinguir o processo evolutivo da organização do espaço. Passando duma escala menor, geralmente associada à ilha como conjunto, a uma escala maior, escala local/urbana, conseguimos observar o aparecimento de certas características focalizadas em diversas áreas. Não obstante, o Nordeste da ilha marcado pelos centros administrativos históricos, prevalece como epicentro informativo e descritivo, enquanto as áreas mais isoladas conservam as características descritivas de fenómenos de conjunto.

1.2. Quadro metodológico

Quadro 3. Esquema metodológico	
Problema de Investigação	A evolução da organização do espaço de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX, através das descrições geográficas e da cartografia. Responde à confluência entre a estrutura temática e a escala descritiva.
Questão Principal	Como evolui a organização do espaço da ilha de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX através das descrições geográficas e da cartografia?
Hipótese 1.	A evolução da organização do espaço em Santo Antão foi influenciada pela necessidade de explorar economicamente os territórios coloniais. Nesta medida, a estrutura das descrições privilegia uma visão económica e comercial, onde os componentes do espaço se encontram em função do desenvolvimento insular e do fornecimento maiores rendimentos à metrópole.
Hipótese 2.	A escala descritiva converte-se na principal característica para distinguir o processo evolutivo da organização do espaço. Passando duma escala menor, geralmente associada à ilha, como conjunto espacial, até uma escala maior -local/urbana-, conseguimos observar o aparecimento de certas características focalizadas em diversas áreas. Não obstante, a parte N.E. de Santo Antão marcada pelos centros administrativos históricos prevalece como epicentro informativo e descritivo, enquanto as áreas mais isoladas conservam as características descritivas de fenómenos de conjunto.
Objetivo Geral	Caracterizar a evolução da organização espacial de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX, através das descrições geográficas e a produção cartográfica portuguesa.
Objetivo Específico 1.	Reconstituir a evolução a organização do espaço de Santo Antão através de 5 dimensões espaciais: física, administrativa, demográfica, produtiva e de circulação.
Objetivo Específico 2.	Analisar a forma como a escala da descrição influencia a explicação da organização espacial da ilha de Santo Antão, durante a segunda metade do século XIX.

Variável Dependente Organização do Espaço	1.	<p>Definição. A organização do espaço estrutura-se em torno de um conjunto de características físicas e humanas dum território, em função de determinados objetivos. Nas descrições e na cartografia converte-se na forma de comunicar um fenómeno particular, o qual delimita o espaço observado com o espaço interpretado, sempre dependendo dum contexto particular.</p>
Variável Independente Espaço Físico	1.	<p>Definição O espaço físico é o conjunto de características físicas/naturais dum território. Ao longo das descrições, as condições físicas são utilizadas para criar um discurso focalizado na localização e delimitação de cada área, convertendo-se em referências espaciais. De igual forma, servem como indicadores do nível de conhecimento de cada espaço, principalmente como inventários para exaltar as condições de exploração económica.</p> <p>Indicadores O conjunto de indicadores do espaço físico está concentrado na composição dos topónimos do relevo e dos cursos de água, complementado pela informação sobre a direção do vento.</p>
Variável Independente Espaço Administrativo	2.	<p>Definição O espaço administrativo é a forma como se organiza a distribuição do poder político no conjunto da ilha.</p> <p>Indicadores Os indicadores que utilizamos são a divisão administrativa, e o conjunto de Instituições (edifícios públicos, força pública, e instrução) que foram construídos neste espaço.</p>
Variável Independente Espaço Demográfico	3.	<p>Definição Evolução da estrutura populacional de Santo Antão, e o conjunto de práticas socioculturais no espaço.</p> <p>Indicadores Os seus indicadores são a evolução e a distribuição populacional em cada área, e os tipos de povoamento, a influência das migrações de estrangeiros e de autóctones e, finalmente, a série de apontamentos relacionados com os principais hábitos e costumes.</p>
Variável Independente Espaço Produtivo	4.	<p>Definição O espaço produtivo está delimitado pelo conjunto de atividades económicas e comerciais desenvolvidas no território insular, centradas na agricultura, industria e comércio.</p>

	<p>Indicadores</p> <p>Os indicadores desta variável estão concentrados na produção agrícola, nas diferentes indústrias existentes, e na distribuição das unidades comerciais, em 1892, segundo a sua tipologia (descrita por Nogueira Ferrão).</p>
<p>Variável Independente 5. Espaço de circulação</p>	<p>Definição</p> <p>São as principais condições de mobilidade no interior e exterior de Santo Antão.</p>
	<p>Indicadores</p> <p>Portos Caminhos.</p>
<p>Variável Independente 6. Escala descritiva</p>	<p>Definição</p> <p>A escala pode ser entendida como a proporção entre a representação virtual dum objeto e o tamanho real desse objeto. No caso das descrições consiste no nível de detalhe existente por cada área da ilha dividindo-se em três: insular, sub-regional/local e urbana.</p>
	<p>Indicadores</p> <p>Escala Insular: Santo Antão como conjunto Escala sub-regional/local: unidades espaciais de Santo Antão coincidentes ou não com a divisão administrativa da ilha. Escala urbana: correspondente às povoações da ilha, centradas na Ponta do Sol, Ribeira Grande e Pombas/Paul.</p>

2. Marco teórico e Estado da Arte

O enquadramento teórico desta investigação está centrado na área da Geografia histórica e da História regional e local. Neste cruzamento de saberes encontramos como objeto de estudo estruturante o espaço no tempo, o que nos permite encontrar as continuidades e as transformações na forma de organizar e de projetar um determinado território. É o que entendemos por evolução da organização espacial. Noutras palavras, a evolução da organização do espaço observa-se através das mudanças e das continuidades que se dão nas diferentes dimensões do espaço.

Assim, este ponto procura abordar, numa primeira parte, os principais conceitos e correntes da Geografia histórica, mostrando a sua relevância para esta investigação; e numa segunda parte, uma síntese dos trabalhos cujo objeto de estudo é o arquipélago de Cabo Verde, em geral, e a ilha de Santo Antão, em particular.

2.1. Conceitos centrais

Esta investigação utiliza quatro conceitos centrais que permitem uma leitura da organização do espaço. No quadro da Geografia histórica os conceitos são: *spatialité*, *territoriality*, desconstrucionismo e paisagem.

A abordagem conceptual da organização do espaço de Santo Antão está centrada na definição da Geografia histórica. Segundo Butlin, esta procura fazer “reconstructions of changes in geographical spaces and places in the past” (Butlin, 2009:2). A partir deste autor, que é um dos expoentes da escola da Geografia histórica britânica (Escola de Cambridge)¹⁷, pode operacionalizar-se mediante “[...] identifying and understanding aspects of past life and environments. These include the character and construction of places, spaces and landscapes, the dynamics of human and environmental change, the appropriation and management of resources, geopolitical issues and conflicts including the determination of boundaries, the dissemination of cultural and belief systems, the varied roles of maps and mapping (as records, and tools of power), the nature of human

¹⁷ Ao longo do séc. XX o objeto e a metodologia de estudo da Geografia histórica adquiriu diversos caminhos, especializando-se em certos temas ou discursos, dependendo do local onde se realizaram as investigações. Como resultado podemos ver a existência de diferentes enfoques, entre os quais ressalta a Escola de Cambridge, a Escola Francesa, a Escola Alemã, e nos Estados Unidos, as Escolas de Berkeley e de Brown. Sobre a evolução destas correntes podemos consultar os artigos de: Philippe Boulanger para o pensamento francês, *La renaissance de la géographie historique en France depuis les années 1990*. (2012), e de Marie Saudan *Geographie historique. Histoire d'une discipline controversée ou repères historiographiques*; Shawn Van Ausdal para as escolas norteamericanas com seu texto *Medio siglo de geografía histórica en Norteamérica* (2006), e Ute Wardenga com referência aos estudos alemães, com o artigo *German geographical thought and the development of länderkunde* (2006).

settlements, gender and postcolonial perspectives, economic and trading links, modernity, cultures of exploration and “discovery”, the creation and development of geographical knowledge, and the roles of institutions and individuals in shaping the experiences of particular peoples and places. “ (Butlin, 2009: 3).

A definição de Butlin complementa a visão de Paul Claval na sua obra *Géographie humaine et économique* (Paris, 1984)¹⁸. Para Claval, a Geografia histórica “[...] étudie les différentes formes de peuplement et d’occupation de l’espace et leur évolution chronologique, elle analyse la manière dont les forces sociales organisent cet espace et s’y manifestent sur l’environnement préexistant : son véritable but est ainsi de reconstituer les états anciens de cette occupation, de l’environnement, et de déterminer les facteurs de stabilité et de changement de cette organisation. “ (Claval *apud*, Saudan, 2001: 2).

As definições de Claval e Butlin esclarecem que para reconstruir as modificações nos espaços geográficos do passado é necessário entender as dinâmicas de estabilidade e mudança nos processos de povoamento e ocupação do espaço. Neste sentido, é primordial estudar a organização específica que adquirem os processos de povoamento no quadro de um território (Claval). Seguindo Butlin, para realizar este objetivo é necessário identificar e compreender os aspetos do passado. Entre os aspetos do passado que procuro fixar ao longo do meu trabalho encontram-se a construção de espaços e paisagens, as dinâmicas das alterações ambientais, a apropriação e administração dos recursos, os conflitos geopolíticos, o papel dos mapas como instrumentos de poder, a natureza dos núcleos de povoamento, os vínculos económicos e comerciais, e o papel dos indivíduos e das instituições na organização do espaço.

Como já referimos, esta investigação examina parte destes aspetos através das seguintes dimensões do espaço: física, administrativa, demográfica, produtiva e de circulação. Essas dimensões foram definidas considerando o conteúdo das descrições (ver Quadro 2).

Um primeiro conceito central neste estudo é o de *spatialité* definida como “[...] l’ensemble des pratiques et des représentations mobilisées par les acteurs sociaux quand ils agissent dans l’espace (se déplacer, habiter, organiser et hiérarchiser le territoire pour le gouverner, organiser des relations de voisinage, tracer des frontières et des limites, etc).” (Blais et al., 2011: 8). Este conceito resulta de grande utilidade para esta análise porque mostra que existem diferentes *spatialités* num mesmo espaço. Noutras palavras, o conceito revela que existem diferentes conjuntos de práticas e representações sobre o espaço, assim como distintas

¹⁸ Claval, Paul. (1984). *Géographie humaine et économique contemporaine*, Paris: 1984.

formas de apropriação do mesmo. Por um lado, este conceito coincide com a ideia que dependendo da escala se podem observar e tornar visíveis diversos de níveis de *spatialité*. Por outro, o conceito de *spatialité* também evidencia que toda observação é suscetível duma interpretação por parte do observador, seja quem descreve ou quem estuda a descrição.

Quanto ao segundo conceito, o de *territoriality*, utilizámo-lo para inferir o poder implícito na caracterização dum espaço. Isto significa que as descrições e a cartografia não obedecem só a um tipo de discurso, também são reflexo duma construção narrativa que procura expandir o controle, neste caso, a forma pela qual a metrópole conseguiu transferir o controle sobre a sua colónia. Assim, a definição de *territoriality* de Sacks como “[...] an attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area” (Sacks, 1986: 19), permite contextualizar cada fonte e a sua estrutura como uma construção temporal baseada na ideia de exatidão, que possibilita que a metrópole identifique especificamente os elementos a controlar.

O terceiro conceito chave que devemos considerar está relacionado com a ideia de “desconstrução”, como método da análise discursiva. Este conceito é relevante, principalmente na interpretação pós-moderna da Cartografia, porque relativiza a ideia de representação procurando mostrar que a ideia de exatidão é dependente da leitura e do contexto em que se produz cada texto ou mapa. Assim, Silverman sustenta que: “Deconstruction is the reading of texts in terms of their marks, traces, or indecible features, in terms of their margins, limits or frameworks, and in terms of their self-circumscriptions or self-delimitations as texts. But what does this mean? It means that deconstruction is concerned with offering an account of what is going on in a text –not by seeking out its meaning, or its component parts, or its systematic implications –but rather by marking of its relations to other texts, its contexts, its sub-texts. It means that deconstruction accounts for how a text’s explicit formulations undermine its implicit or non-explicit aspects. It brings out what the text excludes by showing what it includes. It highlights what remains indecible and what operates as indecible in the text itself.” (Silverman, 1989: 4). Sob esta perspetiva, encontrar as relações entre o conteúdo e o contexto resulta mais relevante para interpretar um fenómeno que concentrar-se só na sua estrutura e constituição. Por isso o trabalho explora a relação entre texto e contexto.

Um quarto aspeto que devemos considerar é a construção da “paisagem” como conceito problemático para delimitar o espaço. Assim Besse identifica duas correntes para a definir. Desde “[...] la géographie humaine s’est appuyée sur une

conception du paysage qui faisait de celui-ci une réalité territoriale, et surtout le considérait comme une expression visible des sociétés qui contribuent à le fabriquer. Cette manière de penser rejoignait les définitions classiques qui présentaient le paysage comme la partie du territoire offerte à la vue d'un spectateur, généralement placé sur une hauteur." (Besse, 2010: 9). A versão clássica mencionada anteriormente, evidencia a paisagem como uma produção ideológica caracterizada pela forma como a sociedade se pensa e se organiza. Numa crítica a essa visão clássica da paisagem, James e Nancy Duncan (citados por Besse, 2010) sustentam que: "Le paysage, plus exactement le paysage classique, aurait été dessiné et construit comme une relation imaginaire à la nature, grâce à laquelle l'aristocratie et la bourgeoisie ont pu se représenter elles-mêmes et leur rôle dans la société. Cette perception paysagère du monde aurait, en fait, accompagné l'apparition et le développement du capitalisme européen, c'est-à-dire la transformation du territoire tout à la fois en marchandise et en spectacle à contempler visuellement de l'extérieur" (Besse, 2010: 10).

A versão desconstrucionista da corrente de Cosgrove, a qual pertencem James e Nancy Duncan¹⁹, define paisagem como "[...] l'idée selon laquelle le paysage devait être compris non plus comme une réalité objective, mais avant tout comme une manière de voir et de représenter le monde environnant, et parfois comme une image projetée sur le monde. Le paysage, ou plus exactement le regard paysager, correspondraient, s'accorde-t-on à dire désormais, au déploiement et à la projection sur le monde extérieur d'une grille mentale ou d'un code culturel"(apud Besse, 2010: 9). Esta definição de paisagem é relevante na medida que permite observar a paisagem como uma construção mental e cultural que se projeta sobre o mundo, razão pela qual se explica que não existe uma paisagem objetiva, mas diversas interpretações por parte de quem observa e constrói a paisagem. Assim existem múltiplas paisagens dependentes de quem observa²⁰.

2.2. Estudos sobre Cabo Verde e Santo Antão

O Estado da Arte em torno do tema deste trabalho reparte-se por dois tipos de estudos em função da escala da análise. Aqueles cuja abordagem é a Província de Cabo Verde, no seu conjunto e os que examinam de forma individualizada algumas ilhas deste arquipélago particularmente as ilhas de Santiago e de S. Vicente.

¹⁹ Como complemento a esta perspetiva, ver o livro de Alan Baker. *Ideology and landscape in historical perspective* (1992), que relativiza a leitura histórica do espaço como representação da cultura e do poder num contexto determinado.

²⁰ Para o caso da Cartografia, a corrente desconstrucionista influencia a leitura destes documentos. J. B. Harvey no seu artigo *Deconstructing the map* (1989) observa a influência das teorias sociais na interpretação das fontes cartográficas. Desde a sua perspetiva, a teoria social influencia a leitura dos mapas como um produto cultural, que representa os interesses ou poderes dum contexto determinado e de um espaço determinado.

Daremos uma atenção especial aqueles que estudam a ilha de Santo Antão, especificamente.

a) O arquipélago de Cabo Verde

Os estudos consultados sobre Cabo Verde (como conjunto) dividem-se em função da origem de produção (Portugal e Cabo Verde) e da formação de cada autor (produzidos por instituições estatais ou estudos científicos).

Na primeira categoria estão os artigos publicados no *Boletim da Agência Geral das Colónias* durante a primeira metade do século XX. Esses artigos caracterizam-se por serem no seu conjunto um instrumento propagandístico do Poder Central colonial, que procurava promover a unidade territorial das colónias ultramarinas através duma restauração do Império Português²¹. Nesse processo aparecem diversas monografias sobre Cabo Verde, cujos temas centrais eram a construção das infraestruturas de transporte, o desenvolvimento económico, e algumas notícias sobre as dinâmicas socioculturais²². O período com maior produção terá ocorrido entre o preâmbulo da I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, de 1934, e a Exposição do Mundo Português, em Lisboa, em 1940, eventos propagandísticos de grande escala, promovidos pelo Estado Novo²³.

O segundo conjunto de trabalhos publicados por parte das organizações do Estado Português seriam os estudos regionais elaborados pela Junta de Investigações do Ultramar (J.I.U.) entidade herdeira da Comissão de Cartografia (extinta em 1936).

²¹ Entre 1930 e 1974 vigorou em Portugal um sistema ditatorial denominado Estado Novo. Durante este período, uma das grandes premissas e intenções do regime era a restauração da grandeza imperial, na qual o discurso propagandístico foi um dos eixos para divulgar a missão civilizadora do País e os seus benefícios nas colónias.

²² A dissertação de José Luís Lima Garcia intitulada *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar: 1924-1974*, realiza uma análise sobre o papel das colónias na produção documental da Agência Geral das Colónias. Nela se prova a existência de um marcado interesse, neste período, pelas atividades portuguesas nos territórios ultramarinos como um mecanismo de apropriação do espaço, e constituindo uma política de divulgação das capacidades civilizadoras da metrópole sobre as colónias.

²³ A realização destes eventos obedece inicialmente à concorrência colonial europeia. A I Exposição Colonial Portuguesa seria a resposta do Estado Novo à Exposição Colonial de Paris, de 1931, na qual se procurou apresentar o exotocismo das colónias em contraste com o desenvolvimento do “mundo civilizado”. Em contrapartida, a Exposição do Mundo Português (1940) seria o evento da reconstrução imperial, caracterizado pela divulgação do imaginário identitário ao redor da ideia da reconstrução do império português. O papel das colónias seria fundamental, pela sua capacidade de demonstrar a convivência entre o colono e o colonizador. Com referência ao vínculo entre identidade e propaganda durante este período se ver o texto de Luís Cunha, *A nação nas malhas da sua identidade: o Estado Novo e a sua construção da identidade nacional* (2001); ou especificamente para o caso das exposições, os artigos de Nádia Vargaftig, *Les expositions coloniales sous Salazar et Mussolini (1930-1940)* de 2010; e de David Corkill e José Carlos Pina Almeida, *Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940* (2009).

Ao contrário do exposto nos artigos do *Boletim* da Agência Geral das Colónias, o interesse desta organização era construir um conhecimento científico detalhado que permitisse o desenvolvimento e aproveitamento dos territórios ultramarinos. Por um lado, as suas publicações estão concentradas nas principais características económicas dos espaços; e, por outro lado, constituem-se como trabalhos geográficos sobre cada território. Neste quadro encontramos o trabalho de Silva Teixeira, *A agricultura do arquipélago de Cabo Verde : cartas agrícolas. Problemas agrários* (1958), que constitui uma caracterização das dinâmicas agrícolas no arquipélago. Um dos principais interesses desta obra para nós é a existência duma “carta agrícola” para cada uma das ilhas, que complementa o texto mediante a identificação das áreas produtivas, relacionando os tipos de solo e as culturas potenciais.

Na área da História local, encontramos como obra de referência a *História Geral de Cabo Verde* editada em três volumes (1991, 1995 e 2000), e coordenada por Maria Emília Madeira Santos e Luís de Albuquerque. Este trabalho é uma abordagem sistémica da história das ilhas desde o séc. XV até ao séc. XVIII, sendo o terceiro volume de maior relevância para este estudo. Nele, o capítulo de Ilídio Baleno sobre a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, e o capítulo de Iva Maria Cabral sobre a emergência das elites locais, servem como referência para compreender a situação social no território nos finais do século XVIII.

Neste mesma área temática contamos com o artigo de Inês Amorim, *Las Islas de Cabo Verde en la ruta de la sal. La construcción de un complejo económico de época moderna* (2004). Neste texto a autora relaciona a exploração dum produto estratégico no arquipélago, mostrando diversos vínculos entre o mundo metropolitano e colonial.

Os trabalhos sobre o arquipélago como conjunto elaborados por autores cabo-verdianos, caracterizam-se por explorar as áreas da História da escravatura, da Demografia histórica e da História económica. Neste conjunto identificamos dois autores chave. Um é João Lopes Filho, que concentra os seus trabalhos na caracterização sociocultural, examinando o tema da identidade e da “crioulidade” desde as práticas aos hábitos²⁴. O outro é António Carreira, o principal referente da História económica e social cabo-verdiana²⁵.

²⁴ Os trabalhos de Lopes Filho focalizam-se na reconstrução da cultura popular cabo-verdiana, procurando estabelecer os seus vínculos com a construção da identidade. Entre os temas que estudam o arquipélago como conjunto encontramos uma particular atenção na identificação do património construído e das tradições orais. Existe também um interesse de Lopes Filho em estabelecer as particularidades de cada ilha através do relacionamento entre hábitos e costumes locais com a ideia de insularidade. Finalmente devemos mencionar que este autor também desenvolveu uma monografia sobre a ilha de São Nicolau: *Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde. Formação*

Em contraste com os trabalhos destes autores, as dissertações de Mestrado em Estudos Africanos das Universidades de Lisboa e do Porto abordam o tema cabo-verdiano desde a História das mentalidades, fundamentalmente nos processos de reconstrução e representação da identidade. Entre elas encontramos a tese de Varela (2010) que realiza uma investigação sobre os mecanismos de auto-representação dos cabo-verdianos para finais do séc. XIX; e um trabalho sobre as descrições geográficas desde Silva Feijó até Lopes de Lima, realizado por Veiga dos Santos (2011), cujo tema central é a reconstrução da identidade e do imaginário de Cabo Verde através das observações dos estrangeiros.

Uma última categoria de estudos sobre o arquipélago como conjunto está associada aos trabalhos referentes à cartografia histórica cabo-verdiana. Nesta área encontramos, por um lado, o artigo de Dias, *Marcas portuguesas na moderna cartografia cabo-verdiana* (1999) onde se expressa a influência da Comissão de Cartografia na produção cartográfica deste território. Por outro lado, contamos com o *Álbum Cartográfico de Cabo Verde*, trabalho coordenado Santos e Garcia, publicado em 2010. Neste observa-se uma abordagem crítica aos trabalhos da Comissão de Cartografia, procurando apresentar a evolução das cartas e das gravuras. O que se infere com estes documentos é a forma como a Cartografia consegue ser um discurso de poder, mostrando como o espaço representado responde a um interesse específico dum contexto determinado.

Embora, esses trabalhos nos transmitam diversos contributos para a compreensão das principais características do espaço, o seu principal problema metodológico consiste numa excessiva generalização dos fenómenos analisados face à escala a que pretendemos trabalhar. Isto significa que, supostamente, os fenómenos são idênticos em todas as ilhas, sem abordar criticamente as particularidades para cada uma delas. Em muitos casos observa-se que o fenómeno estudado é abordado a partir das dinâmicas da ilha de Santiago deixando de lado as particularidades das outras ilhas do arquipélago.

O segundo conjunto de estudos analisados, que aborda individualmente cada ilha com exceção de Santo Antão, é composto pelos trabalhos de Geografia regional da J.I.U., sendo o mais representativo da autoria de Ilídio do Amaral sobre a ilha de Santiago: *Santiago de Cabo Verde : a terra e os homens*, publicado em 1964. Neste

da sociedade e mudança cultural, na qual procura estabelecer os vínculos históricos e a composição cultural na sociedade desta ilha num contexto pós-independência

²⁵ Os trabalho de Carreira são altamente influentes nos estudos de História económica e demográfica de Cabo Verde. Embora o autor estabeleça como epicentro das suas análises a ilha de Santiago, relaciona continuamente elementos comuns da estrutura económica (principalmente a posse da terra) para o arquipélago. Este autor destaca-se ainda por realizar um trabalho de arquivo, que permite correlacionar suas afirmações com as diversas fontes existentes tanto no Arquivo Nacional de Cabo Verde como no Arquivo Nacional Português (Torre do Tombo).

obra, Amaral através duma caracterização geográfica reconstrui a influência mútua entre o espaço físico e o espaço humano, produzindo uma narrativa sobre a forma como se desenvolve um território colonial português ao longo do tempo.

Entre as teses consultadas, devemos mencionar o trabalho de Mendes (2003) no qual a autora nos oferece uma abordagem sobre morte na ilha de Santiago (permitindo ver as dinâmicas culturais), e o trabalho de Ramos (2009), onde o tema da identidade cabo-verdiana é debatido. Finalmente o trabalho de Mello (2010) é um estudo relevante para compreender a construção linguística e a identidade na cidade de Mindelo (ilha de S. Vicente).

b) A ilha de Santo Antão

Finalmente, para o último conjunto de estudos relacionados com Santo Antão, encontramos vários autores que abordam especificamente a história da ilha. O primeiro é Agostinho Rocha com seu trabalho *Subsídios para a História de Santo Antão* (1990). Trata-se duma introdução à história da ilha desde 1462 até 1983. A riqueza desta obra consiste na capacidade do autor de vincular a história da ilha com a construção das tradições e hábitos de seus habitantes, realizando um dialogo entre a cronologia de diversos eventos e seu impacto na história local através da tradição oral.

Por seu lado, José Manuel Silva Pires Ferreira estuda profundamente a conjuntura do Concelho de Paul e o seu relacionamento com as dinâmicas político-ideológicas em Santo Antão, nos finais do século XIX. Os seus dois trabalhos *Geração Dourada* (1999) e *As revoltas de Paul* (2011) retratam as revoltas populares de 1886 e de 1894, nesta povoação, caracterizando os protestos e as repercussões na vida política da época.

Na linha da História da administração, destacam-se os trabalhos de Maria Lopes (1997) e Silva Évora (2005), sendo o trabalho de Lopes uma história cronológica sobre a implementação da estrutura do poder municipal, enquanto Silva Évora procura abordar as revoltas de 1894, duma forma crítica, mostrando o seu impacto desde as estruturas sociais existentes, principalmente o processo ocorrido e o conflito entre as elites de Santo Antão.

Finalmente, devo mencionar que durante minha pesquisa bibliográfica não encontrei dissertações defendidas fora de Cabo Verde que abordassem o estudo da ilha. O universo disponível inclui as teses cabo-verdianas realizadas no antigo Instituto Superior de Educação de Cabo Verde (hoje Universidade de Cabo Verde). Aqui encontrei uma série de trabalhos focalizados em Santo Antão que abraçam as

áreas temáticas da cultura popular (Monteiro da Graça, 2005), as secas e as fomes (Brito Andrade, 2005), e a estrutura municipal (Costa Dias, 2006; Nobre Rodrigues, 2006).

3. Instrumentos e métodos

O processo de procura, sistematização e análise da informação neste trabalho repartiu-se por três fases. A primeira, concentrada na pesquisa bibliográfica partiu da seleção de textos relacionados com Geografia histórica, a Geohistória, e estudos regionais sobre o arquipélago de Cabo Verde com o fim de contextualizar tanto o objeto de estudo como as diversas formas em que o tema é abordado.

A segunda fase foi a realização de diversos mapas temáticos, a partir de diversa cartografia de base que permitiu estabelecer as representações do espaço num tempo determinado, bem como localizar cada fenómeno.

A terceira foi a realização duma visita de campo à ilha de Santo Antão, em Maio de 2013. O objetivo desta visita foi observar diretamente as atuais paisagens e características da ilha e realizar diversas entrevistas para compreender as distintas leituras existentes sobre a organização do espaço.

3.1. Pesquisa bibliográfica e consulta de fontes.

Uma vez definidas as fontes e as dimensões da análise, o trabalho foi planeado para ser construído através da pesquisa bibliográfica de fontes secundárias que permitissem contrastar as ideias divulgadas das fontes primárias, o que denominei fontes de controle, ou para uma mais sólida crítica de fontes. Neste processo foi importante compreender que a prática de elaborar descrições geográficas e mapas durante o século XIX é uma atividade relacionada com a dinâmica colonial, e que sua diversidade é determinada pelos interesses da Coroa portuguesa, como também pela dinâmica política do território ultramarino de Cabo Verde.

a) Intencionalidade das fontes primárias.

O primeiro conjunto de fontes primárias, corresponde aos trabalhos de Chelmicki-Varnhagen e Lopes de Lima, foi mais influenciado pelo modelo naturalista. Esses estudos procuravam proporcionar uma visão holística do espaço, tentando um distanciamento dos interesses dos seus patrocinadores. Assim, esses textos assemelham-se mais ao trabalho de Silva Feijó, realizado em finais do século XVIII (viagens filosóficas naturalistas), que mediante a construção de inventários territoriais divulgavam recomendações para o desenvolvimento de cada espaço.

Essas características diferem dos trabalhos realizados no início do século XIX, principalmente por Pusich e Manuel Roiz Lucas de Senna, que tinham um destino mais associado às questões políticas. Não obstante, deve-se esclarecer que a pesar da sua intenção de se manterem independentes, Chelmicki-Varnhagen e Lopes de Lima também promoveram o papel da Coroa portuguesa nos seus textos.

Quanto aos trabalhos de Nogueira Ferrão e Senna Barcellos, de finais do século XIX, não é fácil entender o seu verdadeiro interesse. Inicialmente seriam trabalhos objetivos que procuravam fornecer contributos para a compreensão do espaço cabo-verdiano, mas seguindo seu contexto de produção, são textos bastante mais políticos do que inicialmente aparentam. Por um lado, Nogueira Ferrão faz um balanço da sua administração. É mais um legado da sua atividade e dos requerimentos que devem ser atendidos para o melhoramento das condições de vida dos habitantes de Santo Antão. Por outro lado, o trabalho de Senna Barcellos surge num momento de ampla disputa política: o autor é candidato a deputado pelo arquipélago, e o seu conhecimento territorial era uma estratégia para captar adeptos políticos e votos.

b) Fontes secundárias para a crítica de fontes

Este ponto descreve de forma geral as fontes secundárias utilizadas para realizar a crítica das fontes primárias.

Na consulta bibliográfica encontrei trabalhos associados à literatura de viagens. É o caso de Francisco Travassos, que procura mostrar desde uma visão etnológica a vida quotidiana nas colónias. A sua obra *Africa Occidental: Notícias e considerações* (1861) é um exemplo para observar as festas e as reclamações, e os períodos de secas que marcam a história deste espaço. Inserta no texto encontramos uma gravura da povoação da Ribeira Grande (ver Figura 6), na qual se observa sua localização entre as ribeiras da Torre e Grande, que contrasta com as grandes montanhas que protegem esses vales.

Outras fontes consultadas foram os jornais locais editados em São Vicente que continham diversas notícias sobre a vida desta ilha e de Santo Antão. Nos seus artigos observa-se o aparecimento dum grupo social mais “culto”, propenso às letras (principalmente a poesia), que procura exaltar o espaço através das narrações etnográficas das festas e dos hábitos dos habitantes. Nessa medida, os relatos sobre as festas de S. João, no Porto de Carvoeiros, permite-nos ver uma série de práticas, como também ter uma visão crítica dos acontecimentos políticos. Os periódicos, de finais do século XIX (décadas de 1880 – 1890) contêm, na sua maioria, diversas críticas sobre o abandono das ilhas de Cabo Verde por parte da metrópole.

Também é possível identificar uma influência do movimento “nativista” e a exaltação do crioulo como categoria social intermédia entre o africano e o europeu.

Finalmente, dentro desta categoria de fontes escritas impressas, temos outros trabalhos de Senna Barcellos (1899, 1900, 1904, 1905) mais focados no arquipélago e nos processos históricos, nos quais aborda o problema político e das secas. Em *Subsídios para a história de Cabo Verde*, desde o descobrimento no século XV até mediados do século XIX, são discutidos os mecanismos com que a administração se relaciona com o espaço, e as diversas disputas locais e seu impacto. A sua análise sobre as secas permite dimensionar o impacto que geram as secas e as fomes nas condições de vida da população, e identificar as diversas políticas de mitigação destes problemas²⁶.

Quanto à cartografia histórica, as principais fontes foram as cartas produzidas pela Comissão de Cartografia, entre 1887 e 1930. Estes documentos permitem compreender o processo de representação do espaço, e observar a “regionalização” manifesta nas descrições. De igual modo esses mapas e plantas servem como guias para observar as múltiplas formas de pensar visualmente um espaço e reconstruir diversas narrativas.

3.2. Cartografia temática

Entendemos a Cartografia temática como “o ramo da Cartografia que trata da representação gráfica, para um fim específico, de um tema ou uma correlação de temas, sobre um mapa-base ou base cartográfica.” (Rosette e De Menezes, 2003: 1).

Assim os mapas de base escolhidos para elaborar os mapas temáticos foram selecionados entre a produção cartográfica realizada pela Comissão de Cartografia, de 1887 a 1932. São das primeiras imagens individualizadas da ilha de Santo Antão produzidas em Portugal. De igual forma examinei a cartografia anterior, principalmente os mapas do arquipélago produzidos por Chelmicki e Lopes de Lima que permitem observar que a repartição espacial dos núcleos de povoamento apresentada nos seus textos também era traduzida nas representações gráficas.

²⁶ O tema das secas no arquipélago também é abordado por António Carreira no seu estudo, *Cabo Verde : aspectos sociais : secas e fomes do século XX* (1984) onde apoia as suas observações no texto de Senna Barcellos para mostrar os diversos mecanismos existentes para ultrapassar os períodos de crise. A maioria dos estudos que abordam o tema das migrações sempre identifica as secas e o seu impacto na composição social, como uma alternativa para os períodos de crise. Nesta área, destaca-se o texto de Lisa Akesson, *Making a life. Meaning of migration in Cape Verde* (2004) que dá uma visão alternativa para compreender as consequências socioculturais e a sua influência na composição da estrutura social cabo-verdiana.

No caso dos mapas da Comissão de Cartografia o que podemos reter é a forma como se dá um maior reconhecimento do espaço, preenchendo áreas vazias, e exagerando a rede hidrográfica e a configuração do relevo montanhoso. Isto facilita a construção dum imaginário em torno dos condicionamentos geográficos e de igual forma permite explicar o processo de “regionalização” devido à ausência de caminhos que realmente integrassem as diversas partes da ilha. Mas esse processo que nos textos é evidente, nos mapas é diferente, observando-se uma rede de transportes mais consolidada.

A maioria dos mapas históricos é topográfica, sendo particularmente notória a ausência duma representação oficial (desde a metrópole) da divisão administrativa, que só aparece num *croquis* da carta editada pela Comissão de Cartografia, em 1887, no roteiro de Senna Barcellos (1892), e no *croquis* não datado, dum anónimo, no qual se representam os caminhos.

Assim, a produção da cartografia temática que elaborei concentrou-se em cada uma das dimensões tidas em conta e analisadas: física, administrativa, demográfica, produtiva e de circulação. Em geral os mapas mostram varias dessas dimensões para uma data precisa ou para distintos anos.

Os mapas temáticos realizados sobre a ilha de Santo Antão são:

- ✓ Mapa da rede hidrográfica com base nas descrições de Chelmicki (1840), Lopes de Lima (1844) e Nogueira Ferrão (1892).
- ✓ Mapa institucional com base no relatório de Nogueira Ferrão, de 1892.
- ✓ Mapa da população focando a distribuição nos principais centros administrativos da ilha de Santo Antão, em 1892.
- ✓ Mapa da rede de transportes identificando os caminhos referidos em cada descrição.

3.3. Visita a Santo Antão

A visita à ilha de Santo Antão ocorreu em Maio de 2013. A sua finalidade foi observar a organização do espaço comparando-o com as descrições históricas, e contactar instituições, investigadores e a população em geral.

a) Observação

Durante esta visita realizaram-se três grandes percursos entre as principais povoações de Santo Antão. Ao longo destes itinerários também transitei por alguns

dos caminhos antigos que são referenciados nas descrições e na cartografia do século XIX. Os percursos foram os seguintes (ver figura 3):

a) De Porto dos Carvoeiros (atualmente Porto Novo) até Ribeira da Cruz, no qual se atravessa uma grande parte da freguesia de S. João Baptista. Neste percurso observa-se o contraste entre, por um lado, a paisagem completamente árida e de grandes vales secos que em tempo de fortes chuvas se podem transformar em impetuosas ribeiras, e por outro lado, os processos agrícolas nas “chãs” (pequenas rechãs nas vertentes das montanhas), como também o processos de produção de cana de açúcar e de *grog* (aguardente de cana);

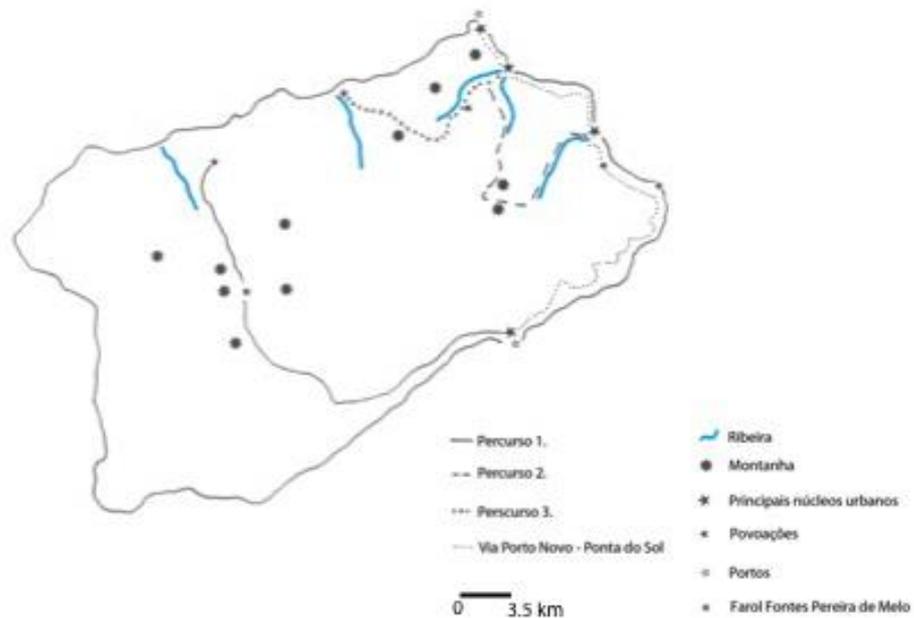
b) Da Ribeira Grande até Paul, passando pelo antigo caminho entre os cumes mais elevados contornando o vale da Ribeira da Torre, passando pelos Altos de Cova e das Caldeiras. Neste percurso observa-se a transição da vegetação e a existência de um microclima mais húmido. Na Cova, que é a cratera dum vulcão, encontramos o cultivo de milho e bastantes árvores de fruta. Também se observam as antigas casas dos lavradores construídas com grandes pedras planas, janelas pequenas e teto de palha. É particularmente interessante observar o lugar de armazenamento dos produtos e os depósitos (abandonados) de água. Desde a Cova descemos pelo vale de Paul observando um forte contraste com os vales da freguesia de S. João Baptista, já que, em Paul por ter mais recursos hídricos e maior variedade na vegetação, observa-se o drageiro, e cultivos de banana, de café, de cana de açúcar e de coqueiros, estes dois últimos, mais próximos da povoação de Pombas;

c) Da Ribeira Grande a Chã da Igreja. Era o antigo caminho que atravessava a freguesia de Santo Crucifixo passando pela povoação de Coculi. Contornando o vale da Ribeira Grande observam-se grandes cultivos de cana de açúcar, com pequenas casas de lavradores construídas em pedra e com pequenas janelas e com teto de palha. Pelo contrário, nas chãs encontramos grandes casas de estilo português, com grandes varandas.

Complementando os percursos realizaram-se diferentes entrevistas e decorreram conversas informais com habitantes das povoações da Ponta do Sol, da Ribeira Grande, de Paul e do Porto Novo, com o fim de encontrar fontes locais que permitissem compreender novas dinâmicas ausentes nas descrições. Assim apareceram temas como os vínculos familiares e a concentração da posse da terra, os vínculos comerciais dos judeus e a sua mestiçagem com os crioulos, as histórias sobre a Maçonaria e a proteção da terra, entre outros. Mas, o mais inesperado neste conjunto de entrevistas foi observar a ausência de conhecimento de certos locais e áreas da própria ilha, principalmente da parte Sudeste, onde está localizado Tarrafal, e do Noroeste. Assim, a ilha conserva ainda traços dum processo de forte

“regionalização”, polarizado pela conformação dos grande centros administrativos, sendo a Ribeira Grande, na atualidade, o principal polo na parte Nordeste, e Porto Novo, no Sul.

Figura. 3. Percursos realizados durante a visita de campo.



Base cartográfica: Leite, Pedro Rogeiro. [c. 1887]. *Croquis indicando os caminhos públicos da ilha de Santo Antão*, escala 1:100.000. Cota: Cartoteca do Centro de História do IICT, pasta 26, No. 7..

b) Entrevistas

As conversas informais foram realizadas nas principais povoações. Entre elas destaco o contacto estabelecido com um pescador na Ponta do Sol, um habitante de Porto Novo e um membro da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Estes inquiridos deram um panorama da vida quotidiana e das expectativas referentes ao desenvolvimento da ilha.

Também foram realizadas entrevistas nas povoações da Ribeira Grande e de Paul, a diversas pessoas que participam em organizações sociais de Santo Antão. Tive oportunidade de entrevistar diversos professores e um jornalista da Ribeira Grande, e o criador da Fundação Amigos de Paul, em Paul²⁷. Todos transmitiram informações sobre os antigos hábitos e costumes, a relação entre a posse da terra e as principais famílias, e mostraram como referi, que a individualidade de alguns espaços na ilha é tão marcada que existem partes do território insular que são praticamente desconhecidas para os próprios habitantes, em consequência da dificuldade de acesso a essas áreas.

Os temas que previamente foram estabelecidos para as entrevistas a realizar, estão sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4. Temas discutidos nas entrevistas realizadas em Santo Antão		
Área temática	Estrutura	Apropriação
Topografia	Principais referências geográficas, delimitações espaciais, diferenças entre as áreas a diferente altitude, etc.	Atividades desenvolvidas nos andares, sensibilidades (valor paisagístico), áreas boas ou más, etc
Hidrografia	Bacias hidrográficas, linhas de água permanentes ou sazonais, fontes de água, etc.	Linhas de água próximas e atividades desenvolvidas.
Portos e Navegação	Principais portos e relação com outros lugares, faróis, hierarquia dos portos, etc.	Significados do porto, migrações, a vida portuária, ofícios derivados desta atividade, etc.
Povoamento	Núcleos urbanos, estrutura urbana (traçado das ruas, planeamento), lugares administrativos, migrações das áreas rurais para áreas “urbanas”.	Sensibilidade (onde gosto ou prefiro morar), como era antigamente o traçado urbano, áreas de vizinhança, quem habitava.
Demografia	Quais são os locais com maior	Quem é meu vizinho, a ideia

²⁷ Devido à vontade dos entrevistados, nenhuma das entrevistas foi gravada, e todas permanecem como anónimas.

	concentração populacional, distribuição populacional na ilha, origens (autóctones, migrantes), como era a composição social (elite?)	do compadre/comadre, lugares de socialização, mudanças na composição familiar (condicionamento geográfico?)
Agricultura e Comercio	Áreas agrícolas, distribuição do solo (donos e servidão), produtos agrícolas antigos e novos (são produzidos localmente ou chegam de onde).	Como era a vida rural, como se distribuíam as tarefas (família, homens/mulheres), onde trocavam produtos, percursos de intercambio, áreas de intercambio (litoral – interior), influência nos hábitos alimentares.
Caminhos e mobilidade	Principais caminhos, qual era a época de construção de caminhos, transitava-se só ou em companhia.	Como era o transporte na ilha? a ideia de isolamento existia?
Secas e fome	Características das secas, quem ajudava (administração local, poder central colonial),	Existiam formas de prever os períodos de seca, que formas “informais” existiam para conhecer o clima, como se transformava a sociedade neste período (solidariedade?)
Região		Quais são os vínculos de Santo Antão com as outras ilhas do arquipélago, existem regiões no interior da ilha (existem denominações nomes para quem lá habita)

Como resultado das entrevistas encontramos que a memória dos habitantes de Santo Antão está mais ligada ao séc. XX, identificando como tempo antigo a época de seus pais ou avôs. Nesta perspectiva, o conjunto de entrevistas mostrou os desafios entre as tradições antigas e as expectativas das novas gerações, principalmente pelas mudanças nas práticas quotidianas (alimentação primordialmente) evidenciada na cultura material.

4. Fontes

As fontes consultadas nesta investigação são, na sua maioria, oitocentistas. A maior parte dos seus autores tinha algum vínculo com a organização administrativa, ou noutros casos estavam ao serviço da Coroa portuguesa. Este ponto está dividido em três partes. O primeiro dedicado à descrição das fontes primárias, o segundo às fontes cartográficas, e por último, uma síntese das diversas fontes secundárias. Assim, procuram-se descrever as fontes primárias e cartográficas que utilizei seguindo-se uma crítica dessas fontes, utilizando um conjunto de fontes secundárias.

4.1. Fontes primárias

As fontes primárias consultadas foram todas produzidas ao longo do século XIX, com exceção de alguns mapas da Comissão de Cartografia editados no início do século XX. São quatro os tipos de fontes: 1) descrições geográficas, 2) relatório administrativo, 3) roteiro náutico, e 4) uma série cartográfica constituída pelos mapas produzidos pela Comissão de Cartografia, entre 1887 e 1930.

Na sua maioria, as fontes encontram-se em diversos arquivos e bibliotecas portuguesas, sendo a sua consulta livre. Em cada uma procurei a descrição individualizada (características físicas e humanas) da ilha de Santo Antão.

a) Descrições geográficas

O primeiro conjunto de fontes primárias é constituído pelas descrições geográficas realizadas na década de 1840: os trabalhos de Chelmicki-Varnhagen (1840-1842)²⁸ e o de Lopes de Lima (1844)²⁹. Esses textos podem ser classificados como análises descritivas, onde se realizam inventários das condições físicas e sociais dum território, sem que isso resulte num trabalho analítico. A principal característica deste tipo de fontes é dada pela sua intencionalidade de exaltar os territórios ultramarinos de Portugal e a sua importância para a metrópole. No caso de Chelmicki-Varnhagen isso é claramente visível na seguinte afirmação “[...] as colónias que [Portugal] ainda conserva, são tão importantes pela sua extensão, e mais ainda pela sua posição geographica, que nenhuma outra potencia, se exceptuar-nos a Grã Bretanha as possui tão consideráveis.” (Chelmicki, 1840: II).

A segunda característica deste tipo de fontes é o critério de cientificidade, manifesto na capacidade de descrever com a maior exatidão um espaço. Esse critério é visível em Chelmicki quando menciona, ao referenciar os trabalhos sobre as colónias: “[...] todavia não temos uma unica obra que descrevendo alguma das nossas possessões a encare de maneira conforme ao estado das sciencias do século em que vivemos” (Chelmicki, 1842: III). Lopes de Lima procura aprofundar a análise

²⁸ José Carlos Conrado Chelmicki, de origem polaca, foi um Oficial do Exército Português, entre 1833 e 1888, depois nomeado General de Divisão Militar. Em 1833 combateu no cerco do Porto, e, posteriormente, prestará os seus serviços como Engenheiro em Cabo Verde, em 1836, durante o mandato do Governador Pereira Marinho, que o demitiria por não satisfazer as expectativas.

Adolfo Varnhagen foi um Oficial do Exército Português, nascido em São João de Ipanema, em 1816. Frequentou a Academia de Marinha, entre 1832 e 1833, sendo posteriormente Tenente de Artilheria, especializando-se em Engenharia. Seria sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, e diplomata brasileiro.

²⁹ José Joaquim Lopes de Lima foi um Oficial da Marinha Portuguesa que desempenhou o cargo de Governador em diferentes colónias portuguesas: Índia Portuguesa entre 1840 – 1842, e Goa entre 1851 – 1852.

nesse aspeto científico, mostrando o método que seguiria o seu trabalho, onde desconfia dos trabalhos elaborados pelos viajantes, chamando aos seus relatos “viagens românticas de Estrangeiros improvissadores, que menos curam de vêr bem, e relatar a verdade do que viram, do que de excitar o interesse da gente d’espírito pelo lado do ridiculo exaggerado ou do maravilhoso” (Lopes de Lima, 1844).

A terceira característica destes textos é sua necessidade de preencher o vazio ou escasso conhecimento da metrópole a respeito das colónias ultramarinas através da constante reivindicação da presença histórica de Portugal nestes territórios³⁰. Tanto Chelmicki-Varnhagen como Lopes de Lima incluem nos seus relatos imensas sínteses históricas, desde o descobrimento do arquipélago, no século XV. A intenção é demonstrar que as ilhas foram permanentemente ocupadas por portugueses donatários da Coroa portuguesa, assegurando o que nessa altura era conhecido como a ocupação histórica do espaço. No caso de Santo Antão esse fator histórico torna-se visível nas descrições, sob duas formas. Por um lado, as descrições mostram como a ilha foi entregue pela Coroa portuguesa a diversos donatários entre os séculos XV e XVIII, confirmando uma longa tradição da influência da Coroa sobre o espaço. Por outro lado, as descrições sugerem mudar o nome da vila da Ribeira Grande para Santa Cruz. A justificação é que o topónimo Ribeira Grande obedece a um fator puramente geográfico enquanto Santa Cruz é correspondente a um dos nomes dos antigos donatários, exaltando o vínculo entre a ilha e a Coroa.

Considerando estes aspetos, a estrutura descritiva de cada obra pode sintetizar-se na frase de Lopes de Lima: “[...] tratarei mais extensamente aquellas materias de que o conhecimento me pareça ser mais necessario ou ao Governo para decretar providencias, ou ao Corpo de Commercio para intentar empresas mercantís ou novas colonisações” (Lopes de Lima, 1844). Como se pode inferir o objetivo é fornecer contributos para o desenvolvimento destes territórios, e por isso as suas observações têm no final de cada tema uma secção dedicada a recomendações, uma tentativa de planeamento para o futuro. Esse tópico constitui um dos elementos que nos permite comparar as mudanças ao longo de Oitocentos, e ver se essas recomendações foram incorporadas na viragem do século.

Considerando as características dos textos e a sua estrutura descritiva é claro que a hierarquia temática da apresentação se relaciona com os interesses comerciais e

³⁰ Um elemento particular das descrições geográficas deste período é a pouca referência a trabalhos anteriores. Sabemos que desde Silva Feijó e durante a primeira década do séc. XIX existem vários testemunhos sobre o arquipélago. Os autores das descrições da década de 1840 concentram os seus estudos em observações próprias, fazendo algumas menções a documentação régia, principalmente no tema das doações.

económicos da metrópole. Torna-se ainda mais claro se consideramos o contexto de conflito interno em Portugal durante a década de 1820, que gerou uma crise económica e a necessidade do governo liberal vencedor da Guerra Civil, de consolidar um modelo colonial. Seguindo o trabalho de Maria Manuela Lucas (1993), o modelo liberal não só se implementava na reorganização administrativa do governo central, mas incluía também um sistema de reformas administrativas e económicas no qual as colónias se converteriam num eixo para impulsionar um novo império.

Nessa medida, o papel do 1º Marquês de Sá da Bandeira seria fundamental nesse período, não só pelas reformas no regime de trabalho (abolição da escravatura) mas também na promoção dos produtos coloniais como catalisadores da economia ultramarina. Desta forma as descrições deviam centrar-se naqueles temas, onde o valor geoestratégico também se convertesse num valor económico. Para o caso do arquipélago de Cabo Verde será de grande interesse o fim da escravidão e a estrutura que derivava dessa organização escravocrata; o papel que teriam produtos chave como a urzela, e a localização dos portos como epicentros de uma nova estrutura no comércio do Atlântico.

Mas outro dos elementos que resulta interessante neste plano de reorganização é a compreensão por parte da metrópole das formas de governo local, como nos damos conta no segundo volume do trabalho de Chelmicki-Varnhagen. Como afirma Varnhagen, a Província regia-se pelas disposições da Carta Constitucional de 1838, mas a ausência dum regime particular e a extinção do Concelho Ultramarino seriam as principais causas da “desordem interna”, registada nas suas descrições. Na Carta Constitucional os territórios coloniais eram apenas enumerados, mas não se estabelecia uma regulamentação administrativa própria. Lopes de Lima lembra esse facto afirmando: “[...] aliás, para ella, como para elles existem algumas poucas Leis *especiales* para o Ultramar, em parte regulamentares, mas que a experiencia tem provado não serem sufficientemente explicitas, e adequadas ao bom regime das Colonias” (Lopes de Lima, 1844: 52). O problema com essa insuficiência de leis e instituições é que se reafirmava assim o modelo administrativo de Antigo Regime, e fomentando um excessivo centralismo marcado pela figura do Governador Central, que nomeava a maioria dos cargos públicos da Província.

Finalmente, caracterizando a natureza destes trabalhos, identificamos duas diferenças substanciais. Em relação ao trabalho de Chelmicki e Varnhagen, recordamos que ele constitui uma das memórias dos *Annaes da Associação Comercial e Colonial de Lisboa*, que divulgavam documentos guia elaborados durante o mandato do Marquês de Sá da Bandeira, como exercício de conhecimento da realidade das colónias com fins comerciais. A obra de Lopes de

Lima, tal como seu título explicita, é um inventário das colónias solicitado pela rainha D. Maria II.

b) Relatório Administrativo

A segunda fonte primária analisada é o relatório do Administrador de Santo Antão, Carlos Ribeiro Nogueira Ferrão, de 1892³¹. É um documento descritivo que segue de forma geral as linhas temáticas das narrativas da década de 1840, mas oferece um panorama mais detalhado nos aspetos político e etnográfico. A sua intenção é fazer um balanço de como se encontrava o território insular no início da última década do séc. XIX, e de igual forma indicar uma série de medidas que permitiriam um maior desenvolvimento para esse espaço.

O contexto de produção do relatório, corresponde a um dos momentos de maior crise na história do Império Português, durante o século XIX, na sequência do *Ultimatum* britânico de 1890. Este *ultimatum* foi imposto pela Inglaterra a Portugal para conter a pretensão do governo português de unificar os territórios ultramarinos de Angola e Moçambique, num projeto que ficou conhecido como o *Mapa Cor-de-Rosa*. Pressionado pelo seu velho aliado inglês, Portugal desistiu deste projeto para evitar um conflito armado e a suspensão das atividades comerciais com Inglaterra. Esta situação demonstrou às colónias, por um lado, que a metrópole não tinha capacidade para as administrar nem controlar eficientemente os territórios periféricos e, por outro lado, mostrou a sua submissão aos interesses de outros Estados coloniais europeus. Como na metrópole, em Cabo Verde, esses acontecimentos permitiram o fortalecimento da ideologia republicana³². Este contexto também imprimiria ao movimento “nativista” exaltar o valor da “crioulidade”³³ como principal característica identitária e como crítica ao poder

³¹ Pouco se sabe sobre este autor. Provavelmente nasceu em Viseu em 1871. Seria Administrador da ilha de Santo Antão entre 1891 e 1892, sendo o seu relatório um testemunho da sua acção colónial. Durante este período afrontaria a extinção do Concelho de Paul e as sucessivas manifestações e revoltas. Foi também ajudante de campo do explorador africanista Serpa Pinto.

³² Em Portugal, os republicanos utilizaram o *Ultimatum* para demonstrar a incapacidade governamental e a necessidade de instaurar um governo diferente da monarquia. No caso de Santo Antão, o modelo republicano convertia-se numa estratégia de ascensão duma nova elite “letrada”, consolidada no município de Paul. Tal como o apresenta Pires Ferreira (1999 e 2011), o governo no Concelho de Paul seria radicalmente diferente no processo de atribuição de baldios e na cobrança dos impostos.

³³ O nativismo e a crioulidade na ilha de Santo Antão diferem substancialmente. Enquanto o nativismo alude a um movimento político-ideológico que procura exaltar as identidades locais como mecanismo de reivindicação; a crioulidade converte-se no referente cultural para denominar os “outros” no espaço por parte do colono, que noutros contextos era denominado o “branco da terra”. Na transição do séc. XIX para o XX a crioulidade derivaria na composição cultural, sendo principalmente associada à língua e às manifestações autóctones do território. A reivindicação da crioulidade converte-se então numa metanarrativa de auto-distinção com referência aos outros sujeitos coloniais.

central de Lisboa. Tudo isto podemos encontrar nos escritos de Luís Loff e de Leite, na década de 1890.

Paralelamente, Nogueira Ferrão realiza uma avaliação da conjuntura política local marcada pela extinção do Concelho de Paul. O autor realiza uma reconstrução dos fatores que levaram aos habitantes de Pombas a solicitar em várias oportunidades a criação desta divisão, e as subsequentes respostas da Câmara da Ribeira Grande³⁴.

Para Pires Ferreira (1999 e 2011) este conflito que diz respeito ao Concelho de Paul será um reflexo da resistência das velhas elites concentradas nas povoações da Ribeira Grande e da Ponta do Sol em aceitar o aparecimento duma nova elite política e de um novo centro de poder instalado em Pombas. A tensão alcançou o seu clímax com os protestos de Paul (1886 e 1894) através das quais os habitantes de Pombas tentaram deter a extinção do seu concelho.

O que se evidencia nestas revoltas é a capacidade administrativa local. Os habitantes de Pombas defendiam a manutenção do município porque proporcionava um acesso equitativo às terras, e aplicava mecanismos mais justos para a cobrança dos impostos. Mas essas circunstâncias não eram naturalmente apreciadas pelas elites tradicionais da Ribeira Grande e da Ponta do Sol. Frente a este contexto, devemos ressaltar algumas características do Relatório de Nogueira Ferrão, de 1892.

A primeira é o nível de detalhe da narrativa, principalmente, na descrição regional, permitindo compreender pela primeira vez como era a vida nas áreas fora da Ponta do Sol e da Ribeira Grande; oferecendo novos contributos para interpretar o processo de “regionalização” de Santo Antão. Como se observa nas descrições de 1840, a organização de Santo Antão estava completamente centralizada nos núcleos administrativos, principalmente nas povoações da Ribeira Grande e da Ponta do Sol, esta última por ser a sede do governo e o principal porto da ilha. Através do texto de Nogueira Ferrão é possível confirmar que, em 1892, o desenvolvimento da rede de caminhos no interior da ilha permite o aparecimento de novas povoações e sua dispersão no território do interior.

Demo-nos também conta do desenvolvimento do Porto dos Carvoeiros, impulsionado pela proximidade da ilha de São Vicente, o qual poderia ser um novo polo de atração e desenvolvimento insular. Tal como menciona o autor, só para o caso das tradicionais festas de S. João, nos últimos anos do século, previa-se a

³⁴ As principais respostas por parte da Câmara estavam relacionadas com a incapacidade de manter em funcionamento duas estruturas administrativas paralelas. Nogueira Ferrão lembra as respostas dadas em 1863, 1867, 1881 e 1890.

chegada de mais de 5.000 pessoas para essas festas, sendo a sua maioria dessa ilha vizinha.

A terceira característica deste relatório é a recolha etnográfica realizada, a qual permite reconstituir os hábitos e os costumes dos habitantes da ilha, e confirmar a existência de uma cultura mestiça marcada pelos crioulos. O autor sugere diversas avaliações sobre o comportamento dos habitantes de Santo Antão, sem deixar de fazer os seus juízos de valor, principalmente durante as festividades e no que respeita ao consumo de *grog* (aguardente de cana). Apesar desses “vícios”, Nogueira Ferrão reconhece que os habitantes demonstram a virtude passiva na prática do catolicismo, que lhes permite conviver pacificamente. Talvez por esta razão quando comenta os acontecimentos de 1886 e 1892 (revoltas de Paul), faz novos juízos de valor associados à presença de novas ideologias, frente à pasividade dos autóctones. Neste caso Nogueira Ferrão parece desaprovar as atitudes adotadas pelos habitantes de Paul já que propõe uma punição exemplar para os “revoltosos” de 1892. Essa proposta altera a relativa objetividade que o autor demonstra ao longo do seu texto.

c) Roteiro Náutico

Finalmente a última das fontes primárias é o *Roteiro do Archipélago de Cabo Verde* redigido por Senna Barcellos e publicado em 1892³⁵. A sua importância advém da complementaridade entre um texto e um mapa específico da ilha de Santo Antão.

O trabalho de Senna Barcellos, que aparentemente é um texto descritivo, que procura preencher “lacunas e deficiências” dos roteiros existentes sobre este território, mas na realidade tem um alcance maior, que pode associar-se à carreira política do autor. A explicação passa, por um lado, pela dedicatória da obra ao então governador de Cabo Verde, António do Nascimento Pereira Sampaio, e por outro lado, aos vínculos familiares com a ilha de Santo Antão, principalmente com a povoação de Pombas, do extinto Concelho de Paul. A irmã de Senna Barcellos era casada com um membro da família Pires, que incluía os principais terratenentes e membros da elite desta povoação³⁶.

Presumivelmente, o roteiro foi escrito entre 1881 e 1891 quando Senna Barcellos era 1º Oficial da Marinha Portuguesa, sendo produto das suas viagens pelo arquipélago “em centenas de comissões na Canhoneira Quanza, no iate Visconde da

³⁵ Christianno José de Senna Barcellos nasceu em 1854, na ilha de Brava (Cabo Verde). Aos 18 anos ingressou na Escola Naval, onde faria a sua carreira até ser nomeado Capitão de Fragata.

³⁶ Silva Évora (2005) menciona que a irmã de Senna Barcellos estaria casada com Vicente Pires Ferreira, que seria “um conhecido proprietário do Paul” e que havia ocupado o cargo de Administrador do Concelho de Paul.

Praia Grande e na Canhoneira Rio Ave, aqui já como Comandante, verificando as lacunas e deficiências dos mapas utilizados pela Armada” (Santos, 2010: 40). Antes de ser publicada a sua obra, Senna Barcellos ofereceu-se para trabalhar na Comissão de Cartografia, coordenada por Ernesto de Vasconcellos, com a finalidade de corrigir as cartas existentes sobre o arquipélago, mas Vasconcellos recusaria sua colaboração aludindo a que “as ilhas de Cabo Verde eram já bem conhecidas”.

A edição do roteiro coincide com a realização das eleições em Cabo Verde para escolher os deputados do arquipélago às Cortes em Lisboa. Senna Barcellos, era um dos candidatos com uma marcada ideologia republicana. Segundo o trabalho de Pires (2011) Barcellos era o principal candidato de Pombas o que o levaria a um confronto direto com as elites das povoações da Ribeira Grande e da Ponta do Sol, que apoiavam um candidato moderado, João de Sousa Machado, mais próximo do modelo monárquico³⁷.

O roteiro apresenta duas imagens completamente distintas entre o texto e o mapa, sendo o texto muito centrado nos aspetos náuticos, enquanto o mapa apresenta as divisões administrativas da ilha e os principais núcleos de povoamento. O conhecimento por parte do autor dessas características pode explicar-se pela sua proximidade a Santo Antão, como também por fazer parte das comissões de oficiais que trabalharam na Comissão de Cartografia realizando os levantamentos topográficos de cada território ultramarino. Mas, o interessante desta ideia é que Senna Barcellos não seria membro oficial desta Comissão até finais do século XIX e inícios do XX quando realiza diversas cartas hidrográficas de diversos portos de Cabo Verde. Além do mais, renunciaria ao seu trabalho por marcadas diferenças com os membros dessa Comissão, em 1904 (Santos, 2010).

O trabalho de Senna Barcellos confirma que duas fontes que tratam o mesmo objeto (Cabo Verde) podem divulgar informação bem diferente. O fim a que se destina a obra acaba por ser completamente distinto.

A desconstrução do seu mapa permite compreender as dinâmicas da evolução do espaço de Santo Antão e permite levantar uma série de questões sobre diversos temas, principalmente a delimitação administrativa. Sendo uma fonte contemporânea do relatório de Nogueira Ferrão, o contexto de produção é o mesmo, embora os objetivos sejam distintos.

³⁷ Segundo Silva Évora (2005), em Abril de 1894, realizariam-se as eleições para o deputado de Cabo Verde em Lisboa: “[...] no Paul há muito que vinha crescendo uma tendencia republicana protagonizada por alguns intelectuais [...] esses, incondicionalmente, apoiavam para o cargo o eminente historiador da ilha Brava, com ligações familiares à Santo Antão” (Silva Évora, 2005: 56).

d) Fontes Cartográficas

Centrando-nos sempre na produção portuguesa, as fontes cartográficas são o segundo grande conjunto de fontes primárias consultadas. Entre estas fontes encontramos dois grupos de mapas: a) mapas de conjunto caracterizados por serem imagens do arquipélago de Cabo Verde, onde se contam os mapas de Chelmicki e Lopes de Lima (1844 e 1861); b) mapas individuais de Santo Antão produzidos pela Comissão de Cartografia, entre 1887 e 1930.

Os mapas manuscritos de Santo Antão foram consultados na Cartoteca do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical, em Lisboa, os quais foram entretanto transferidos para o Arquivo Histórico Ultramarino; e os mapas de conjunto foram consultados na Biblioteca Nacional de Portugal e na Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

A maioria das cartas consultadas são mapas topográficos, cuja evolução desde os exemplares datados de 1840 se pode observar pelas alterações no nível de detalhe em diferentes áreas, evidenciado pelo aumento no número de elementos cartografados. Desta forma é visível um aumento de densidade de topónimos na figuração do relevo e na rede hidrográfica, além do aparecimento de diversos caminhos no interior de Santo Antão. Em seguida veremos com maior detalhe os mapas consultados.

Santo Antão nos mapas de Chelmicki e Lopes de Lima.

As descrições da década de 1840 contêm um mapa do arquipélago de Cabo Verde, onde estão presentes cada uma das ilhas de Cabo Verde (ver figuras 4 e 5). Os fenómenos figurados são: o relevo, a rede hidrográfica e o povoamento, incluindo os topónimos dos principais portos da ilha (Ponta do Sol, Carvoeiros e Tarrafal). O mais notório nestas cartas é o desenho do relevo e dos vales das ribeiras, que constituem as fronteiras naturais entre cada uma das áreas de Santo Antão.

Outra característica interessante destas cartas é sua semelhança, não só no estilo do desenho mas também na localização de cada um dos fenómenos cartografados. A única distinção acontece na atribuição do nome da povoação da Ribeira Grande. Enquanto que no mapa de Chelmicki aparece como Santa Cruz, no mapa de Lopes de Lima é identificada como Ribeira Grande, e na descrição de Lopes de Lima

aparece novamente como Santa Cruz. Outra das diferenças é a localização do ilhéu do Rei (posteriormente do Boi) que está situado frente à Ponta do Tumba, o local onde se construiria o farol de Fontes Pereira de Melo, por ser a entrada do canal de São Vicente, que separa a ilha de Santo Antão, de São Vicente. As duas cartas carecem de legendas e de escalas.

Será de referir que a importância destas cartas, em relação ao processo de divisão administrativa, está associada à visualização da concentração das povoações na costa leste de Santo Antão. É conjuntamente nessa parte da ilha, que se encontram as principais fontes de água, em especial no Alto das Caldeiras e no Alto da Cova, existindo uma maior proximidade entre os vales férteis e os núcleos de povoamento. Entre estes as distâncias são menores considerando a ausência de caminhos transitáveis ou em bom estado de conservação.

Finalmente, devemos considerar uma terceira carta de conjunto elaborada em 1861 cuja base é a carta de Lopes de Lima, de 1844. Nesta carta só é apresentada a sede do concelho – Ribeira Grande- e contém uma breve descrição da ilha que exalta o número de ribeiras e sua capacidade de áreas férteis de produção agrícola.

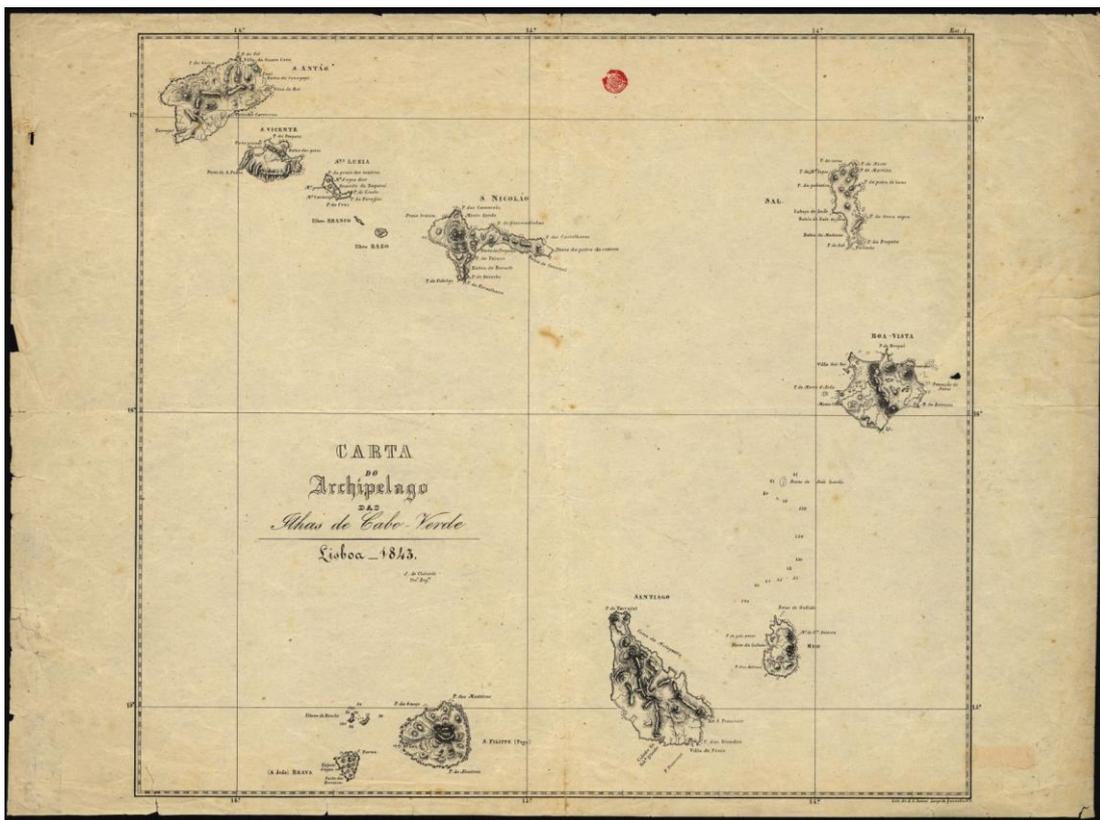


Figura 4 - Carta do Archipelago das ilhas de Cabo Verde, mapa publicado por Chelmicki, em 1843.

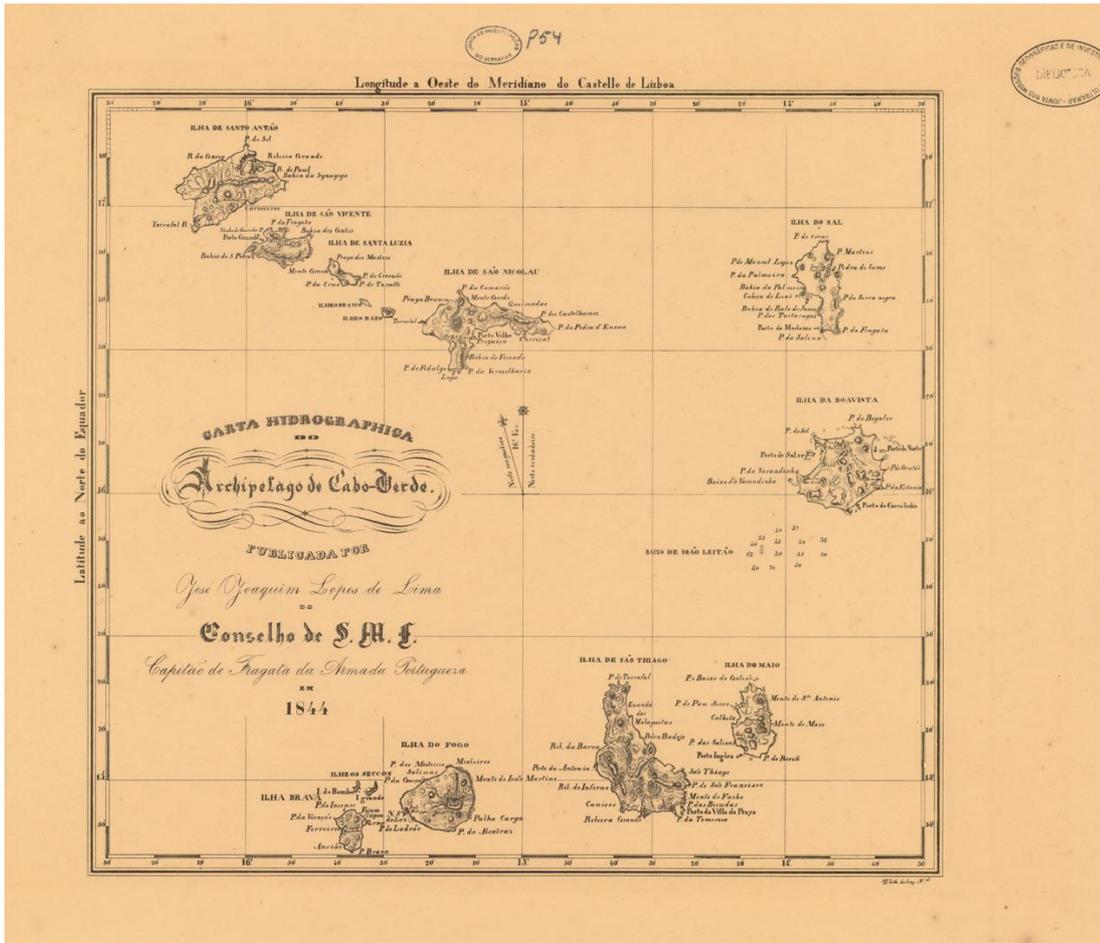


Figura 5 - Carta hidrographica do Archipelago de Cabo Verde, publicada por Joaquim Lopes de Lima, em 1844.

Comissão de Cartografia

O segundo grupo de mapas corresponde a um universo cartográfico produzido e editado pela Comissão de Cartografia, entre 1887 e 1930. Essa instituição civil criada em 1883 era a principal instituição, nos finais do século XIX, que produzia a cartografia das colónias portuguesas com uma intencionalidade centrada na produção de conhecimento de cada território.

A Comissão de Cartografia foi coordenada por Ernesto de Vasconcellos até inícios do século XX, e os seus trabalhos cartográficos são complementados pelas descrições ou estudos regionais elaborados pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Essas instituições (uma pública e outra privada) eram a resposta da metrópole portuguesa ao processo de exploração do continente africano, principalmente através das expedições geográficas, à semelhança das patrocinadas por outras potências coloniais durante a disputa pelo continente africano. Durante esse período, cada Estado financiou diversas organizações para recolherem informação

sobre novas fontes de riqueza. O processo terminaria na Conferência de Berlim, em 1884-1886, e na reavaliação do conceito de ocupação histórica passando-se ao de ocupação efetiva do espaço colonial.

Neste quadro político e diplomático, a cartografia era utilizada como uma ferramenta propagandística para situar as possessões e para promover a obra civilizadora do Estado português. Tal como se observa na carta de Santo Antão, de 1887, na escala de 1:100.000, a intencionalidade é identificar e localizar com a maior correção possível cada ponto no território com base na ideia que o mapa é uma representação exata do espaço.

No início do século XX, na série coordenada por Ernesto Vasconcellos, encontramos duas finalidades: a publicação dum Atlas Colonial (divulgado em 1904³⁸) e a realização da I Exposição de Cartografia Nacional efetuada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1903-1904, onde se expõe a carta de Santo Antão, de 1887, descrita no respetivo catálogo (nº 627, p. 143). Como se pode confirmar, a mensagem a transmitir é a de uma presença constante no espaço controlado.

Os outros mapas produzidos pela Comissão seriam três plantas hidrográficas dos principais portos de Santo Antão: Ponta do Sol, em 1900; Carvoeiros, em 1905; e Paul, em 1914. Sobre a última é interessante referir o momento de publicação, já que esse era o núcleo republicano: a sua planta só aparecerá posteriormente ao estabelecimento da I República em Portugal, em Outubro 1910.

Por um lado, as cartas da Comissão de Cartografia para a ilha de Santo Antão apesar de conterem uma grande quantidade de informação não eram completamente homogéneas nem se observava uma evolução no conhecimento do espaço. Se comparamos a carta de 1887 e a de 1911 são praticamente iguais, com a diferença da inclusão, na última da rede de caminhos. Isso levaria a que cientistas estrangeiros criticassem a correção e cientificidade do trabalho liderado por Vasconcellos, sendo a crítica mais forte elaborada por Immanuel Friedlaender, em 1912³⁹.

Por outro lado, os mapas encontravam-se com um considerável atraso nas técnicas cartográficas se comparamos com as cartas produzidas para outras colónias e para o território peninsular de Portugal, visível na utilização das curvas de nível para

³⁸ Deste Atlas colonial conhecem-se diferentes edições difundidas durante a primeira década do séc. XX.

³⁹ Maria Helena Dias no seu artigo, *Marcas portuguesas na moderna cartografia cabo-verdiana* (1999) menciona os problemas referidos argumentando: “[...] considerando que o interior das ilhas está nelas deficientemente representado e que as indicações das altitudes são “quase sem excepção erradas e [que] mesmo os contornos das costas deixam muito que desejar” (Dias, 1999: 101).

figurar o relevo. Só nos finais da década de 1920 surgiriam as Missões Geográficas que fariam os levantamentos topográficos com os instrumentos mais modernos. Mas, para o caso de Santo Antão só se realizará uma missão geográfica em 1928, liderada pelo geógrafo Bacelar Bebiano que produziria duas cartas, uma dos tipos de solo existentes na ilha e outra topográfica. Na década de 1930 a Comissão de Cartografia seria extinta e daria lugar à Junta de Investigações do Ultramar. No quadro 3 estão sintetizadas todas as cartas consultadas.

Quadro 5. Mapas consultados como fontes primárias			
Ano de elaboração	Autor, Título e escala	Principais fenómenos/locais cartografiados	Observações
1843	Chelmicki. <i>Carta do Archipelago das Ilhas de Cabo Verde</i> , escala ca 1: 730.000, Lisboa.	Relevo, rede hidrográfica, portos (Carvoeiros, Tarrafal e Ponta do Sol), povoações (Vila de Santa Cruz e Paul), Baía de Synagoga, ilhéu do Rei, e Ponta de Garça.	- Carta de conjunto. - Este mapa estava inserto na obra de Chelmicki.
1844	Lopes de Lima. <i>Carta Hydrographica do Archipelago de Cabo Verde</i> , 1844, escala ca. 1:1.000.000.,Lisboa.	Relevo, rede hidrográfica (Garça e Paul), povoações (Ponta do Sol e Ribeira Grande), portos (Carvoeiros, Tarrafal e Ponta do Sol), e Baía de Sinagoga.	- Carta de conjunto. - Este mapa estava inserto na obra de Lopes de Lima.
1861	--. <i>Mappa da Provincia Insular de Cabo Verde</i> , 1861, escala ca: 1: 500.000, Lisboa.	Relevo, rede hidrográfica (Garça), povoações (Ribeira Grande), portos (Tarrafal e Carvoeiros).	- Carta de conjunto. - Descrição de cada uma das ilhas.
Ca. 1887	--. [Croquis indicando os caminhos públicos da ilha de Santo Antão], escala 1:100.000. Cota: Cartoteca do Centro de História do IICT: pasta 26, No. 7.	Rede hidrográfica, divisão administrativa, caminhos (construídos pelo Estado e viçinhais), topónimos do povoamento e do relevo.	- Carta individualizada. - A divisão administrativa inclui uma freguesia denominada Nossa Senhora do Livramento.
1887	<i>Carta da Ilha de Santo Antão (Cabo Verde) 1887</i> , escala 1:100.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.	Relevo com valores das altitudes, rede hidrográfica, povoações, farol de Fontes Pereira de Mello.	- Carta individualizada. - Imagem da série coordenada por Ernesto de Vasconcellos

1892	Christiano José de Senna Barcellos. <i>Carta da Ilha de Sto. Antão</i> , escala ca. 1:108.000, Lisboa.	Relevo, rede hidrográfica, portos, povoações, divisão administrativa, caminhos.	- Carta individualizada. - Este mapa está inserto no roteiro de Senna Barcellos de 1892.
1900	<i>Archipelago de Cabo Verde</i> , 1900, escala: 1:500.000.	Relevo, rede hidrográfica, povoações, ilhéu do Boi, batimetria dos portos.	- Carta de conjunto.
1900	<i>Oceano Atlântico Norte: África – Archipelago de Cabo Verde, Ilha de Sto. Antão, Plano Hydrographico do Porto da Ponta do Sol</i> , escala 1: 10.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.	Planta urbana da povoação da Ponta do Sol identificando: Alfandega, Câmara Municipal, Igreja, Cadeia, Cemitério Judaico. Identificam-se adicionalmente: relevo, farolim, caminhos e batimetria do porto.	- Planta Urbana.
1905	Comissão de Cartografia. <i>Oceano Atlântico Norte: África – Archipelago de Cabo Verde, Ilha de S. Antão, Reconhecimento Hydrographico do Porto dos Carvoeiros</i> ; escala 1: 3.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.	Planta urbana do Porto de Carvoeiros. Adicionalmente observam-se o relevo, rede hidrográfica e rede de caminhos.	- Planta Urbana com curvas de nível.
1911	<i>Carta da Ilha de Sto. Antão (Cabo Verde)</i> , escala 1:150.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.	Relevo com valores de altitude, rede hidrográfica, povoações, farol de Fontes de Mello, rede de caminhos.	Carta individualizada.

1914	<i>Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de Santo Antão, Reconhecimento do Porto de Paul, escala 1: 5.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.</i>	Planta urbana da povoação de Paul identificando as casas da família Vidal e Pires, a Alfandega e o traçado urbano da povoação. Adicionalmente observa-se a ribeira de Paul.	- Planta urbana.
1932	<i>África Ocidental –Cabo Verde, Carta da Ilha de Sto. Antão, escala 1: 75.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.</i>	Relevo com curvas de nível, rede hidrográfica, povoações, caminhos, farol Fontes Pereira de Mello.	- Carta individualizada com curvas de nível para figurar o relevo.

4.2. Fontes secundárias

A consulta de fontes secundárias procura fazer diversos contrastes e contextualizações em relação com as fontes primárias. A maioria destas fontes são de tipo narrativo, redigidas durante o século XIX, sendo algumas estudadas por diversos autores como é o caso das descrições da primeira metade do século XIX e os diversos órgãos da imprensa regional e local.

Decidimos dividir este grupo segundo o seu tipo ou o seu autor já que em muitos casos, o autor determina a finalidade de cada uma das fontes ou é através dele que se entendem os objetivos de cada documento.

O quadro 6 “Crítica de fontes” procura apresentar a forma como se relacionam os textos, mostrando por cada fonte primária o conjunto de fontes secundárias que permitem contrastar as ideias presentes nas primeiras. Veremos em seguida cada uma delas.

a) Descrições setecentistas e da primeira metade do século XIX

Quando abordamos as descrições da década de 1840, o primeiro aspeto que devíamos reter era a estrutura do próprio texto de modo a detetar a existência de algum modelo para este tipo de documentos. Nesse processo encontramos uma série de textos descritivos sobre o arquipélago, para os quais tomámos como ponto de partida o não serem anteriores ao século XVIII. Essa decisão justifica-se por ser nessa centúria que se observam as grandes transformações na vida administrativa de Santo Antão (fim do modelo das donatarias) e se desenvolve um processo de administração direta por parte da Coroa.

Assim, identificámos duas descrições sobre Cabo Verde elaboradas no século XVIII. A primeira é a *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos*. Essa obra editada em 1784 não especifica o seu autor e tal como o título sugere é mais um subsídio para a história eclesiástica de Cabo Verde do que uma descrição geográfica. Não obstante, o seu valor está na menção da organização religiosa existente, a qual só seria alterada, no caso de Santo Antão, em meados da década de 1880, quando se faz uma tentativa de unificar duas das paróquias existentes.

A *Notícia Corográfica...* é um texto descritivo, narrativa para o conjunto das ilhas, fazendo em alguns pontos comentários referentes a cada uma delas. Como refere

Veiga dos Santos (2011) esta obra é o “primeiro documento do tipo que descreve com uma certa minúcia a descoberta das ilhas, os grupos étnicos que participaram no povoamento e o papel que eles desempenharam na vida social do arquipélago cabo-verdiano, tudo num só texto.”(Veiga dos Santos, 2011: 20).

O segundo trabalho elaborado no século XVIII é o texto de João da Silva Feijó, *Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde*. Esta obra, que se presume escrita em 1797, é um dos primeiros estudos elaborados no quadro da Academia de Ciências de Lisboa, sendo publicada nas *Memorias Económicas* da instituição, em 1815. O trabalho de Feijó foi produto das expedições régias ou viagens filosóficas aos territórios ultramarinos promovidas pelo professor Vandelli da Universidade de Coimbra e apoiadas pela Coroa portuguesa. O interesse destes itinerários era realizar estudos de tipo naturalista que permitissem inventariar as colónias a partir duma série de temas que abarcavam os aspetos demográfico, económico, social, e político.

O trabalho de Feijó foi realizado a partir de sua estada no arquipélago, entre 1783 e 1797, onde recompilou diferentes informações tanto a partir de documentos oficiais como dos relatos de diferentes autoridades. Como resultado, o estudo de Feijó seria o modelo descritivo que se adotaria nas posteriores descrições geográficas sobre Cabo Verde. No caso da ilha de Santo Antão, os seus comentários estão centrados no tema da agricultura, comentando os vales férteis com a cultura da vinha (ao contrário do resto do arquipélago, onde se cultivava a cana sacarina), a indústria dos panos que eram vendidos na Guiné, e a urzela que era inicialmente comercializada por um grupo de espanhóis provenientes das ilhas Canárias.

Com referência ao contexto de produção desta fonte, o trabalho de Guedes (1997) identifica um período de tempo de grande instabilidade política, produto da expansão das ideias liberais. Isso explicaria uma série de problemas sofridos por autores como Vandelli e o próprio Feijó, pelas suas supostas ligações com a Maçonaria. Essa perseguição é visível nas condições de vida de Feijó. Segundo Guedes (1997) as provas estão na ausência de pagamentos e nas críticas ao seu trabalho que procuravam dificultar o seu desenvolvimento e também contestar a veracidade das suas observações. Contudo, o texto consegue ser editado em Lisboa, originando uma nova controvérsia, já que Pusich (futuro Governador da Província) o “plagiaria” em grande parte, apresentando-o como uma obra sua, como parte de uma estratégia política e pessoal, em 1822.

Pusich aproveitaria a conjuntura da década de 1820 para apresentar os seus trabalhos como uma crítica ao modelo colonial e defender uma reestruturação da administração de Cabo Verde. Durante esse período, ocorre o regresso da Corte de

Rio de Janeiro e, posteriormente, a independência do Brasil. São estes os fatores que justificam o relativo abandono por parte da metrópole sobre a administração dos seus territórios ultramarinos. Será o preâmbulo dos protestos de Luís Loff e dos nativistas cabo-verdianos de finais do século XIX. Mas os trabalhos de Pusich não eram só a visão duma elite cabo-verdiana que procurava que o arquipélago acedesse ao estatuto de território adjacente e não se mantivesse como território ultramarino. Pusich também se apoiaria no trabalho de Feijó para sustentar a ideia da rentabilidade e das vantagens que o arquipélago ofereceria à metrópole como território colonial.

Além dos trabalhos de Pusich e de Feijó, durante a primeira metade do século XIX, principalmente na década de 1810, surgem outros trabalhos descritivos sobre o arquipélago de Cabo Verde, a maioria apresentados como relatórios. Esses trabalhos são: *Dissertação das ilhas de Cabo Verde* de Manuel Roiz Lucas de Senna e *Memória sobre a província de Cabo Verde* de António Feliciano de Castilho, entre outros. As características destas obras, além de mencionarem as condições económicas das ilhas, teriam uma orientação mais política, procurando realizar uma crítica aos agentes coloniais e informar sobre os contínuos abusos na respetiva administração. São tentativas, nem sempre bem sucedidas, para que a metrópole fosse mais ativa no governo local.

b) Descrições da segunda metade do século XIX

Na segunda metade do século XIX as descrições geográficas convertem-se em documentos de grande valor propagandístico promovido pelo interesse dos Estados Coloniais na exploração do continente africano, visto como o último território, na escala global, para o estabelecimento de colónias. Neste contexto, cada Estado inicia um processo de apoio e promoção de diversas viagens exploratórias nos territórios até então “inexplorados” que captava a atenção de diversos públicos tanto académicos como de iniciativa privada.

Robert Butlin (2009) no seu trabalho *Geographies of Empire* aborda essa temática do ponto de vista da Geografia histórica, mostrando o papel da ciência geográfica como principal catalisador das políticas imperiais. Para Butlin existe uma relação entre as viagens de exploração e o aparecimento das Sociedades de Geografia europeias, onde a veracidade nos relatos e a cartografia serão uma das principais premissas deste período. Por sua parte Hélène Blais (2011) coordena o trabalho *Territoires impériaux: Une histoire spatiale du fait colonial* onde uma abordagem semelhante está mais concentrada no processo de construção dos espaços coloniais através do conhecimento geográfico. Nesta autora a consolidação do conceito de

apropriação territorial significa a forma como o conhecimento e as suas técnicas de produção delimitam e constroem uma imagem territorial específica.

Nesta perspetiva as duas descrições que abordamos como fontes secundárias para este período seguem essa corrente, partilhando o objetivo das descrições da década de 1840: promover e exaltar os territórios coloniais para sua dominação militar e exploração comercial.

Assim, o primeiro documento consultado é o texto de Francisco Travassos Valdês, *África Occidental. Noticias e Considerações*, editado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1864⁴⁰. Esta obra é a tradução portuguesa de *Six years of a travellers life in Western África* escrita pelo mesmo autor, cuja primeira edição foi publicada em Londres, em 1861. As principais características da obra estão associadas à sua estrutura. Por um lado, é uma descrição de todos os territórios ultramarinos localizados em África; por outro, teve uma larga publicidade, sendo mencionado em diversos jornais portugueses, ingleses e franceses. Esse interesse mediático explica-se pelo texto ser uma visão alternativa às viagens de exploração realizadas por Livingstone, convertendo-se numa nova referência, mais recente e com novas notícias desses lugares africanos.

A intencionalidade do livro pode entrever-se na dedicatória ao rei D. Luís I, onde o autor explica que seu principal objetivo é “[...] despertar a atenção dos homens d’estado sobre a situação das nossas importantissimas possessões africanas”. E, fundamentando a sua ideia lembra o “vasto campo que ellas poderiam offerecer a quasquer empresas agricolas e commerciaes” (Valdês, 1864). Mas a sua proposta não é apenas para as promover. É também para divulgar uma visão crítica que permitisse dar a conhecer a produção geográfica com referência aos territórios ultramarinos, sendo ainda uma oportunidade para “offerecer noticias exactas e recentes ácerca do seu estado social e desenvolvimento, rectificando ao mesmo tempo os erros e inexactidões que alguns escriptores estrangeiros têm adrede propalado a semelhante respeito, e que de feito careciam ou carecem de uma refutação plena e categorica” (Vâldes, 1864).

O trabalho de Travassos Vâldes está dividido em dois volumes, sendo o primeiro “as colonias portuguezas ao N. do equador” e o segundo “as que lhe ficam ao S”. Sendo de particular interesse para esta investigação o capítulo 3 do primeiro volume, onde descreve as ilhas de Barlavento do arquipélago de Cabo Verde.

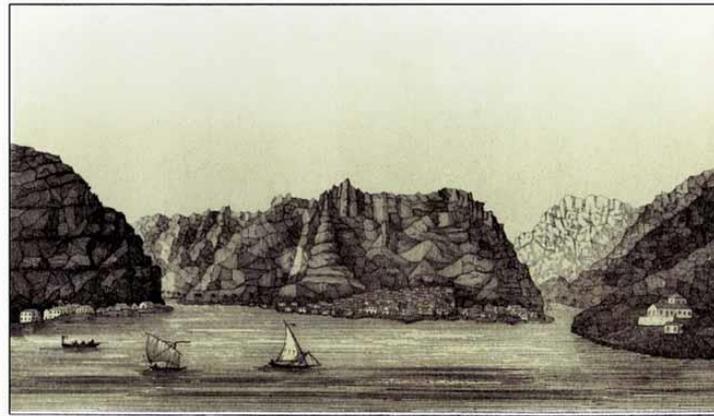
⁴⁰ Francisco Travassos Valdês nasceu em Elvas, em 1787, e faleceria em Lisboa, em 1860. Desempenhou vários cargos públicos: Par do Reino, em 1842, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro de Guerra e da Marinha, entre outros.

Neste capítulo Travassos Valdês descreve o percurso que realizou durante sua visita a essas ilhas, partindo de São Vicente até chegar a S. Nicolau, sendo Santo Antão a paragem intermédia. Isso explica-se pela organização da navegação pelas ilhas de Barlavento, que sempre partia do Grande Porto de Mindelo, principal centro económico da região.

Travassos Valdês chegaria a Santo Antão a partir do Mindelo atravessando o canal de São Vicente até ao porto de Carvoeiros. Intuímos que a escolha deste porto se deve à sua importância como o local mais próximo de São Vicente, e também porque a data em que o autor estaria em Carvoeiros coincide com a festa de S. João, uma das principais festividades desta ilha. Depois, Travassos Valdês visita o Nordeste de Santo Antão onde passará pelas povoações da Ribeira Grande, Penha de França, Ponta do Sol e Paul, para finalmente voltar ao porto de Carvoeiros para seguir caminho por barco até S. Nicolau.

Os temas que estruturam as suas observações estão relacionados com a riqueza hídrica, principalmente as suas vantagens para o desenvolvimento agrícola como é possível observar nas ribeiras de Paul e do Figueiral, complementando a informação com uma revisão dos aspetos económicos (orientada para a produção agrícola e para a diversidade de produtos disponíveis), pelos comentários sobre o mau estado dos caminhos, e pela insatisfação com as condições de salubridade da principal vila da ilha. O que é relevante no seu relato é a forma como o autor exalta a produção local de matérias primas que teriam um maior valor comercial e que permitiriam maiores rendimentos à administração local, como é o caso do incentivo à produção do algodão e da urzela. O autor faz também uma série de propostas para minorar o impacto das secas mediante a proibição da exportação de cereais (que sejam apenas para consumo interno), como acontecia no arquipélago das Canárias, e o incentivo de novas culturas como o tabaco. Outra das informações interessantes do texto é o seu inventário dos principais comerciantes desta ilha, onde encontramos uma pequena comunidade judaica, como nos tinham comentado nas entrevistas. Durante o século XIX eram os principais comerciantes da ilha, lugar hoje ocupado pelos imigrantes chineses. Dentro deste tema das migrações, o texto de Travassos Valdês é a primeira obra onde é mencionada a colonização espanhola nos Altos da Corda e das Caldeiras, onde foi introduzido o cultivo de cereais.

Finalmente devemos mencionar que Travassos Valdês divulga uma gravura da Ribeira Grande (Figura 6) que constitui a única referência visual a esta povoação entre as fontes consultadas. É interessante verificar que apesar de esta vila ser uma das mais importantes de Cabo Verde durante o século XIX não existe nenhuma planta urbana nem outra fonte iconográfica do local.



VISTA DA POVOAÇÃO DA RIBEIRA GRANDE NA ILHA DE SANTO ANTÃO

Figura. 6 - Vista da povoação da Ribeira Grande publicada por Travassos Valdês, em 1864

O segundo mais importante trabalho sobre o arquipélago publicado na segunda metade do séc. XIX é o de João Augusto Martins, *Madeira, Cabo-Verde e Guiné* (1891). Ao contrário do texto de Travassos Valdês, o de Martins procura deixar uma crítica: Cabo Verde seria o principal fundamento para sustentar a ideia do abandono administrativo das colónias por parte da metrópole. Existem vários motivos para provar o seu descontentamento, partindo do contexto centrado no *ultimatum* britânico e terminando na sua avaliação negativa dos diversos governadores que pouco contribuíam para o desenvolvimento do território.

Desde esta perspetiva, a secção da obra dedicada a Santo Antão limita-se a uma síntese histórica do seu povoamento, às referências ao seu relevo montanhoso e à riqueza das suas ribeiras, passando por um inventário das atividades produtivas e das principais povoações. Mas o seu relato contém um comentário chave para a política local e territorial deste período, referenciando qual deveria ser a localização da sede do Concelho de Paul. Na sua opinião, Carvoeiros era a melhor locação devido à importância do seu porto (frente à ilha de São Vicente) e por ter a possibilidade privilegiada de se ligar por vários caminhos, a diversas povoações das freguesias de S. João Baptista e de Santo António das Pombas.

Quanto às condições económicas, Martins ressalta o papel da agricultura nesse processo mediante o aproveitamento da fertilidade dos extensos vales da ilha. Assim, o café seria a principal cultura produtiva, seguida pela produção de cana de açúcar, aguardente e cereais.

Finalmente o autor relata o desenvolvimento urbano da vila de D. Maria Pia situada na Ponta do Sol, funcionando então como sede do Concelho da Ribeira Grande estando “bem situada, florescente em edifícios públicos, subordinada a um bem delineado plano” (Martins, 1891: 170).

c) As obras de Senna Barcellos

Christianno José de Senna Barcellos é um dos principais autores que devem ser consultados para compreender-mos a história de Cabo Verde. O valor dos seus trabalhos passa por abordarem diversas temáticas desde a perspectiva de um natural do arquipélago. O autor redigiu duas obras de grande valia: *Subsídios para a História de Cabo Verde* e *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo-Verde desde 1719 a 1904*.

Subsídios para a História de Cabo Verde, é um texto histórico organizado em três volumes publicados pela Academia das Ciências de Lisboa, entre 1899 e 1905, onde o autor estabelece uma narração dos principais eventos administrativos que influenciariam a evolução de Cabo Verde desde o século XV, início da colonização, até mediados do século XIX.

Quanto ao segundo texto, sobre as secas, o autor afirma que os seus objetivos são: “reunir o maior numero de elementos que contribuíram para a mortalidade do povo [...] fazer um estudo comparado das fomes, ou crises alimentícias, desde a mais antiga, de que ha memoria, com a de 1903; indicando não só as providencias tomadas em varias disposições régias, mas os esforços empregados pelos governadores para a salvação da gente confiada ao seu paternal cuidado” (Senna Barcellos, 1903).

Este trabalho é fundamental para compreender a influência das condições climáticas sobre a vida quotidiana dos cabo-verdianos, principalmente a contínua ameaça das secas e fomes que em diversas ocasiões afetariam largamente a composição demográfica. Através dos “apontamentos” de Senna Barcellos podemos observar as diversas práticas de mitigação deste fenómeno onde o papel da administração local e metropolitana é questionado e criticado fortemente pela sua incapacidade perante as dramáticas circunstâncias, enquanto são comparadas com algumas ações exemplares de diversos terratenentes “mais solidários com o povo em crise”, o que justifica em parte a sua ascensão social.

Mas, nesta obra também temos informação sobre o papel de outros Estados na mitigação das fomes, principalmente dos Estados Unidos de América, que em mais duma oportunidade ajudou o povo cabo-verdiano, principalmente nas secas e fomes da segunda metade do século XIX, mediante a entrega de alimentos. Essas ajudas são vistas pelo autor como verdadeiros atos assistenciais que contrastavam com a indolência e incapacidade da metrópole em auxiliar Cabo Verde.

É assim bastante visível neste texto a dificuldade dos governos locais em adotarem ações eficientes devido ao excesso de burocracia e de centralização do poder, onde cada uma das decisões devia ter o aval da Coroa, adiando indefinidamente os processos. Nesta perspetiva Senna Barcellos evidencia admiração por aqueles que apesar de estarem limitados pela burocracia metropolitana adotaram providencias de ajuda ao povo, o que foi visto como “desacatos contra a Coroa” e que em muitas ocasiões terminaria com inquéritos judiciais ou com o fim das suas carreiras políticas. Isto porque a maioria das providencias tomadas localmente incluíam o recursos às “riquezas” locais, principalmente o produto dos impostos da Fazenda, para incentivar a economia local e conseguir comercializar produtos graças ao tráfego marítimo de longo curso existente nos portos do arquipélago, mas também as políticas de substituição dos cultivos produtivos por outros géneros que permitissem alimentar as populações, enfrentando as elites locais.

Mas, a mais interessante proposta de política de mitigação das fomes está associada à construção de caminhos e à vinculação laboral, o que seriam as “frentes de trabalho”. Podemos comprovar que em cada período de crise, a administração local iniciava um processo de contratação de mão de obra local para construir e manter a rede viária, os sistemas de mobilidade no interior das ilhas. O que resulta interessante é que os habitantes nem sempre viam essas diretivas como uma oportunidade, pelo contrário, seria um trabalho bastante censurado entre a população.

d) A visão de Immanuel Friedlaender

Se bem que a obra de Immanuel Friedlaender seja posterior às balizas temporais desta investigação, o seu trabalho demonstra a importância das descrições geográficas e o seu interesse para os políticos, como instrumento de propaganda⁴¹. A sua obra que inicialmente seria um estudo sobre os solos e os vulcões do arquipélago captaria a atenção do Administrador da ilha de Santo Antão, Vicariato Fonseca.

Aproveitando a presença de Friedlaender, o Administrador encomendou-lhe a realização duma série de observações sobre o clima e as ribeiras da ilha com a finalidade de encontrar mecanismos de mitigação das secas que afetavam periodicamente o território. Tal como menciona Friedlaender, a sua recusa na realização deste tipo de trabalhos prendia-se com o seu desconhecimento desses fenómenos, já que não era climatólogo, e portanto as suas observações poderiam

⁴¹ Immanuel Friedlaender era um vulcanólogo alemão que visitou o arquipélago de Cabo Verde na primeira década do séc. XX. Os seus trabalhos concentram-se na ilha de Fogo, e posteriormente, nas outras ilhas onde realiza diversas observações sobre as suas características físicas.

carecer do rigor científico. Contudo, a sua obra seria plagiada por parte da administração local, publicando-se capítulos do seu estudo no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, em 1913.

A tradução do conjunto do texto havia já sido editada em Lisboa, um ano antes, sob o título: *Subsídios para o Conhecimento das Ilhas de Cabo Verde*. Complementarmente existe uma série cartográfica editada em 1912 composta por uma carta de conjunto de todas as ilhas desta Província na escala de 1: 1.000.000, e por uma carta da ilha de Santo Antão na escala de 1: 200.000.

Nestas cartas ressalta uma clara diferença em relação aos trabalhos publicados pela Comissão de Cartografia, particularmente no que respeita às técnicas utilizadas na sua elaboração. As mais visíveis são a representação das altitudes mediante o desenho de curvas de nível com uma equidistância de 100m, e os cortes topográficos.

Quadro 6. Crítica de fontes.		
Tipo de fonte	Fonte Primária	Fonte(s) Secundaria(s) -de apoio ou controle-
Descrições	<ul style="list-style-type: none"> - José Conrado Carlos de Chelmicki. (1840-1842). <i>Corografia cabo-verdiana: ou, Descrição geographico-historica da provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné.</i> - José Joaquim Lopes de Lima. (1844). <i>Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas. Das ilhas de Cabo Verde e suas dependencias</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Anónimo. (1784). <i>Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde ...</i> - Puscich, António. (1822). <i>Memoria ou descrição physico-política</i> - Feijó, João da Silva. (1815). <i>Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde.</i>
Relatórios Governadores	<ul style="list-style-type: none"> - Ferrão, Carlos Ribeiro Nogueira. (1898). <i>Estudos sobre a ilha de Santo Antão : Provincia de Cabo Verde.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Martins, João Augusto. (1891). <i>Madeira, Cabo-Verde e Guiné.</i> - Vasconcellos, Ernesto J. de C. (1903). <i>As colónias portuguezas: geographia physica, politica e económica.</i> - Christiano José de Senna Barcellos. (1904). <i>Alguns Apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904.</i> - Christiano José de Senna Barcellos. (1905). <i>Subsidios para a História de Cabo Verde e Guiné.</i> - Firedlaender, Immanuel (1914). <i>Subsidios para o conhecimento das Ilhas de Cabo Verde. Resultados de uma viagem de estudo no verão de 1912.</i> (trad. A.J. Garcia Guerreiro)
Roteiros Náuticos	<ul style="list-style-type: none"> Barcellos, Christiano José de Senna. (1892). <i>Roteiro do Archipelago de Cabo Verde</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Borja y Salamanca, Luís. (1874). <i>Derrotero de las islas de Cabo Verde.</i>

Cartografia	<ul style="list-style-type: none"> - Cartografia de Chelmicki (1843). - Cartografia de Lopes de Lima (1844) - Serie Comissão de Cartografia (1887-1932) - Cartografia de Senna Barcellos (1892 – 1904). 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas de Immanuel Friedlaender. <ol style="list-style-type: none"> 1. Santo Antão. Escala 1: 200.000. Berlin: DictrichReimer (Ernest Vohsen). (Karte 11). 2. Geologische Kartenskizze der Kapverdischen Inseln, Escala: 1:1.000.000. Berlin: DictrichReimer (Ernest Vohsen). (Karte 1).
--------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CAPÍTULO 2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM SANTO ANTÃO

1. Espaço físico.

Santo Antão é caracterizada por um vigoroso relevo com altitudes elevadas e vales profundos, com ribeiras de caudal fraco ou nulo que se distribuem por toda a ilha. São estes aspetos físicos que determinaram a organização de todo o espaço da ilha. Partindo desta realidade, através das descrições e da cartografia, as características naturais foram utilizadas para criar um discurso centrado na localização e delimitação de cada área, convertendo-se em referências espaciais, como também seriam indicadores da evolução do nível de conhecimento de cada espaço, alimentando os conteúdos de cada um deles.

O espaço natural foi descrito segundo três escalas distintas, encontrando-se sempre presente a escala insular (Santo Antão como um todo). Desde a descrição de Chelmicki até ao relatório de Nogueira Ferrão, procuram-se identificar e hierarquizar as principais características físicas, convertendo-as em referências em relação às outras ilhas do arquipélago e exaltando seu valor. A segunda escala recorrente é a urbana, centrada nas vilas da Ribeira Grande (Santa Cruz em Chelmicki e Lopes de Lima) e da Ponta do Sol (D. Maria Pia em Nogueira Ferrão) na qual se observa uma integração entre os elementos naturais e os sítios dos núcleos populacionais. Finalmente, a terceira escala, apenas utilizada por Nogueira Ferrão, é a “sob-regional/local” caracterizada pela organização das freguesias da ilha, onde as características físicas se convertem em delimitação e conteúdo de cada espaço administrativo, procurando apresentar as diferenças e as vantagens de cada uma delas, num processo de “regionalização” no interior da ilha.

Em seguida, comentarei o espaço físico operacionalizado em três dimensões, procurando evidenciar a sua evolução através das descrições e apoiando o texto nas representações cartográficas.

1.1. Localização, extensão e divisão do espaço.

Referir os aspetos de localização, extensão e divisão do espaço da ilha a partir das características físicas significa observar a forma como o uso dessas características geográficas permitem situar um território. Em qualquer descrição, a localização é sempre marcada segundo a escala de análise, desde uma visão insular até uma visão urbana, em função das áreas a referenciar.

Partindo da imagem de conjunto da ilha, o trabalho de Chelmicki limita-se a situar a ilha de Santo Antão com referência ao arquipélago, descrevendo-a como a “mais Occidental e Septentrional: lançada ao NNE, tem 12 legoas de comprido e quazi tanto de largo. (...) A sua extensão é de 130 legoas quadradas. (Chelmicky, 1840: 12-13). Posteriormente, Lopes de Lima agregaria o uso de pontos de referência, descrevendo-a como “lançada no mappa do Nordeste ao Sudoeste, e tem nessa direcção oito legoas de comprimento desde o Paul até o Tarrafal – e umas quatro legoas de largura de Norte a Sul desde Garça até os Carvoeiros, pelo meio da ilha, a qual adelgaça porém para Nordeste: a sua área pode calcular-se em 240 milhas quadradas” (Lopes de Lima, 1844: 74).

Esse uso dos pontos de referência é uma variante para entender a forma como se hierarquiza o espaço físico segundo a sua função. Por um lado, observamos uma maior “cientificidade” na necessidade de estabelecer um critério de exatidão, e, por outro, a preocupação de tornar visíveis certos aspetos como os portos e as ribeiras. Assim, Lopes de Lima oferece o seguinte quadro de referências espaciais.

Exposição	Localidades	Latit. N	Longit. O de Lisboa
Ao Norte.	Ponta do Sol (Fundeadouro)	17°13'	16°01'
Ao NE.	Ribeira Grande	17°11'	15°59'
	Ribeira de Paul	17°08'	15°55'
Ao NO	Ribeira de Garça	17°10'	16°05'
Ao Sueste	Porto de Carvoeiros	17°01'	16°00'
Ao SO	Porto de Tarrafal	16°57'	16°13'
Lopes de Lima, 1844: 75			

Se bem que Nogueira Ferrão não utilize uma escala insular para os aspetos físicos, introduz uma nova escala “regional” para delimitar o espaço, especificamente para localizar mediante referências físicas cada uma das freguesias⁴². Assim, no seu trabalho descreve cada uma delas da seguinte forma:

⁴² Nas descrições anteriores a menção às freguesias é apenas ilustrativa.

- Freguesia de Nossa Senhora do Rosário: “[...] é limitada por uma linha que, partindo á beira-mar para L da Ponta do Sol, ao N., vae até Lombo da Saudade e d'ahí até encontrar as bordas da Ribeira do Paul, Cova, Veredas, ao S., bordas da Ribeira do Figueiral, da Ribeira Grande, Picoteiro n'esta ultima ribeira, Manuel de Joelho, bordas da Ribeira do Mocho, a O, até o mar, de onde segue finalmente a terminar na Ponta do Sol.” (Nogueira Ferrão, 1898: 41).

- Freguesia de Santo Antonio das Pombas: “[...] é limitada pela freguesia de Nossa Senhora do Rosario, desde a Ponta do Guerreiro ou Lombo da Saudade, e bordas da Ribeira do Paul até a Cova; depois pela freguesia de S. João Baptista, desde a Cova a Pico da Cruz e Ponta do Boi, onde está situado o pharol Fontes Pereira de Mello.” (Nogueira Ferrão, 1898: 55).

- A Freguesia de S. João Baptista: “[...] vulgarmente denominada O Campo, é a maior de toda a ilha e occupa dois terços da superficie aproximadamente: é limitada por uma linha que, partido pela codilheira desde o pharol Fontes Pereira de Mello, atravessa o Pico da Cruz e a Cova, de onde parte directamente para o Pé de Morro; segue depois pelas bordas da Ribeira do Pinto até á embocadura da Ribeira do Alto Mira, depois de ter atravessado toda a ilha.” (Nogueira Ferrão, 1898: 58).

- Freguesia de Santo Crucifixo: “[...] é um território interior limitado pela freguesia de Nossa Senhora do Rosário pelo noroeste desde o cerro “Picoteiro até as bordas do Figueiral da Ribeira Grande; em seguida pelos Cabeços da Ribeira da Torre, nas terras da Corda, Agua das Caldeiras, Pé do Morro, Ribeira do Pinto, Maróços, e Ourincas até o Picoteiro” (Nogueira Ferrão, 1898: 53).

- Freguesia de S. Pedro Apóstolo: “[...] é limitada pela freguesia de Nossa Senhora do Rosario nas bordas da Ribeira do Mocho ao NO., pela freguesia de Santo Crucifixo nos altos dos montes Ourincas até aos Maróços, e d'ahí por uma linha que vae até á embocadura da Ribeira do Alto Mira, e que segue depois á beira-mar até á embocadura da Ribeira da Mocho.” (Nogueira Ferrão, 1898: 63).

Partindo desta descrição das freguesias de Santo Antão por parte de Nogueira Ferrão confrontamos o seu conteúdo com o mapa de Senna Barcellos de 1892. É assim possível termos uma ideia da dimensão de cada uma das áreas, como também confirma a ausência duma narrativa continua na delimitação do espaço. Isto significa que a pesar de existir na década de 1890 uma relativa coerência e conhecimento sobre o território e as suas características, a delimitação do espaço ao ser representada visualmente não é homogénea, como se observa na figura 7.

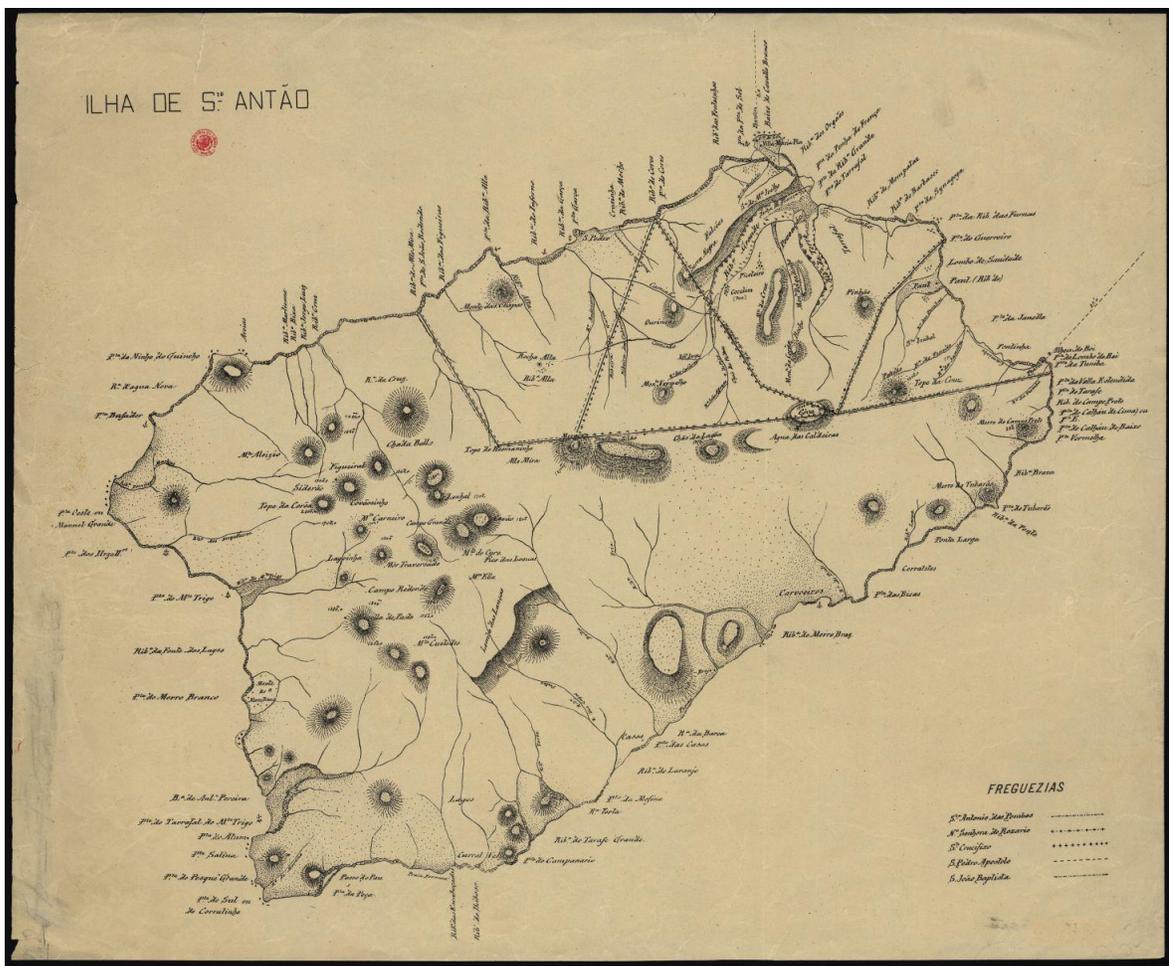


Figura. 7 - Divisão Administrativa da ilha de Santo Antão, mapa de Christiano José de Senna Barcellos, 1892⁴³.

Em relação à escala urbana deve-se mencionar a existência duma hierarquia marcada pelos centros administrativos, Ponta do Sol (D. Maria Pia em Nogueira Ferrão) e Ribeira Grande (Santa Cruz em Chelmicki e Lopes de Lima); as povoações emergentes como é o caso de Pombas⁴⁴; e o conjunto de pequenas povoações distribuídas pela ilha que carecem de informação detalhada ou simplesmente são omitidas. Nesta ordem, a primeira vila que abordaremos será Ponta do Sol, seguida pela Ribeira Grande.

Em Chelmicki, o espaço urbano de Ponta do Sol limita-se à área plana do extremo Norte da ilha, sendo o único local com essas características. Lopes de Lima utilizará a mesma referência de “planície”, novamente com a intenção de situá-la como “[...] uma

⁴³ Este mapa faz parte do *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*. É um dos poucos mapas existentes que apresentam a divisão administrativa de Santo Antão no séc. XIX.

⁴⁴ Pombas uma povoação em ascensão, na década de 1880, pela criação e extinção do Concelho de Paul.

planície, que se vai elevando para o Norte até pegar na encosta da montanha” (Lopes de Lima, 1844: 76). Nogueira Ferrão não faz uma descrição das condições físicas deste espaço, concentrando-se só no porto, aspeto que será abordado mais à frente neste estudo.

Quanto à vila da Ribeira Grande Chelmicki descreve-a “[...] situada ao Nordeste, um pouco a Leste da ponta do Sol, no confluente de duas ribeiras, n'um valle cercado d'altas montanhas, sobre uma das quaes é construída uma parte d'ella chamada Penha de França.” (Chelmicky, 1840: 18). Lopes de Lima observaria que esta vila está situada na “planura da Ribeira Grande a qual desemboca ao Nordeste em uma enseada esparcellada, e inabordable, aonde se lhe vem unir outra Ribeira menor; e é na confluencia dellas, no regaço de altissimas montanhas, que está assentada a Villa, estendendo um de seus arrabaldes (o mais vistoso por haver alli muitas casas de proprietarios Brancos) pela encosta de uma colina cultivada e verdejante, chamada a Penha de França.” (Lopes de Lima, 1844: 77). Na visão de Nogueira Ferrão esta vila caracteriza-se por se encontrar “cercada de alterosas montanhas, menos do lado do mar, por onde recebe ventilação.” (Nogueira Ferrão, 1898: 47).

1.2. Relevo, hidrografia e clima.

Como se infere nas descrições e na cartografia, a ilha de Santo Antão é um espaço montanhoso onde ressaltam os diferentes e profundos vales das ribeiras. O que é fundamental nesta dimensão é a forma como se transmite um maior conhecimento do ambiente físico, novos aspetos toponímicos e altitude das montanhas, que permitem compreender a composição da paisagem.

Na descrição de Chelmicki utiliza-se uma escala insular para mostrar os diversos elementos representativos dessa paisagem. É o caso da sua observação: “E' tão alta que se avista á distancia de 18 legoas. Apresenta-se negrejando com escabrosidades, montanhas umas sobre outras, até as nuvens que de ordinario cobrem parte de seus cumes.[...] Dois montes peia su maior altura, dos quaes é o mais elevado o chamado Pão d'Assucar. A altura media de varios pontos da Ilha é de 1500 pés, o seu mais alto pico é de 8000 pés.(...) No meio della vê-se distintamente uma espaçosa cratera de antigo volcão.” (Chelmicky, 1840: 13).

Mantendo uma escala insular Chelmicki identificará o topo de duas montanhas, o Alto da Corda e o das Caldeiras, outro exemplo que se relaciona com a agricultura e a ocupação do espaço, temas que desenvolveremos mais na frente.



Figura. 9 - Principais montanhas da ilha de Santo Antão segundo a descrição de Lopes de Lima. Detalhe do mapa publicado por Lopes de Lima, em 1844.

A descrição de Nogueira Ferrão difere, principalmente, pela existência de uma mais densa informação sobre o espaço, produto do processo cartográfico liderado pela Comissão de Cartografia e a sua carta de 1887, na escala de 1: 100.000. Se bem que o mapa não contemple a divisão administrativa, quando a relacionamos com a descrição de Nogueira existe uma ampla correspondência entre as informações. Esse reconhecimento é homogêneo para todo o território insular, sendo assim especificado em cada uma das freguesias:

- Freguesia de Nossa Senhora do Rosário: “Toda ella é muito montanhosa, e as suas serras mais importantes são: a Serra Negra, Serra dos Falcões, e a Serra de Manuel do Joelho, a O., da Ribeira Grande, á qual servem de bordas, os Montes do Picoteiro, a L., da mesma ribeira, e as montanhas da Costa de Leste, que servem de bordas á Ribeira de Paul. De todas estas serras partem ramificações menos importantes.” (Nogueira Ferrão, 1898: 41).

- Freguesia de Santo António das Pombas: “É toda ella muito montanhosa, os seus pontos mais elevados são: a Cova, a 1:900 metros, e o Pico da Cruz a 1:900 metros acima do nivel do mar. “(Nogueira Ferrão, 1898: 55).

- Freguesia de Santo Crucifixo: “[...] é das mais accidentadas e montanhosas da ilha. Todas as ribeiras que a atravessam têm origem em elevadissimas altitudes, e é cortada em todas as direcções por profundas e extensas ravinas que alimentam aquellas no tempo das chuvas. [...] Os pontos de maior altitude da suas montanhas são o Monte Vermelho, o Pilão e os montes de Cham de Lagóa. Está ultima é uma planicie,

rodeada de montes de varias alturas, que mede 6 kilometros aproximadamente de comprido, e que terá talvez algumas 4 leguas de circumferencia. É o planalto mais extenso e de superficie mais regular de Santo Antão.” (Nogueira Ferrão, 1898: 54)

- Freguesia de São João Baptista: “A freguesia de S. João Baptista é muito montanhosa no centro e ao N., é extraordinariamente plana ao S. e E. [...] Os pontos mais elevados das suas montanhas são: O Tope de Coróa, situado a 2:700 metros acima do nivel do mar, e de onde, como já disse, se descobrem algumas ilhas; O Covão e o Alto Mira, a 1:800 metros; o Monte Carneiro, o Siderão, o Lenhal, e o Campo redondo, a 1:700 metros; o Traversado, a 1:687 metrees, o Monte Custodio, a 1:580 metros, etc, etc.” (Nogueira Ferrão, 1898: 59).

- Freguesia São Pedro Apóstolo: “Esta freguesia é bastante accidentada, e os seus montes mais elevados são: os Ourincas, o Monte das Chapas, a Rocha Alta, e os Maroços, que têm 1:920 metros de altura acima do nivel do mar.” (Nogueira Ferrão, 1898: 63).

Como já referimos, a descrição de Nogueira Ferrão está mais ligada ao trabalho da Comissão de Cartografia. Como se observa no seu texto há uma correspondência entre os lugares mencionados e a representação gráfica. Embora a carta da ilha de Santo Antão editada em 1887 não incluísse a divisão administrativa, pode-se observar que as linhas do relevo coincidem com os limites dessa divisão. Se comparamos o texto de Nogueira Ferrão com os trabalhos de Chelmicki e de Lopes de Lima, há claramente uma maior identificação das características físicas da ilha.

No caso da rede hidrográfica o processo é semelhante. Existe uma visão geral para Santo Antão nas descrições de Chelmicki e de Lopes de Lima, e uma visão mais específica em Nogueira Ferrão. A figura 10 deixa ver facilmente os vazios no interior da ilha, e o reconhecimento do curso das ribeiras, que está relacionado em grande parte com as povoações localizadas junto da foz. Nesse caso, o excesso de informação para a parte NE da ilha relaciona-se com o principal espaço de chegada a Santo Antão, e sendo a fertilidade das ribeiras o principal fator de desenvolvimento urbano, explicar-se-ia a presença da Ribeira Grande e de Paul. Entretanto, o caso de Garça e da Ribeira das Patas liga-se a outros fenómenos: a dispersão populacional no interior que encontra ao longo das ribeiras, um caminho ou áreas de cultivo que permitem por em comunicação o interior com o litoral. São também locais onde a navegação de cabotagem, tem algumas condições de fundear, embora na sua maioria adversas. Finalmente, o caso do Tarrafal e da sua Ribeira é um caso atípico que só pode ser explicado pela concentração

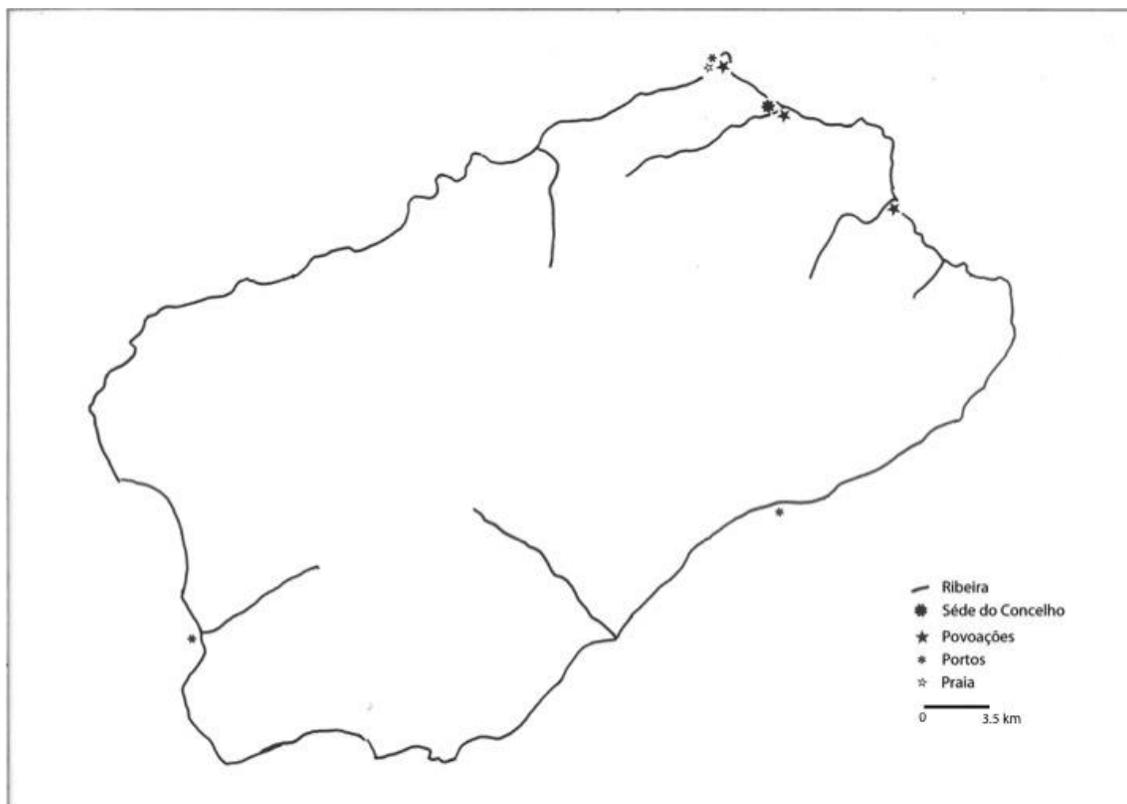
da posse da terra e do isolamento dessa área. Como menciona Chelmicki, “só se podem abastecer os barcos, e além do mais é uma propriedade privada do Sr. Martins”⁴⁵.

No aspeto urbano só a povoação da Ribeira Grande (Santa Cruz, em Chelmicki) tem uma relação direta com seu “espaço hídrico”, principalmente pelas ameaças que essa situação acarreta. Sendo particularmente grave a menção das cheias que ameaçam a população durante os períodos de chuva, os quais sempre ocasionam diversos danos na vila.

Para Lopes de Lima (ver figura 11) “[...] não se podem contar as muitas ribeiras, regatos, e fontes que abrolham por toda a parte do seio de dessas montanhas de cinco, seis e oito mil pés de altura [...] ribeiras sempre copiosas e que no tempo das agoas chegam a ser torrentes assoladoras, que se desempenham por onde as quebradas da serra lhes oferecem caminho” (Lopes de Lima, 1844: 78).

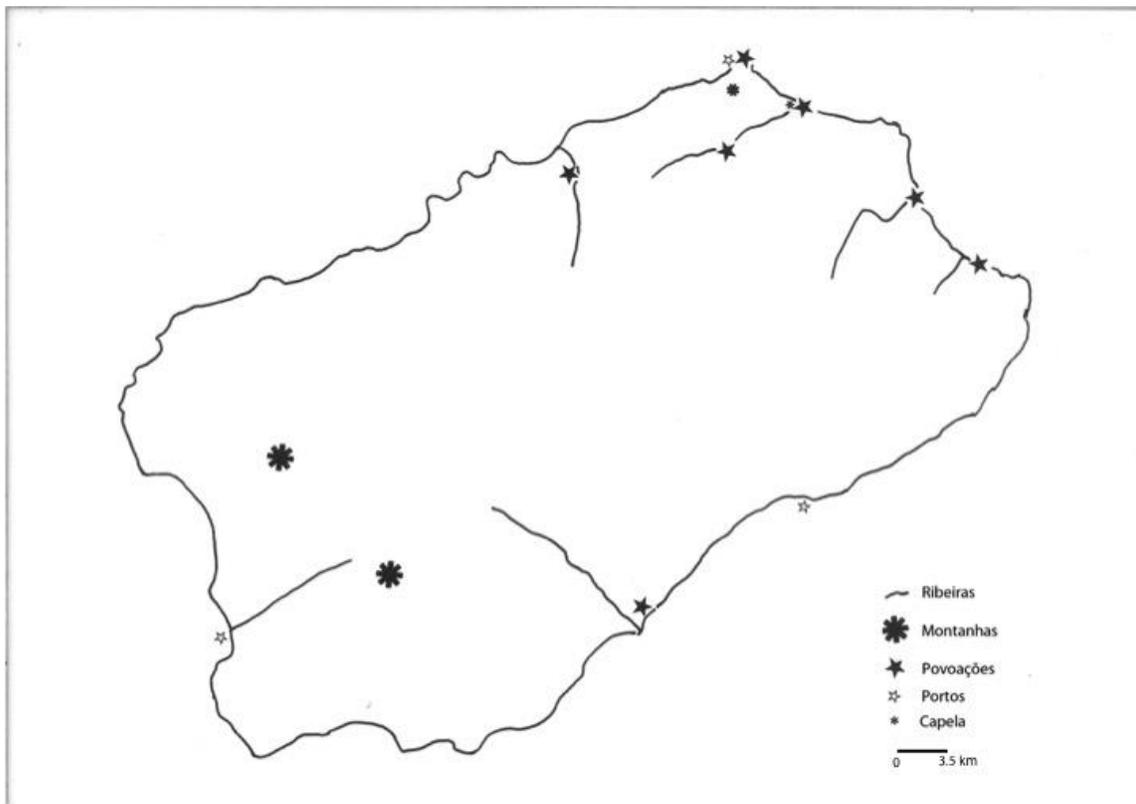
⁴⁵ O Sr. Martins era um dos grandes terratenentes da ilha de Santo Antão de finais do séc. XIX. Se bem que não tenhamos notícias exatas sobre a sua vida, sabemos que em diferentes oportunidades ajudou a população a combater as fomes mediante a substituição das suas vinhas por culturas de alimentação básica.

Figura. 10 - Ribeiras da ilha de Santo Antão identificadas segundo a descrição de Chelmicki.



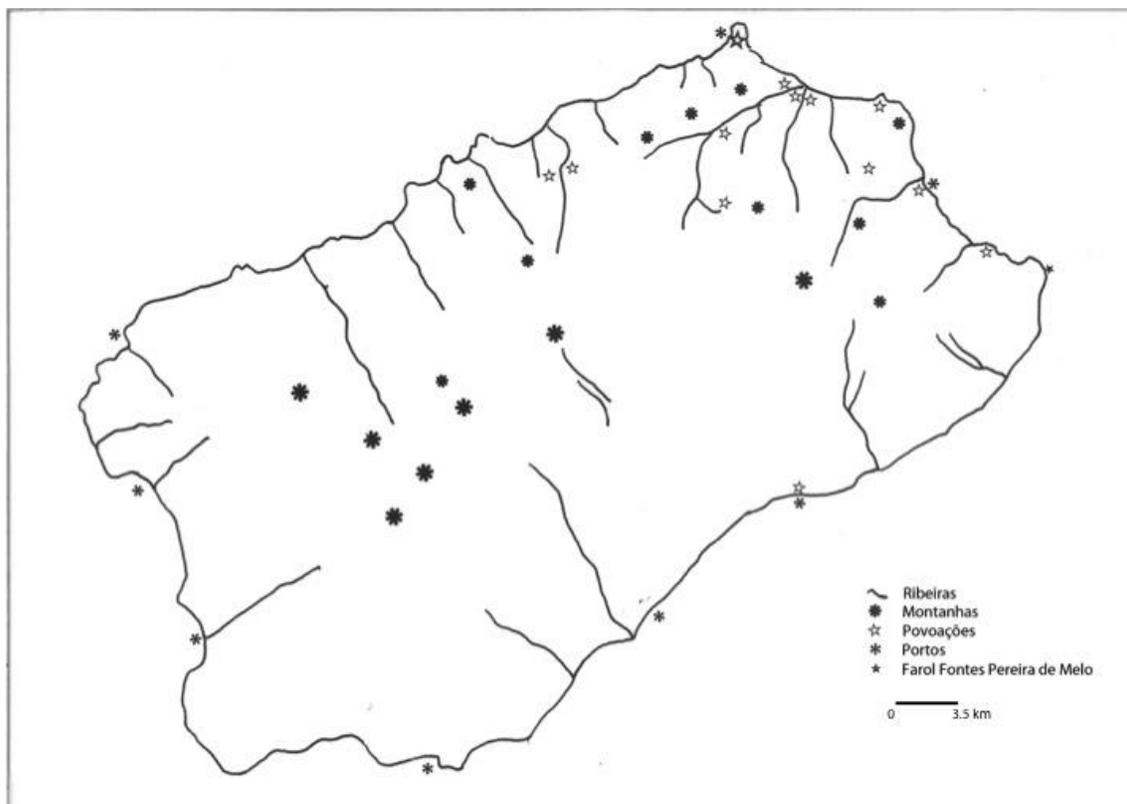
Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia.

Figura. 11 - Ribeiras da ilha Santo Antão segundo a descrição de Lopes de Lima.



Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia.

Figura. 12 - Ribeiras da ilha de Santo Antão segundo o relatório de Nogueira Ferrão.



Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia.

À escala sub-regional Nogueira Ferrão localiza as principais ribeiras de cada freguesia, como podemos observar no Figura 12 . A diferença é a quantidade de afluentes que encontramos em cada ribeira principal, que chegam do interior da ilha. Também encontramos, novamente marcada, a área de maior concentração urbana nas freguesias de Nossa Senhora do Rosário e do Santo Crucifixo que alimentavam a Ribeira Grande. A uma escala mais detalhada encontramos individualizados os afluentes que chegam à freguesia, da seguinte forma:

- Freguesia de Nossa Senhora do Rosário: “É atravessada pela Ribeira Grande, até o Picoteiro, pela Ribeira da Torre, pela Ribeira do Duque, importante afluente da primeira, Ribeira de Mão para traz, Ribeira das Furnas, Ribeira do Corvo, Ribeira das Fontainhas, Ribeira do Machadinho e Ribeira dos Orgãos.” (Nogueira Ferrão, 1898: 41).

- Freguesia de Santo António das Pombas: “As unicas ribeiras d'esta freguezia são: a Ribeira da Janella e a Ribeira do Paul, que é a mais rica em agua e vegetação.” (Nogueira Ferrão, 1898: 56).

Freguesia de Santo Crucifixo: “[...] é atravessada em quasi toda sua extensão pela importante Ribeira Grande, que é a maior da ilha, pois mede 4 leguas desde a sua origem até á embocadura junto a villa da Ribeira Grande. (Nogueira Ferrão, 1898: 53)

Freguesia de São João Baptista: “Esta freguezia é atravessada pelas seguintes ribeiras, a partir do pharol: Ribeira Brava, Ribeira da Ponte, Ribeira Larga, Ribeira Fria, Ribeira dos Bodes, Ribeira das Patas, Ribeira Torta, Ribeira do Tarafe Grande, Ribeira do Babozo, Ribeira das Escabeçadas, Ribeira do Tarrafal do Monte Trigo, Ribeira dos Urzelleiros, Ribeira de Domingos Martins, Ribeira da Agua Nova, Ribeira do Martienne, Ribeira da Cruz, e Ribeira do Alto Mira.” (Nogueira Ferrão, 1898: 58-59).

Nas diferentes descrições, o terceiro aspeto do espaço físico está relacionado com as características climáticas, principalmente as temporadas de chuvas e a direção dos ventos. Esta dimensão é de particular interesse, já que a localização geográfica do arquipélago, na zona intertropical, implica um regime climático caracterizado pelos longos períodos de secas, com intervalos de chuvas muito variáveis e imprevisíveis, o que ao longo do tempo influenciou as dinâmicas económicas e demográficas.

Segundo o estudo de Marins e Rabelo (2009) a explicação deste fenómeno deve-se à localização do arquipélago de Cabo Verde, situado na “faixa climática do Sahel, de clima árido e semi-árido que que atravessa África desde o Atlântico ao mar Vermelho [...] a época de chuvas, compreendida entre Julho e Agosto, corresponde à presença da zona de convergência intertropical quando esta se encontra mais a Norte. Enquanto à época seca o arquipélago encontra-se na influência anticiclónica com ventos a soprar

de Nordeste. Entre Dezembro e Fevereiro é frequente a ocorrência de ventos continentais com uma trajetória ENE, conhecidos localmente como “lestadas” sendo de características secas e quentes, carregados de poeira provenientes do Sahara, originando a bruma seca.” (Marins e Rabelo, 2009).

As descrições de Chelmicki e Lopes de Lima abordam este tema especificando as épocas de chuvas e de secas, como também a descrição dos ventos dominantes em cada período; pela sua parte, Nogueira Ferrão só mencionará a sensação térmica.

Quanto à escala, as descrições abordam cada tema sob duas perspectivas. Uma escala regional constituída pelo arquipélago como um conjunto; e uma escala muito local, centrada nos núcleos urbanos para mostrar as incidências de cada um destes fenómenos, principalmente no tema das cheias e os ventos para os portos (caso da descrição de Senna Barcellos) ou para os centros administrativos da Ribeira Grande e de Ponta do Sol⁴⁶.

2. Espaço Administrativo.

A estrutura do espaço administrativo, está relacionada com a forma como se organiza a distribuição do poder político em Santo Antão, sendo particularmente visível na conformação entre os centros urbanos e as tentativas de “regionalização” do espaço insular. A sua evolução está associada à história das estruturas administrativas, tomando como referência inicial o estabelecimento das Câmaras Municipais durante o século XVIII e a disputa por criar um concelho novo (Paul) durante a segunda metade do século XIX, até 1892, data de extinção do mesmo concelho. Neste processo, torna-se evidente nas descrições, uma disputa urbana entre os principais centros administrativos: Ponta do Sol, Ribeira Grande e Pombas.

Quanto às escalas utilizadas nesta temática, identificamos, por um lado uma escala insular (Santo Antão como conjunto) associada aos limites municipais; e por outro, uma escala local tendo em vista uma demarcação consistente dos limites urbanos de cada

⁴⁶ Nos textos de Chelmicki e de Lopes de Lima descreve-se a influência das cheias na vila da Ribeira Grande, retratando os estragos que ocorriam pelo excesso de caudal. Geralmente, durante o período de chuvas, os caminhos deterioravam-se, algumas culturas eram destruídas, e nos casos mais críticos, as casas desapareciam sob a força das águas. Chelmicki descreve essa situação “Estes dois regatos tão tranquillos, todo o anno, enchem-se d'uma maneira tão prodigiosa na estação invernosa, acrescidos de panos d'agua, que caem então das nuvens e das torrentes, que vem das montanhas, que de pequenos e manços regatos se tornam caudellosos rios; e não ha anno que não levem para o mar n'este enchente alguma horta, algum muro, caza ou gado” (Chelmicki, 1840: 18-19). Em contrapartida, Nogueira Ferrão não descreve nenhuma situação semelhante no seu relatório.

povoação. A escala “sub-regional”, das freguesias, só aparecerá em 1887 no *croquis*⁴⁷, e posteriormente na carta de Senna Barcellos, de 1892, mostrando diferenças nos limites das freguesias com relação com o figurado no *croquis* e descrito no relatório de Nogueira Ferrão, do mesmo ano.

Considerando a amplitude deste tema, o ponto seguinte foi dividido segundo as escalas, procurando apresentar inicialmente uma síntese histórica centrada na criação da Câmara de Santo Antão e na evolução dos seus municípios, para logo abordar as características urbanas específicas.

2.1. Os Concelhos de Santo Antão

A estrutura administrativa de Santo Antão durante os séculos XVIII e XIX foi marcada pela transição dum sistema donatário para a constituição de uma Câmara Municipal que controlasse todo o espaço insular. Tal como o descreve Chelmicki, o modelo donatário foi a principal estratégia administrativa por parte do poder colonial em Cabo Verde, sendo as ilhas distribuídas entre “diversos fidalgos da Corte”, conservando para a administração direta da Coroa as lhas do Fogo e de Santiago. Para o caso de Santo Antão, essa situação mudaria no início do século XVIII, devido a dois fatores: primeiro a intenção por parte de seu donatário, o Marquês de Gouveia, de vender a ilha aos ingleses; e o segundo, a motivação do governo central no desenvolvimento desta área procurando fomentar o crescimento demográfico. Perante este quadro, em 1728, o Ouvidor Geral, José da Costa Ribeiro, visitaria as ilhas de Barlavento seguindo as ordens da Coroa, para “fazer um levantamento da situação relativamente à administração das mesmas” (Lopes, 2005: 57). As suas observações redigidas em 1731 propunham a possibilidade de estabelecer um município em Santo Antão, considerando que nesta ilha “havia população suficiente para tal, sendo que a ilha de Santo Antão possuía mais de trezentos e sessenta fogos, todos dentro da povoação da Ribeira Grande [Santa Cruz]” (Lopes, 2005: 57-58). Como resultado desta visita a povoação de Ribeira Grande seria elevada à categoria de vila, estabelecendo-se a vereação camarária, e sendo as despesas deste processo pagas mediante a produção local de urzela.

Para a primeira metade do século XIX podemos mencionar que o principal facto administrativo seria a desanexação da ilha de São Vicente do município da Ribeira

⁴⁷ Este mapa, assinado por Pedro Rogeiro Leite não tem data de elaboração. Mas quando comparamos os fenómenos figurados, especialmente os topónimos das ribeiras e dos portos, e o sistema de coordenadas geográficas, com a carta produzida pela Comissão de Cartografia em 1887, aparecem muitas semelhanças.

Grande, de Santo Antão. Desde a década de 1830 desenvolveu-se a ideia de mudar a capital da colônia, da ilha de Santiago para a de São Vicente, por ser mais salubre e “protegida dos movimentos sociais”, além da existência dum grande porto que projetaria uma grande cidade promovida pelo 1º Marquês de Sá de Bandeira. O novo município na ilha de São Vicente foi estabelecido em 1852.

A segunda metade do século XIX seria palco de uma disputa local aquando da criação dum segundo concelho na ilha de Santo Antão. Desde finais da década de 1850, que se reuem os pedidos para a criação dum novo município datando de 1859 uma petição à Câmara da Ribeira Grande. A petição é recusada alegando-se “dificuldades financeiras para suportar um novo concelho” (Lopes, 2005: 61). Só em 1867, pela Carta de Lei de 3 de Abril, publicada no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, a 6 de Agosto de 1870, foi criado um novo município, o concelho de Paul composto pelas freguesias de Santo António das Pombas e de São João Baptista, cuja sede seria a povoação de Pombas. O estabelecimento deste concelho foi desde o início uma grave disputa regional atendendo à “inconveniência” dum novo município, não só pelas dificuldades financeiras para a sua manutenção, mas também pela localização da povoação de Pombas como centro administrativo.

Só em 1871 seria formada uma Comissão Municipal “com todas as atribuições e competências que o Código Administrativo incumbe às Câmaras Municipais” (Lopes, 2005: 61). Mas, em 1881, o Administrador do Concelho da Ribeira Grande faria um balanço da divisão administrativa, retomando os argumentos da falta de recursos para a sobrevivência do Concelho de Paul, e também devido às grandes distâncias que deviam percorrer os habitantes para chegar ao centro administrativo. Tudo o fazia altamente ineficaz. Acrescia ainda outro fator de disputa neste processo, centrado nas delimitação do território, principalmente “com os pedidos de terrenos baldios, pelos moradores dos dois concelhos, com áreas de interesse coincidentes.” (Lopes, 2005: 63). Retomando o ponto dos recursos, a Câmara de Ribeira Grande argumenta em 1885 que as despesas reservadas para a manutenção das repartições públicas poderiam ser destinadas ao favorecimento dos habitantes da áreas de “Alto-Mira, Ribeira da Cruz e Martiene” que eram os mais afetados pelas distâncias, já que para dirigir-se ao centro de Pombas a tratar assuntos administrativos, comerciais ou judiciais deviam passar pela Ribeira Grande.

Em 1889, procurar-se-iam reorganizar administrativamente os municípios, partindo duma proposta enviada ao Governo Central para anexar o território de Paul ao Concelho da Ribeira Grande, procurando desenvolver um núcleo do Concelho de Paul,

em Carvoeiros, por ser um local de particular importância pelos vínculos do seu porto com a ilha de São Vicente, e também por ser um ponto equidistante da principal povoação da freguesia de São João Baptista, a Ribeira das Patas. Esse elemento geoestratégico permitiria o desenvolvimento adicional do Porto de Tarrafal.

Posteriormente, a história administrativa no texto de Nogueira Ferrão estará influenciada pelo processo de criação e extinção do Concelho de Paul. No relatório, essa atenção particular é bastante visível porque será na reforma de 1892, que se decreta oficialmente a extinção deste concelho e a concentração das funções administrativas na vila de D. Maria Pia (Ponta do Sol).

Finalmente, em 1892, pelo Decreto de 24 de Dezembro foi extinto o Concelho de Paul e as suas freguesias anexadas ao Concelho da Ribeira Grande, cuja sede seria a vila de D. Maria Pia. A respetiva Comissão Municipal foi extinta em 1893. Na sequência deste processo ocorrem as revoltas de 1893, que terminaram com o incêndio da Câmara de Paul, destruindo não só o edifício, mas também toda a documentação sobre o espaço administrado.

Quanto à restante história municipal de Santo Antão, o Decreto de 23 de dezembro de 1885 ordenava a transferência da sede do concelho da Ribeira Grande para a vila D. Maria Pia (Ponta do Sol), o que só ocorreu em 1887 “devido a falta de edifício onde pudessem funcionar as diferentes repartições publicas do concelho.” (Lopes, 2005: 66). Neste processo, o governo da província ordena que a partir de 21 de Outubro de 1887 se “considerasse transferida, para a dita vila de D. Maria Pia, a sede do concelho, devendo no mesmo dia começar a funcionar nela a Administração do concelho, a Câmara municipal, o Comando militar, a Delegação da Junta da Fazenda, a Delegação da Junta de Saúde e a Alfandega, a Conservatória da Comarca de Barlovento com o juízo de direito da mesma comarca” (Lopes, 2005: 66).

Mas, o que realmente se observa é a primeira grande divisão ideológica da população, entre uma parte Norte da ilha (Freguesia de Nossa Senhora do Rosário) marcada pelo apoio ao regime monárquico, e o concelho de Paul influenciado pelo liberalismo, apoiando um regime republicano.

2.2. As povoações

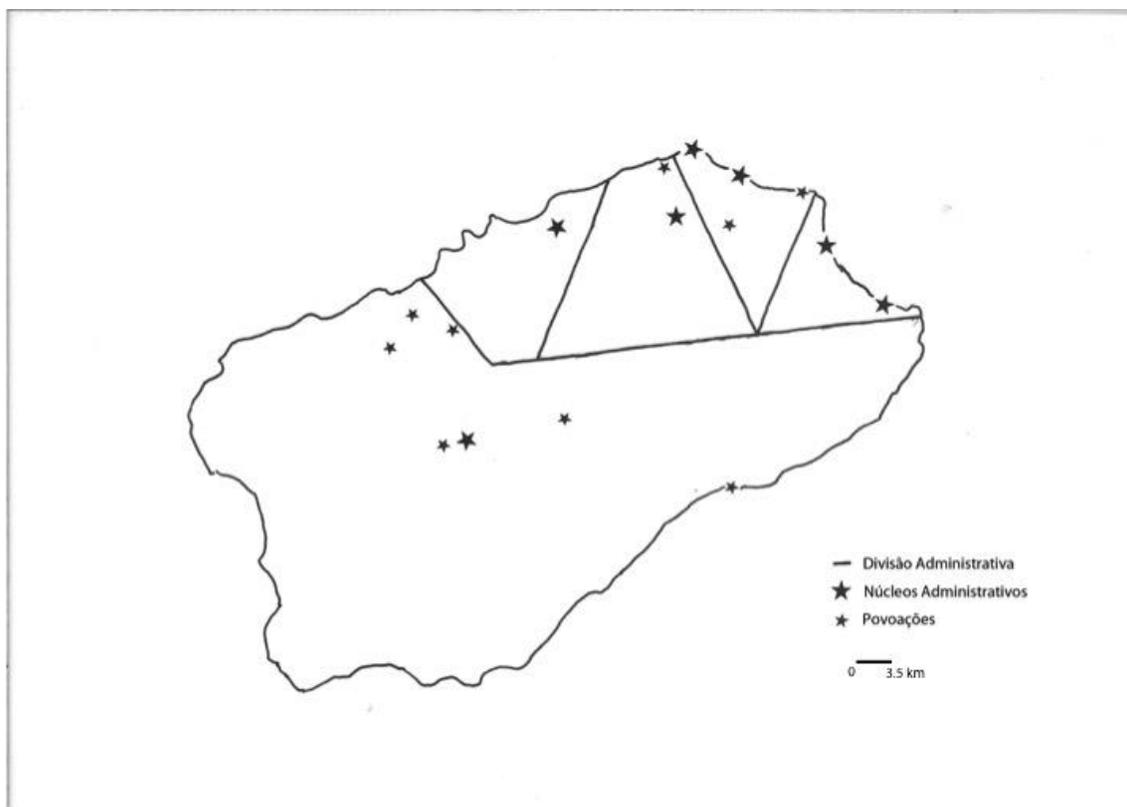
A história administrativa da ilha de Santo Antão é mencionada nas descrições como fundamento para retratar o processo de ocupação do espaço, centrando-se na forma de ocupação e assentamento das povoações (ver figura 13). Nesta perspetiva Chelmicki inicia sua descrição referindo a importância deste espaço para a Coroa portuguesa, desde o século XVIII, com o regime donatário e o estabelecimento das principais povoações: Ponta do Sol e Ribeira Grande (Santa Cruz).

No entanto, Chelmicki observará uma população dispersa por todo o território, ressaltando a existência dum conjunto de aglomerações nas áreas aplanadas na parte terminal dos vales das ribeiras ou nos patamares elevados das montanhas, numa relação direta com as dinâmicas agrícolas.

Em Lopes de Lima o processo de assentamento “urbano” limita-se às povoações principais: Ponta do Sol e a Ribeira Grande. Para esta última alude a necessidade de retomar o nome original de Santa Cruz.

Mas, para compreender os objetivos do relatório de Nogueira Ferrão, de 1892, devem-se ter em conta dois processos fundamentais que influenciaram a organização espacial de Santo Antão durante a segunda metade do século XIX. O primeiro é a reforma administrativa de 1862, pela qual a sede do concelho se fixava na Ribeira Grande; e o segundo, a criação do Concelho de Paul. Com a posterior extinção deste concelho, em 1892, na sequência de uma nova reforma administrativa estamos perante outra transformação, desta vez sob a influência dum plano estabelecido em 1889.

Figura. 13 Mapa das principais povoações da ilha de Santo Antão, durante a segunda metade do século XIX.



Fonte: Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia..

Quanto à reorganização da de Ponta do Sol, a vila trocaria o nome pelo de D. Maria Pia em homenagem à nova Rainha portuguesa, mulher de D. Luís⁴⁸. Lopes de Lima observa o processo de reafirmação da importância da vila de Santa Cruz e a necessidade de retomar seu nome original, por ser o local de assentamento dos antigos donatários os Condes de Santa Cruz.

Nogueira Ferrão, por sua vez refere: “As principaes povoações d'esta freguezia são: a villa D. Maria Pia e a villa da Ribeira Grande. Ha ainda as pequenas povoações da Ribeira da Torre, da Synagoga, de Cham das Farmas, e das Fontainhas”. E sobre a atividade comercial: “[...] havia 78 casas de negocio, 53 na vila da Ribeira Grande, 11 na villa D. Maria Pia, e as outras espalhadas nas outras povoações.” (Nogueira Ferrão, 1893: 41 e 53).

Partimos de duas descrições das vilas de D. Maria Pia (Ponta do Sol) e da Ribeira Grande. A primeira será vista como “[...] batida dos ventos reinantes durante todo o anno, o que a torna extraordinariamente salubre, e tem magnifica agua potavel a 1km,5 de distancia, na pequena Ribeira do Machadinho. Tem tambem uma outra nascente junto ao mar, de agua potavel ainda melhor do que aquella, mas que, por não estar ainda canalizada, sómente se póde ir buscar em lanchas que levam vinte minutos aproximadamente na ida e volta; e a nascente da Praia de Lisboa.” (Nogueira Ferrão, 1898: 46-47).

O principal porto de Santo Antão está situado na Ponta do Sol, e é descrito por Senna Barcellos: “E’ formado pela terra baixa de Ponta do Sol a E., onde assenta esta villa, e pelas montanhas que d’ali correm para ONO., em altitudes não inferiores a 400^m, achando-se, por conseguinte, exposto aos ventos do N. até ONO. Offerece bastante abrigo aos navios, quando predomina o vento sul, tornando-se mau no tempo das

⁴⁸ Nogueira ferrão lista-os deste modo: “[...] câmara municipal - com cinco vereadores, um secretario, um thesoureiro, e um official de dilligencias; a administração do concelho e comando militar - com um administrador, que tambem é comandante militar, um secretario e um official de dilligencias; um tribunal judicial de 1^ª instancia - com um juiz de direito, um agente do ministerio publico, dois escrivães do juizo e dois officiaes de dilligencias; a conservatoria - com um conservador (o dr. delegado da comarca), um ajudante privativo e um amanuense; a delegacia da comarca - com um delegado (o da comarca); a delegação de saude - com um delegado de saude e um enfermeiro; a pharmacia do estado - com um pharmaceutico do quadro de saude; a alfandega - com um director, um 1^º escrivão, um 2^º escrivão, um meirinho, um aspirante, quatro guardas, e cinco remadores, incluindo um patrão; a recebedoria do concelho - com um recebedor (o director da alfandega); o correio - com um director (idem); a repartição da fazenda - com um escrivão de fazenda, um amasuense, e um servente; a patronia dos portos da ilha - com um patrão mor.” (Nogueira Ferrão, 1898: 41-42). É também necessário mencionar a existência de “uma capella muito antiga e arruinada, onde se não diz missa por falta de padre!” (Nogueira Ferrão, 1898: 45).

brisas pela frequências das mareas N. e NO., dificultando o desembarque de passageiros e carga.” (Senna, 1892: 63). Senna menciona a existência dum farol neste porto.

Os outros portos desta freguesia, seguindo o mapa de Senna Barcellos, de 1892, e comparando com o manuscrito de 1887, da Comissão de Cartografia, na costa Norte seria apenas Ponta do Sol. Só se menciona o porto de Sinagoga, já que a Ribeira Grande não possui porto e pelas condições do espaço envolvente é quase impossível o desembarque, sendo Paul o melhor ancoradouro.

2.3. As Instituições

O desenvolvimento institucional em Santo Antão durante a segunda metade do século XIX foi marcado pela evolução dos centros administrativos, principalmente nas povoações da Ribeira Grande e da Ponta do Sol. Desde esta perspetiva encontramos a localização e construção de diversos edifícios públicos que se converterão num dos principais indicadores deste processo (ver figura 14).

Assim, a escala utilizada neste ponto será só de tipo urbano: nas descrições de 1840 referem-se as povoações da Ponta do Sol e da Ribeira Grande (Santa Cruz em Lopes de Lima), enquanto em Nogueira Ferrão surgirá Pombas, Ribeira das Patas, Coculim e Chá da Igreja.

No caso da Ponta do Sol, Chelmicki indica que nesta povoação mora o administrador da urzela, e a existência dum armazém “que serve de Alfandega”. Lopes de Lima menciona uma Alfandega, com dois armazéns e uma ermida. Nogueira Ferrão oferece um inventario mais detalhado das instituições nesta povoação já que era a sede do Concelho de Santo Antão no momento de redação do relatório, e da Comarca Judicial de Barlavento⁴⁹. Posteriormente, na *Carta Hydrografica* elaborada por Senna Barcellos publicada em 1904, podemos identificar outros elementos desta povoação como é o caso cemitério judaico.

Chelmicki descreve o abandono dos edifícios públicos da Ribeira Grande, principalmente do Quartel Militar, do presídio e da Igreja, a qual se encontrava “destelhada”, existindo outra ermida, nos arredores da Penha de França, no monte do

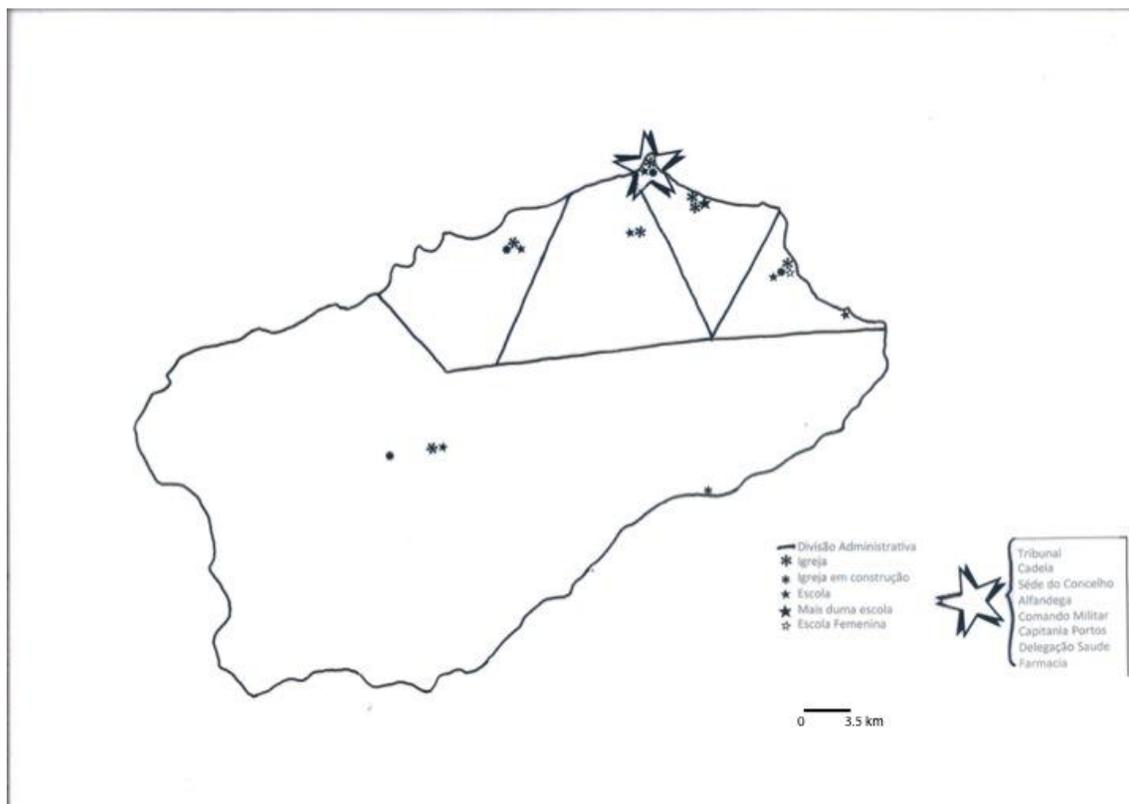
⁴⁹ Os edifícios públicos que estavam instalados na vila eram os seguintes: os Paços do Concelho (terminados de construir em 1887, quando é transferida a sede da Ribeira Grande), a Administração do Comando Militar, Tribunal Judicial de 1º Instância, a Conservatória, a Delegacia da Comarca, a Delegação de Saúde, uma farmácia, a Alfândega, a Recebedoria do Concelho, o posto de Correios, a Repartição da Fazenda e a Capitania dos Portos.

mesmo nome. No caso da Ribeira Grande (Santa Cruz), Lopes de Lima descreve os seus edifícios públicos “[...] tem uma boa Igreja Matriz, -um Quartel de Tropa, e -um presidio” (Lopes de Lima, 1844: 77). Nogueira Ferrão identifica duas irmandades existentes nesta povoação: S. Miguel das Almas e do Santíssimo Sacramento.

Das povoações menores descritas por Nogueira Ferrão, Coculi identifica-se por uma “[...] pequena igreja, e conta com duas escolas masculinas para toda a freguesia de Santo Crucifixo”. Na povoação de Pombas, existira um mercado, um açougue, um cemitério, uma escola particular masculina e outra régia feminina. Antes da revolta e do incêndio de 1892 nesta última povoação encontrava-se um edifício administrativo do antigo Concelho de Paul onde estava a administração do Concelho, um tribunal, e uma cadeia. Nesta povoação existia ainda uma escola particular masculina, uma escola régia masculina em Eito, uma escola régia masculina em Janela, e outra régia feminina. E finalmente, uma escola masculina em Pombas. Na povoação de Pombas, depois denominada Paul, a *Carta Hydrologica* de 1914 identifica a existência duma Alfandega, e também as casas das principais famílias desta parte da ilha (na sua maioria vinculadas com a corrente ideológica republicana), como são os Pires e os Vidal.

No Porto de Carvoeiros existia a capela de S. João Baptista, importante pelas suas festas. Na Ribeira das Patas encontrava-se uma igreja e habitava o seu regedor, existindo ainda duas escolas régias, uma na Ribeira das Patas e outra em Babozo. Na povoação de Cham da Igreja localizava-se a igreja de S. Pedro famosa pela sua romaria.

Figura. 14 - Dependências administrativas de Santo Antão, em 1892, segundo o relatório de Nogueira Ferrão



Fonte: Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia..

3. Espaço Demográfico e social.

O “espaço demográfico” contempla os diversos aspetos da estrutura populacional de Santo Antão. As descrições oferecem duas perspetivas: a) a evolução demográfica caracterizada pelas variações no crescimento ou diminuição da população; b) a composição racial da ilha, mostrando o fenótipo e observações sobre a “forma de ser” de seus habitantes. A distribuição da população da ilha está relacionada principalmente com as condições físicas, sendo a proximidade com os vales das ribeiras o principal fator de implantação dos fogos, seguido pela proximidade aos portos e às áreas férteis de produção agrícola. De igual forma os assentamentos históricos constituem os principais centros demográficos nas descrições de Chelmicki e de Lopes de Lima, particularmente, a Ponta do Sol e Santa Cruz (Ribeira Grande).

Em finais do século XIX, como refere o relatório de Nogueira Ferrão, existe uma nova fase de povoamento em Santo Antão que se relaciona diretamente com a construção de caminhos, visíveis nos mapas, identificados como “caminhos públicos” e “caminhos vizinais”.

Outro componente da distribuição demográfica está associado com os processos migratórios, como foi a chegada de uma comunidade de judeus, que permanece na memória popular (tal como foi comentado em diversas entrevistas) mas não é mencionada nas descrições⁵⁰. Caso contrário é o dos espanhóis, que se instalaram no Alto de Caldeiras e de Corda⁵¹, desenvolveram atividades ligadas ao cultivo de cereais e que se converteram numa ameaça para a população local, sendo expulsos no início do século XIX⁵².

Em relação às escalas de análise, nas descrições de Chelmicki e de Lopes de Lima temos dados para uma escala insular (Santo Antão em conjunto) com informação específica sobre as povoações da Ponta do Sol e de Santa Cruz (Ribeira Grande). No relatório de Nogueira Ferrão encontramos dados à escala da freguesia e de alguns núcleos

⁵⁰ Entrevistas realizadas na Ribeira Grande.

⁵¹ Atualmente esta área corresponde ao Alto das Caldeiras e a Corvo.

⁵² Para o caso dos espanhóis Nogueira Ferrão refere um relatório de 1816. Nesse documento os subscritores queixavam-se da chegada desta colónia e da sua potencial ameaça para a convivência da comunidade insular, pela possível chegada das suas famílias. A queixa referia também o local onde se tinha instalado, no Alto das Caldeiras, porque era um dos poucos locais com acesso permanente à água, e uma área muito fértil.

principais, complementados com estatísticas sobre o número de escolas, o que permite detetar o nível de escolaridade da ilha para finais do século XIX.

3.1. Evolução da população

Seguindo a descrição de Lopes de Lima encontramos um relato do processo demográfico de Santo Antão, que a partir de meados século XVIII “reverteu para á Corôa toda povoada d’Escravos, que os seus ricos donatarios ali tinham introduzido de Guiné, e com os quaes a tinham unicamente colonizado, sem admittirem casaes Europeos; e por isso toda a descendencia crioula tinha ficado Escrava, incluindo não poucos Mulatos havidos pelo Brancos, que lá iam, nas mulheres baixas do paiz, cuja devassidão é proverbial” (Lopes de Lima, 1844: 73).

O processo de colonização da ilha estaria definido nos finais do século XVIII e inícios do XIX por “acudir famílias Européas, que alli se fixaram convidadas pella excellencia dos ares, e fertilidade da terra; e alguns ricos Proprietarios das outras ilhas foram lá também tomando, e pondo em valor as melhores terras que jaziam abandonadas [...] a influencia dos Brancos tem promovido muito a civilisação no povo e a cultura das terras na Ribeira das Patas, nas de Garça, Tarrafal e Coculim” (Lopes de Lima, 1844: 74).

Posteriormente, Lopes de Lima menciona a forma como a sociedade enfrenta os períodos de crise, como o caso da grande fome da década de 1830. Assim, o autor mencionará: “A fome horrorosa de 1831 a 33, que arrebatou a esta população muitos Colonos uteis limpou também a Ilha de uns seis mil ratoneiros vadios, que de al não viviam, mais de que roubar as plantações âlheas: a nova geração vai-se com vagar melhorando; mas a sua inercia é invencivel, - e o que nunca se conseguirá dos indigenas é que vão habitar as extensas achadas do alto das serras, porque o temperamento delles não pode supoprtar a friura daquellas regiões” (Lopes de Lima, 1844: 74).

Com referencia às estatísticas demográficas, Nogueira Ferrão procura apresentar a evolução da população em Santo Antão desde a década de 1850. As suas informações estão centradas nos valores totais, sem fazer distinções de cada escalão etário nem do sexo. Assim, a realidade demográfica caracteriza-se por uma população de 30.000 habitantes, em 1854, que seriam alvo duma diminuição pela crise alimentícia de 1855 e pela subsequente epidemia de cólera (*cholera-morbus*) ocorrida em 1856. Um ano depois, uma nova epidemia de varíola agravara largamente a situação. Cabe ainda dizer que posteriormente a esses dramáticos anos, o arquipélago regista uma serie de

eventos catastróficos relacionados com secas e fomes que irreversivelmente modificaram a composição demográfica. De entre eles retemos a seca de 1863 a 1866, que influenciou a produção agrícola e os abastecimentos alimentícios na ilha e a escassez na produção, particularmente de cereais, de 1875.

Para os períodos anteriores a 1892 é difícil encontrar censos detalhados por freguesia, mas para a data a que se refere Nogueira Ferrão é possível apresentar alguns dados estatísticos complementados com a figuras 15 e 16:

Freguesia	Habitantes	Fogos
N. S. do Rosário ⁵³	7.347	1.449
Santo Crucifixo	5.223	1.170
Santo António das Pombas	3.186	1.010
S. Pedro	2.930	481
S. João Baptista ⁵⁴	3.951	1.520
Total	22.637	5.630

É assim visível a concentração da população nas freguesias no Nordeste da ilha e mais concretamente nas vilas, importantes centros administrativos, já pela sua história como é no caso da Ribeira Grande e de Paul, já pelo estatuto de sede do concelho como é o caso de D. Maria Pia.

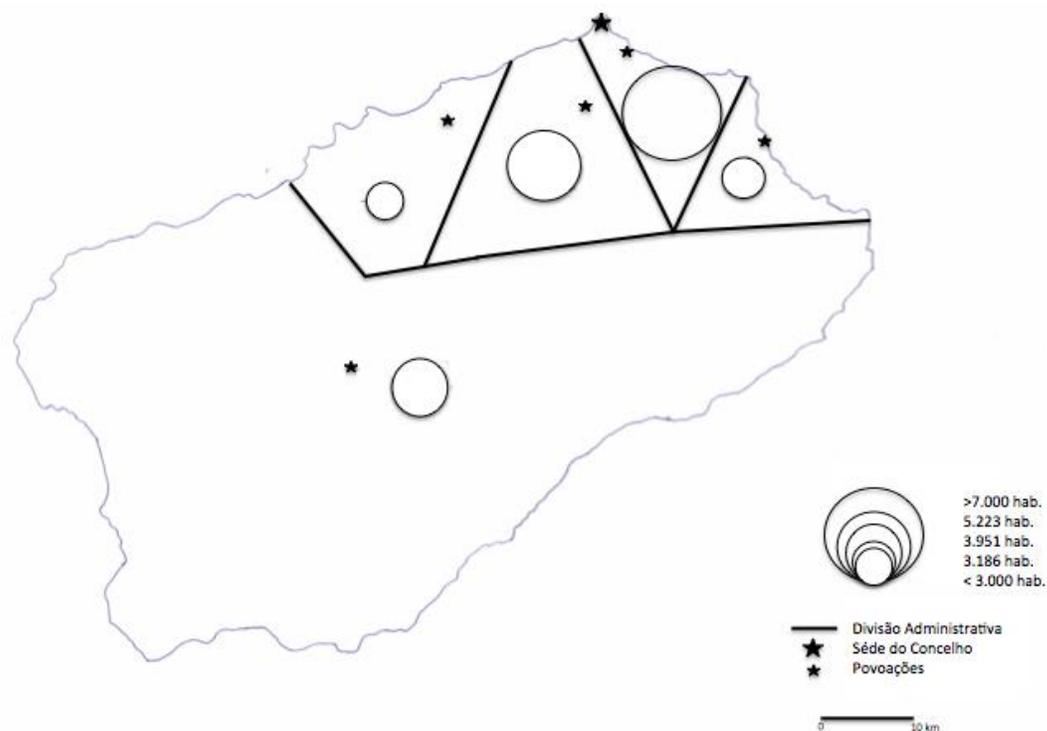
Vila	Habitantes	Fogos
D. Maria Pia (Ponta do Sol)	924	177
Ribeira Grande	1.790	394
Pombas	627	121

Sobre as características da população, Nogueira Ferrão mencionará dois aspetos: a) a composição racial, constituída pelo cor da pele; b) o comportamento sociocultural marcado pelos roubos e pela embriaguez dos habitantes, consequência da produção de *grog*.

⁵³ O estudo de Nogueira Ferrão não inclui dados sobre esta freguesia. Assim o número foi calculado por aproximação.

⁵⁴ Nogueira Ferrão presume que o número de habitantes desta freguesia é superior a 5.000 habitantes, mas só publica as cifras oficiais.

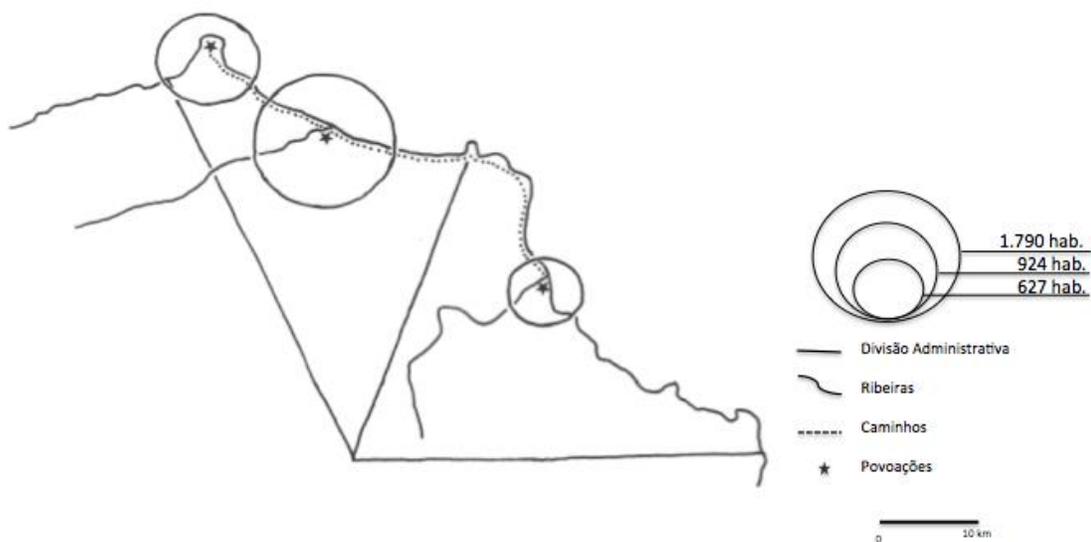
Figura. 15 Distribuição da população das freguesias de Santo Antão, em 1892.



Fonte: Nogueira Ferrão (1898)

Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia..

Figura. 16 - População dos núcleos urbanos do norte da ilha de Santo Antão, em 1892.



Fonte: Nogueira Ferrão (1898)

Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia.

3.2. Características sociais

Sobre as características da população da ilha, Chelmicki está caracterizado por ser: “[...] terá quinze mil habitantes entre pretos, brancos e mulatos, todos livres, pois não chega a duzentos o numero d’escravos” (Chelmicki, 1842: 12). Referindo-se à vila da Ribeira Grande, menciona “[os] habitantes são mais mulatos do que pretos, até alguns bem claros [...] os homens são d’uma grande estatura, as mulheres bem feitas; encontram-se com sua côr parda, olhos penetrantes e feições bem regulares. (Chelmicki, 1842: 13). Lopes de Lima refere-se à composição demográfica como “hoje deverá ter 17 a 18 mil almas entre Pretos, e Mulatos (destes alguns com cabellos louros revoltos, e olhos azues), - e poucos Brancos, - mas esses poucos conservam mui puro o sangue Europeu nas suas familias; - são pela maior parte alvos, e rosados, e as mulheres são bellas: - nas côres escuras encontram-se também feições regulares, e estaturas bem proporcionadas; mas esta gente é molle, e para pouco, e mui propensa a adoecer e morrer em paiz estranho. “(Lopes de Lima, 1844: 80).

Dos habitantes da vila da Ribeira Grande distinguirá o segmento dos brancos, os quais “descendentes dos primeiros colonos portuguezes, que não se cruzaram muito com as raças mascavadas, e estas creolas, conservando a brancura Europea, tem tal vigor nas proporções do corpo, como não encontramos na velha Europa civilizada” (Chelmicki, 1842: 13).

Em 1892 Nogueira Ferrão refere-se à população com uma crítica ao estado de alcoolismo de muitos habitantes, tal como já referia Lopes de Lima: “No homem do povo, principalmente, o uso da bebida é por elle considerado como de absoluta necessidade” (Nogueira Ferrão, 1893: 26).

4. Espaço Produtivo

Devido à sua localização geográfica na região da Macaronésia os tempos das chuvas são bastante irregulares em Cabo Verde o que ocasiona temporadas de secas prolongadas que ao longo dos anos geraram diversas problemáticas, sendo a maior dela a repetida fome. Este tema foi tratado por Senna Barcellos na sua obra *As secas de Cabo Verde* escrito em inícios do século XX onde faz um inventário das diversas secas que sofreu o arquipélago e as diversas estratégias que foram adoptadas pelos administradores para sua mitigação. O tema das secas é abordado nas várias descrições como uma tentativa de encontrar uma regularidade ou uma sequência lógica nos desastres naturais, estabelecendo no ritmo anual períodos de chuvas para a segunda

metade do ano, que se deveriam sincronizar com o período de cultivo, desde meados de Maio e Junho para ter boas colheitas.

Chelmicki informa que a temporada das chuvas é desde o mês de Agosto até princípios de Novembro (Chelmicki, 1840: 9). Nessa medida menciona a influência deste período no caudal das ribeiras, já que “[...] as ribeiras nas ilhas de Cabo Verde são quasi em todo o anno tão pequenos regatos, que n’outra parte nem terião outro nome: sendo porem tão pequenos como são, vindo as chuvas, se tornam em torrentes precipitadas e se espraíam por todos os vales, por onde passam. E’ tal a sua força, que muitas vezes chegam as aguas enfurecidas a levar arvores, cazas, animaes e gente. Mas como estas inundações duram pouco, descahinde as aguas, as exhalações são assaz nocivas aos visinhos habitantes. N’estes tempos mesmo aquelle pequeno trilho que serve de caminho e estrada, em muitas partes é intransitável: e é necéssario passar por agua até ao pescoço em alguns sitios, ou as vezes fazer rodeios de leguas” (Chelmicki, 1842: 194).

Finalmente com referência as secas menciona a grande seca de 1831 até 1833 que gerou a morte de muito gado e a fome que resultaria com um grande impacto na população.

Os anos de 1871 e 1872 terão sido de fortes chuvas, no mês de Outubro, desastrosas para o Concelho de Paul, que solicitou ajuda à Ribeira Grande, sem receber um grande apoio. Os principais danos com o cultivo de cana-de-açúcar, banana, e café (Pires, 2011: 21). Em 1873, no mês de Setembro, temos registos de novos estragos causados pelas chuvas. Desta vez seriam as colhetas de café, de milho, de mandioca e a produção de cana as mais afetadas⁵⁵.

A quarta dimensão do espaço produtivo, procura observar as dinâmicas do espaço centradas nos aspetos agrícola, industrial e comercial.

4.1. Agricultura.

A agricultura em Santo Antão é o principal setor produtivo, sendo a ilha uma das mais importantes áreas fornecedoras de productos agrícolas para as outras ilhas do arquipélago. A evolução do setor primário está ligada a dois tipos de espaço, dependentes do condicionalismo geográfico: a) os topos aplanados de algumas

⁵⁵ Essas calamidades são mencionadas por Pires Ferreira (2011) quando menciona os desafios dos primeiros anos de governo do Concelho de Paul.

montanhas, que são denominados as “chadas” em Chelmicki e que derivariam na composição “chã de ...” para situar especificamente cada local; b) os vales das ribeiras que permitiam o desenvolvimento duma agricultura de regadio, constituindo-se como as principais áreas agrícolas.

Quanto aos produtos, todas as descrições mencionam uma variada produção de árvores de frutas, complementada pela presença de géneros de subsistência como o milho, a mandioca, a batata e as abóboras. Desta forma a abordagem a este tema nas descrições pode dividir-se nas seguintes categorias: a) como inventário de produtos, nos quais se exalta a diversidade e a qualidade de cada um e se compara com a realidade das outras ilhas do arquipélago, como é o caso em Lopes de Lima; b) como inventário de locais produtivos sem especificar os produtos, onde se procuram identificar as principais áreas agrícolas de Santo Antão, é o que encontramos em Chelmicki-Varnhagen com menções a locais que têm algum potencial agrícola ou onde se produz algum tipo específico de produto; ou também o caso de Nogueira Ferrão que procura enaltecer certas áreas no quadro de cada freguesia; c) como espaços específicos de determinados produtos, onde a partir da importância dum produto (seja pelo seu valor comercial ou pela abundância do seu cultivo) é preciso especificar a sua localização, como é o caso do relatório de Nogueira Ferrão em relação ao café, e em Chelmicki-Varnhagen ao algodão, ao anil e aos cereais; d) como textos etnográficos sobre a produção agrícola nos quais se observa a dinâmica produtiva, neste caso é apenas Chelmicki quem descreve as principais culturas, as suas variedades e as práticas associadas.

Seguindo o exposto, as escalas para enquadrar o fenómeno estão centradas em Santo Antão como conjunto, para situar os locais produtivos, existindo uma escala urbana no caso de Santa Cruz, que é utilizada por Chelmicki para justificar a evolução do núcleo em função da proximidade às ribeiras férteis, com diversas culturas. Existe uma terceira escala, a “sub-regional” correspondente às áreas das freguesias, utilizada por Nogueira Ferrão, mas apenas para realizar um inventário dos locais produtivos de Santo Antão.

Com referência aos géneros básicos identifica Chelmicki: o milho, o feijão e as abóboras; complementados pelo cultivo de mandioca (nas ribeiras), batata doce, hortaliça, banana, coco, e cana de açúcar da qual se extrai açúcar, melão e aguardente. Menciona a produção de vinho em duas épocas no ano.,

A principal técnica agrícola utilizada era o sistema de queimadas, provocadas entre Maio e Junho, para nos meses de Julho e Agosto se semear, antes do início da

temporada das chuvas que geralmente ocorria durante os últimos meses do ano. A mandioca é um produto que se pode cultivar tanto de sequeiro como em regadio, extraindo desta última uma espécie de farinha muito apreciada.

O cultivo do café, foi introduzido na ilha em 1790, e durante a década de 1830 foi observado por Chelmicki como bastante desorganizado. Diz o autor sobre o seu cultivo: “[...] não é sujeita aqui a nenhum systema: o arbusto cresce, colhe-se o fructo” (Chelmicki, 1840: 164). Na descrição de Lopes de Lima o que observamos é um inventario de produtos que não se conseguem localizar com exatidão, já que na sua maioria são mencionados como existentes em toda a ilha ou nas ribeiras, sem considerar a multiplicidade delas. Contudo, neste inventario agrícola comenta: “[...] o pouco della que está cultivado produz em grande abundância –milho, - feijão, - canna d’açucar, - tabaco,- caffe [...] – algodão, - muitíssimo anil, - batatas, -inhames, - mandioca, - vinhas, [...] - laranjas, - bananas, - guiabas, e todas as fructas dos Trópicos em grande profusão [...] urzela; tem Purgueiras e Dragoeiros.” (Lopes de Lima, 1844). Com referência aos cereais, retoma a descrição de Chelmicki, situando a sua produção nos Altos da Corda e da Caldeira com legado da chegada dos espanhóis, não se especificando uma data concreta. Existiam também neste período cultivo de tabaco, que competia diretamente com o tabaco do Fogo.

Chelmicki identifica as vantagens agrícolas de Santo Antão referindo: “A multidão de ribeiras que regam a ilha, faz os vales tão fertéis, que ella é de todas a mais produtiva de fructos, plantas e vegetaes, apezar de que vista de fora, pareça arida, excepto nas bocas das ribeiras.” (Chelmicky, 1840: 14). Entre os principais produtos exportáveis se encontra-se o café, os panos de algodão (com destino à Guiné) e a urzela.

Na escala urbana, mencionando Santa Cruz, recorda que a agricultura desta área é privilegiada pela sua proximidade e localização na confluência de duas importantes ribeiras (Ribeira Grande e Ribeira da Torre). Aí, as suas casas estendem-se até as hortas, vinhas e outras plantações (não especifica quais) no interior da ilha. Da mesma forma identifica como os lugares com maior potencialidade agrícola (pela existência de culturas) Janela, Garça, Coculim e Ribeira das Patas. Além destas povoações explica que os locais com maior propensão para a agricultura são as chadas (planícies entre as montanhas), entre as quais identifica Mato Estreito, Urzeleiro, Campo Redondo, Alto da Corda e Alto das Caldeira. Só nos últimos dois locais se observa o cultivo de cereais, entre eles o trigo e a cevada, que foram trazidos pelo pequeno grupo de espanhóis. No que se refere à área do Tarrafal, Chelmicki lembra a fertilidade do vale desta ribeira, principalmente para o cultivo de anil. Com referência à cultura do algodão, fala de uma

espécie de algodão bravo que só cresce nas montanhas, sendo o seu cultivo entre a vila da Ribeira Grande e de Paul. Também se encontra o dragoeiro que, segundo Chelmicki, era uma planta medicinal de onde se extraía a “sangue de dragão” para tratar diversas doenças.

4.2. Indústria e Comércio

A indústria em Santo Antão era mínima na década de 1840, sendo a maioria das referências industriais do séc. XVIII, com exceção da produção de aguardente. A primeira indústria que é descrita é a têxtil representada pela produção de panos que eram vendidos aos franceses, ingleses e americanos, mas também uma parte era exportada para a Guiné. Segundo Varnhagen a produção funcionava com um “[...] tear [...] composto de pedaços de canna, juncos ou páosinhos, attados com cordas de bananeiras: e é junto de um tal aparelho, que assentado um negro, muitas vezes escravo [...] fabrica um tecido” (Chelmicki – Varnhagen, 1842: 8). No final, quando o tear não era necessário era utilizado como lenha.

O segundo produto com importância era o anil. A sua produção foi desenvolvida durante o século XVIII existindo só duas fábricas no arquipélago uma em Santiago e outra na Ribeira de Paul, sendo o dono o Marquês de Gouveia. Quando a donataria terminou, os bens foram amortizados pela Coroa e a fábrica em Santo Antão, segundo consta nos textos de Chelmicki e de Lopes de Lima, foi abandonada. Com respeito à falta de rentabilidade desta indústria e seu paulatino abandono, Varnhagen identifica como principal causa a ausência duma consciência produtiva e pela forma como era cultivado.

Passando ao setor comercial, o texto de Chelmicki identifica na vila de Santa Cruz os seguintes ofícios: sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, fabricantes de panos e tecidos, açúcar, melaço, aguardente, sabão e loiça ordinária.

Posteriormente, Nogueira Ferrão analisa as atividades comerciais da ilha de Santo Antão através de um inventário do número de casas comerciais. Assim, o autor identifica que uma das características do desenvolvimento da ilha seria, particularmente, o aumento das unidades comerciais em diferentes locais das várias freguesias. Nesta forma, quando inicia a breve descrição de cada um dos núcleos populacionais dispersos pela ilha, inclui o número e a categoria dos estabelecimentos comerciais. O que realmente o Administrador apresenta é uma das principais fontes de rendimento e também a real integração comercial da ilha.

Nogueira Ferrão identifica sete categorias comerciais existentes em 1892⁵⁶:

Categoria	Descrição
1. Classe	Compreende as lojas de mercador por atacado e armazens de manufaturas ou géneros.
2. Classe	Compreende as lojas de mercador a retalho, vendendo, comprando ou permutando fazendas e géneros secos ou molhados.
3. Classe	As lojas do mercador a retalho, vendendo, comprando ou permutando fazendas e géneros comestíveis.
4. Classe	Os estabelecimentos em que se vendem bebidas de qualquer procedência e géneros comestíveis.
5. Classe	As lojas de aguardente e vinho da produção da ilha e géneros comestíveis.
7. Classe	As mesas de bilhar.
9. Classe	As lojas de retalho de géneros comestíveis.
Nogueira Ferrão, 1892.	

Em todos estes estabelecimentos os principais produtos transacionados eram o café e a aguardente.

⁵⁶ A classificação que oferece Nogueira Ferrão é ilustrativa do tipo de comércio existente na ilha, já que quando menciona o número de estabelecimentos comerciais nas freguesias e nos centros urbanos limita-se aos valores totais, sem distinguir cada uma das classes.

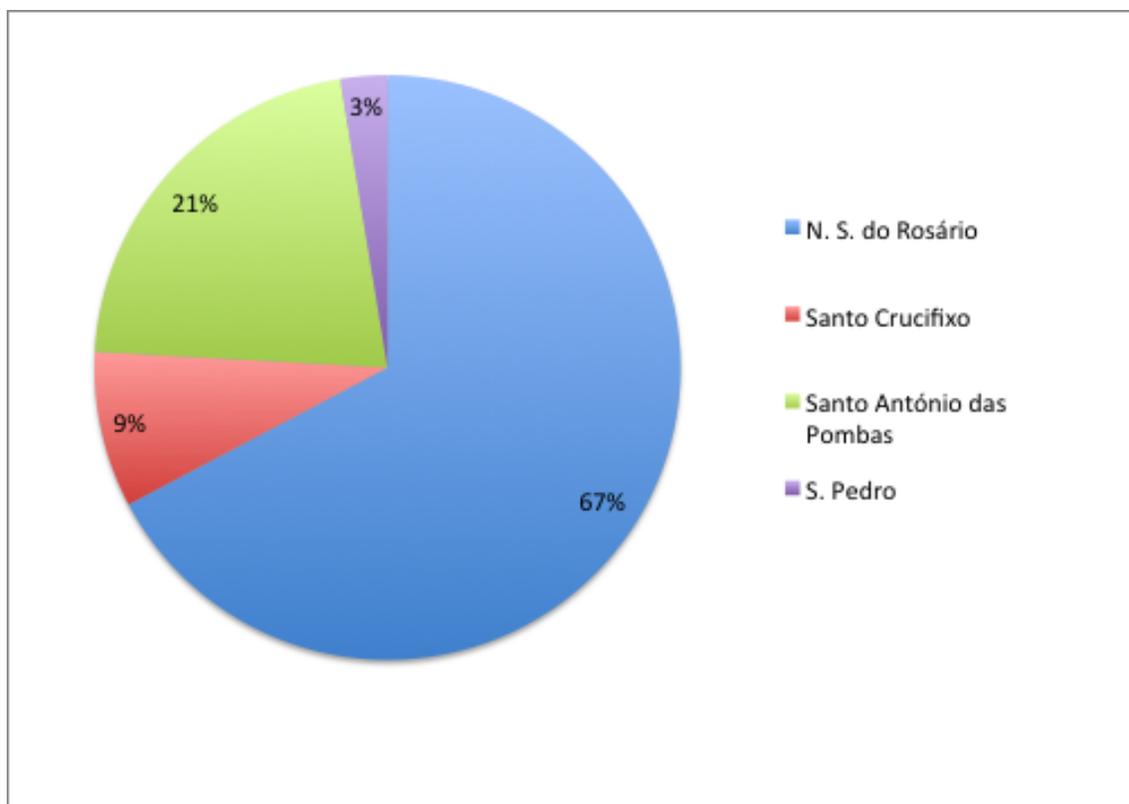


Figura. 17 - Número de estabelecimentos comerciais por freguesia, na ilha de Santo Antão, em 1892⁵⁷.

⁵⁷ A freguesia de S. João Baptista está excluída deste gráfico já que Nogueira Ferrão não dá sobre ela dados específicos.

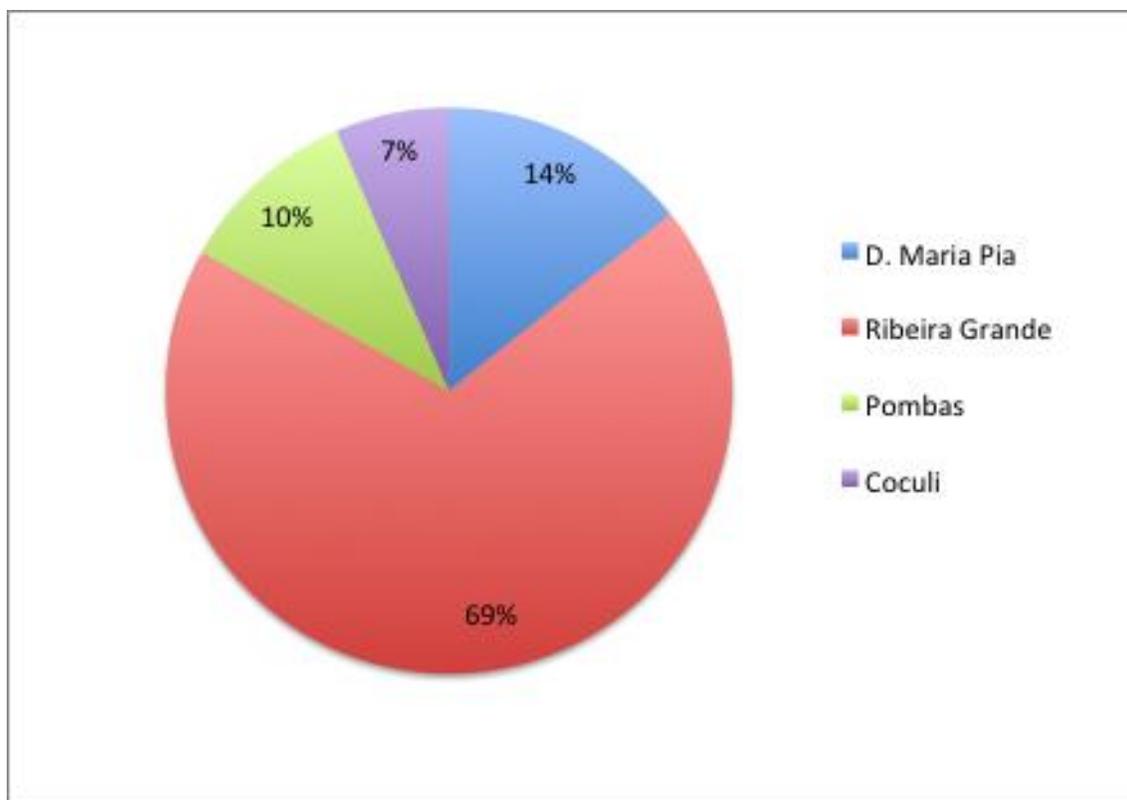


Figura. 18 Número de estabelecimentos comerciais nas principais povoações de Santo Antão, em 1892.

5. Espaço de circulação

O espaço de circulação na ilha de Santo Antão foi um dos aspetos que apresentou a maior evolução desde a década de 1840 até finais do séc. XIX. Partimos duma observação centrada na construção de caminhos em diferentes locais da ilha, bem como pelo reconhecimento de diversos ancoradouros, além da hierarquia estabelecida entre a Ponta do Sol, Carvoeiros e Tarrafal.

Ao longo de sua história, o relevo montanhoso foi o principal obstáculo para a integração territorial. Ainda hoje existem pessoas que desconhecem diversos locais da própria ilha, face à ausência ou mal estado das vias de comunicação⁵⁸. Desta forma os poucos caminhos existentes ligavam ou convergiam em diversos núcleos, na sua maioria próximos dos portos, procurando uma comunicação entre o interior e os portos do litoral.

⁵⁸ Esta característica foi confirmada nas entrevistas.

Seguramente a imagem mais próxima à que Chelmicki desejava comunicar no seu texto é a Figura 22, a qual relaciona as dificuldades de estabelecer uma rede de caminhos na ilha, em contraste com as vantagens que Santo Antão oferece para o estabelecimento de portos. Na leitura das descrições geográficas encontramos essa dicotomia, sendo, por um lado, a construção dos caminhos um indicador de desenvolvimento, enquanto, por outro, os portos sustentam a consolidação dos centros administrativos. A exceção é o Porto de Tarrafal.

Quando realizamos a análise comparativa entre os textos e o mapa que elaboramos sobre dos transportes da ilha de Santo Antão na segunda metade do séc. XIX que elaborámos (Figura 21) encontramos uma clara evolução. Enquanto na década de 1840 as descrições só identificam um caminho principal que comunica o porto da Ponta do Sol com a vila da Ribeira Grande, nos finais do século encontramos uma extensa rede viária no interior da freguesia de São João Baptista.

O problema dos caminhos em Santo Antão resumia-se, tal como menciona Nogueira Ferrão “a serem superiores as despesas do transito ao valor primitivo do género”⁵⁹.

5.1. Portos

O primeiro elemento do espaço insular que observamos são os portos, que ocupam a maior relevância na escala hierárquica das descrições devido ao seu papel como nós que articulam o espaço ultramarino com as dinâmicas da metrópole, reforçando o papel de Cabo Verde dentro da composição geoestratégica da navegação atlântica. Seguindo essa ideia, Chelmicki classifica os portos de acordo com as vantagens que oferece cada localização, seja pela proximidade às povoações, a presença de recursos naturais, ou pela sua capacidade de se articular com outras áreas. Neste quadro, Santo Antão terá três portos principais: Ponta do Sol, Carvoeiros e Tarrafal; e uma série de locais dispersos no litoral que oferecem a possibilidade de ser ancoradouros como é o caso de Janela e Garça.

A hierarquia portuária está encabeçada pela Ponta do Sol cujas principais vantagens serão a proximidade com a povoação, e historicamente o principal ponto de entrada na ilha. Chelmicki retrata este porto como o “[...] mais frequentado por estar proximo da povoação, mas que abunda em rato de pedra e não oferece bom desembarque”,

⁵⁹ Nogueira Ferrão cita o comunicado que fizera o Administrador do Concelho da Ribeira Grande ao Governo central da Província de Cabo Verde em 1881 com referência ao estado de abandono da rede de caminhos na ilha (Ver Nogueira Ferrão, 1898: 88 – 89).

sendo nos aspetos técnicos “[...] um ancoradouro, em sete braços de fundo na distancia de duas amarras da terra, cujo aspeto é pintoresco, mas horrível e medonho! [...] um pé de vento forte é bastante para levar as embarcações d’encontro á face unida da rocha, que forçosamente, as despedaçará. [...] O desembarque é péssimo principalmente quando o mar rebenta com força no *Cavalo Branco*, que é uma restinga de que se estende da ponta do Sol, umas duzentas braços pelo mar dentro.” (Chelmicki, 1842).

O porto dos Carvoeiros aparece como segundo no nível hierárquico pela sua capacidade de articulação com a ilha de São Vicente, principalmente naquilo que se projetava como o grande porto de Mindelo. A sua localização não é a mais vantajosa na medida em que este local não tinha uma povoação importante nem grandes ribeiras próximas (à exceção da Ribeira das Patas que é também um caminho para o interior da ilha), mas a sua condição de ponto fronteiriço permitiria-lhe gerar um fluxo populacional e comercial, principalmente na época das festas de São João. Das suas condições técnicas Chelmicki só menciona: “[...] é sofrível para todo o tempo, bem abrigado, tendo com tudo, seu rato de pedra.” (Chelmicky, 1840: 14 - 15).

Por ultimo o porto de Tarrafal parecia ser ser um local com grande potencial, mas o seu isolamento com respeito aos grandes centros populacionais e administrativos coloca-o como um lugar de passagem, isto devido à sua localização na parte sudoeste, isolado pelas montanhas e sendo em grande parte um território privado. Tarrafal será visto pelo autor como um ponto que “[...] oferece bom surgidouro, e é reputado o melhor logar no Archipelago para fazer aguada e refazer-se de refrescos. (Chelmicky, 1840: 15).

5.2. Caminhos

A rede de caminhos terrestres da ilha de Santo Antão está sujeitada às condições físicas deste território, concentrando-se uma rede inicial ligando os principais núcleos urbanos do Norte. Tal como se observa no texto de Chelmicki, os caminhos seriam o principal mecanismo de integração do interior da ilha com o litoral e com os portos, sendo um dos principais aspetos para desenvolver economicamente o espaço insular. Mas a rede era realmente incipiente, e como o mesmo autor relata, era mais um obstáculo que um vínculo. Na sua descrição do caminho entre a Ponta do Sol e a Ribeira Grande, o autor manifesta a sua posição: “[...] é impossível imaginar-se o aspero, o horroroso do caminho [...] Ao meio da encosta da montanha está cortado um trilho, que tem apenas tres palmos de largo; d’um o fundo do precipicio é banhado pelo mar, e avistam-se as aves maritimas, atravessando regiões, que ficam muito inferiores aos pés do viandante,

o qual voltando-se para o outro lado, toca por vezes o rochedo perpendicular, que borda o caminho angusto, e está sempre coberto de espessas nuvens.” (Chelmicki, 1840: 17).



Figura. 19 - Caminho entre o Alto da Cova e Pombas.



Figura. 20 - Vale da Ribeira do Paul. Ao fundo localiza-se a povoação de Pombas.

As figuras 14 e 15 ilustram a possível visão de Chelmicki e apresentam as dificuldades que ainda hoje persistem. Mas os caminhos também se convertiam num mecanismo de reconhecimento do *status* social, tal como seria o caminho Delgadinho⁶⁰.

No texto de Lopes de Lima observa-se a centralidade da vila de Santa Cruz na rede de caminhos, sendo necessária a sua comunicação com outras povoações, ou com os portos. Mas, segundo Lopes de Lima os caminhos “são muito maus”, sem mencionar outros caminhos diferentes dos que refere Chelmicki.

No relatório de Nogueira Ferrão surgem novos caminhos, desta vez mais propensos a integrar o interior das freguesias com os núcleos urbanos. O aparecimento desta nova rede de caminhos pode relacionar-se com a nomeação por parte do Governo da Província de Cabo Verde de uma Comissão de Caminhos em 1861. Tal como refere Pires (1999), a necessidade de construir uma rede de caminhos no Concelho de Paul obedece à capacidade de Pombas se converter num novo centro administrativo. Nesta medida, na sequência da Comissão já mencionada, formou-se em 1875 uma nova comissão de habitantes deste Concelho para construir o caminho Janela – Porto Novo, que daria acesso a Pombas, um dos principais portos, a concorrer diretamente com Ponta do Sol.

Quadro 7. Caminhos mencionados nas descrições da segunda metade do séc. XIX.	
Autor	Caminhos
Chelmicki (1840)	<ul style="list-style-type: none"> – Ponta do Sol – Ribeira Grande. – Ribeira Grande – Paul. – Ribeira Grande – Porto dos Carvoeiros (Caminho Delgadinho).
Lopes de Lima (1844)	<ul style="list-style-type: none"> – Ponta do Sol – Ribeira Grande
Nogueira Ferrão (1892)	<ul style="list-style-type: none"> – Ponta do Sol – Ribeira Grande. – Ribeira Grande – Paul. – Ribeira Grande – Porto dos

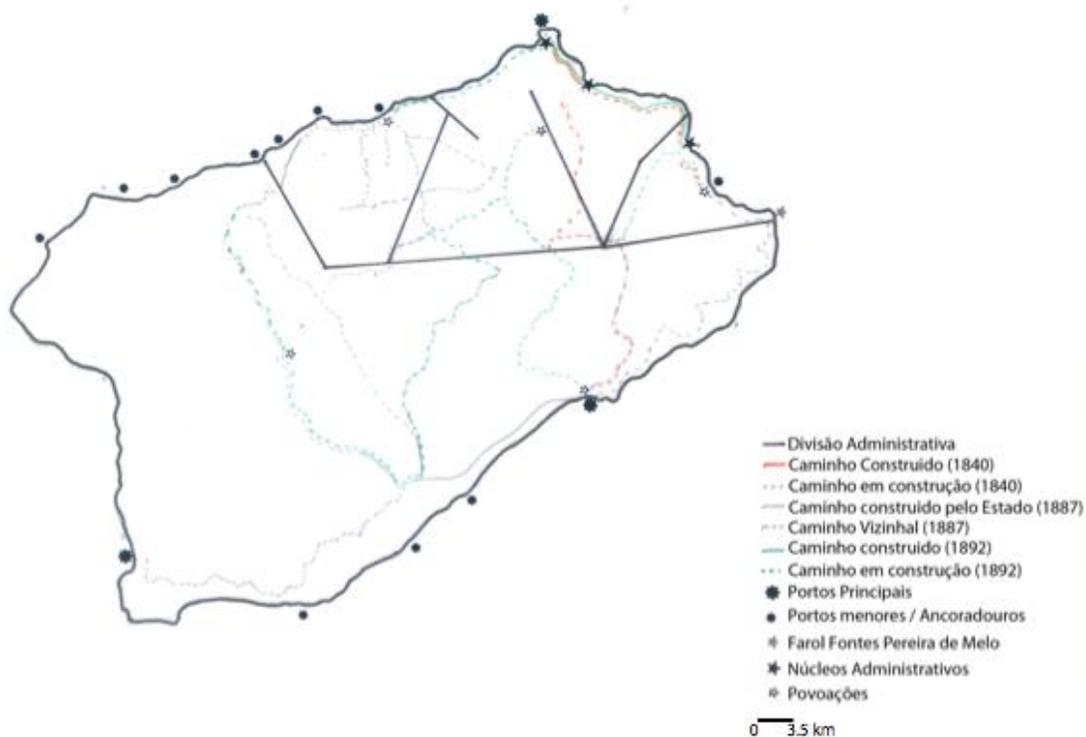
⁶⁰ Neste aspeto Chelmicki menciona que a construção destes caminos responde à iniciativa “do Provedor L.A. de Mello, e dos Srs. Manoel Ignacio Spencer e I. Boaventura de Leite, cujos nomes com gratidão repetimos, sem fazer despesa alguma ao Estado, a fora alguns barris de polvora e algumas peças de ferramenta, conseguiu fazer o camino da Villa para o Paul transitável, até a caballo e com carga. [...] ha outra estrada de Ponta do Sol á Villa, e outra chamada do Delgadinho, que debe fazer comunicação da Villa ao porto dos Carvoeiros, e que agora ha de estar já terminada.” (Chelmicki, 1840: 15)

	<p>Carvoeiros (Caminho Delgadinho).</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ribeira das Patas – Ribeira Grande (via Pinto, Cham de Lagoa, Barco de Ferro, Delgadinho, Corda, Ribeira Grande). – João Affonso – Ribeira Grande – Pombas – Porto dos Carvoeiros (via Ribeira do Paul). – Pombas – Porto da Janella. – Ribeira das Patas – Ribeira da Cruz. – Vila D. Maria Pia – Garça (via Fontainhas). – Ribeira Grande - Campo.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O aumento da rede viária entre 1840 e 1892 pode obedecer à conjuntura da existência do Concelho de Paul e à capacidade deste novo núcleo em inserir-se dentro das dinâmicas das freguesias que abarcava. Também, segundo menciona Pires Ferreira (2011), a Administração do Concelho de Paul foi bastante pró-ativa no Governo da Província para conseguir que se construíssem os caminhos necessários. Tal é o caso da Comissão de Obras Públicas que chegaria à ilha em 1861⁶¹, cuja finalidade era traçar diversos trajetos na ilha como forma de desenvolver a agricultura e minimizar os custos de transporte que influenciavam os rendimentos.

⁶¹ No *Boletim Geral de Cabo Verde*, nº 27, de 1861, no qual se divulga através da Portaria de Nomeação nº. 176, de 27 de Junho de 1861, a criação desta comissão para o “benefício e desenvolvimento da ilha de Santo Antão”.

Figura. 21 - Evolução dos caminhos da ilha de Santo Antão durante a segunda metade do séc. XIX.



Base cartográfica: Comissão de Cartografia (1930). *África Ocidental. Cabo Verde. Carta da ilha de Santo Antão*, Lisboa: Comissão de Cartografia..

OBSERVAÇÕES FINAIS

A reconstituição da evolução da organização do espaço na ilha de Santo Antão é um processo dinâmico, influenciado pela forma como cada estrutura temática incorpora novos componentes e significados; mas também, o papel que adquire a escala descritiva para delimitar e localizar especificamente cada fenómeno no espaço. Esta evolução é ainda produto duma maior participação institucional da metrópole na caracterização do espaço, especialmente pela ação da Comissão de Cartografia na descrição geográfica e representação cartográfica deste território.

As minhas observações conclusivas estão organizadas em duas subsecções, sendo a primeira relacionada com a estrutura temática, e a segunda com referência às duas hipóteses que sugeri no início do trabalho.

1. Evoluções a partir das dimensões espaciais.

A evolução da primeira dimensão espacial, o espaço físico, evidencia o papel central das características naturais (relevo e rede hidrográfica) na construção da paisagem de Santo Antão. Ao longo das descrições, essas características são utilizadas de diversas formas, como pontos ou linhas de referência para localizar diversas áreas, instrumentos para a delimitação espacial e a composição paisagística.

No caso das descrições da década de 1840 a sua função está mais associada ao processo de localização de cada espaço e à composição da paisagem de forma geral, para toda a ilha, surgindo algumas especificidades com referência aos principais centros urbanos (Ponta do Sol e Ribeira Grande) ou para tipificar as condições de mobilidade tanto nos portos como nos caminhos. No caso do relatório de 1892 amplia-se o seu uso para delimitar cada parte de Santo Antão, principalmente, para delimitar a divisão administrativa.

Finalmente devemos mencionar que a dimensão física evidencia a influência da escala na composição da paisagem. Enquanto as descrições dos anos 1840 concentram a sua atenção numa escala insular (Santo Antão como conjunto) e com dois centros administrativos centrais; em 1892 surge uma “escala sub-regional/local” marcada pela composição de cada freguesia. O aumento de informação disponível pode explicar-se pela ação da Comissão de Cartografia, como também pelo aparecimento de diversos textos geográficos sobre o espaço de Santo Antão.

No aspeto administrativo podem-se ver as transições entre diferentes centros administrativos, sendo dois de tipo histórico (Ponta do Sol e Ribeira Grande) e o aparecimento de Paul como resposta a novas correntes político-ideológicas. Neste processo observamos que as únicas instituições descentralizadas são as igrejas e as escolas, cuja distribuição, em 1892, reflete a distribuição populacional no interior de Santo Antão.

A dimensão demográfica e social evidenciam o impacto das condições climáticas sobre o número de habitantes. As continuas crises produto das secas e das fomes afetam permanentemente os valores médios da mortalidade e da natalidade.

No aspeto social a principal característica é o discurso racial modernista que tipifica uma hierarquia na composição demográfica. Nas descrições geográficas de 1840 observa-se uma distinção entre brancos, negros e mestiços. Em 1892, os mestiços serão vistos como nativos, testemunho dos primórdios dum discurso identitário cabo-verdiano marcado pela criouliidade (uma auto-representação da sua identidade). Outro aspeto sociocultural que se evidencia nas descrições está relacionado com os hábitos dos habitantes, existindo um juízo de valor associado ao consumo excessivo de álcool

No aspeto produtivo o modelo agrícola constitui o principal catalisador da economia local, sempre identificando diversos cultivos como os mais estratégicos para promover o desenvolvimento da ilha. Na década de 1840, o inventário de produtos estava concentrado na introdução do tabaco, do café e do algodão, e no anil e na urzela como produtos industriais. Mas, em 1892, observamos que a ilha conservaria a sua vocação agrícola, substituindo as culturas de algodão por cana-de-açúcar. Em 1892, a indústria não é um setor consolidado. Tanto a urzela como o anil deixam de ser produtos comerciais, e a única “indústria” existente está associada aos derivados da cana de açúcar, principalmente a produção de grog.

A dimensão da circulação evoluciona de forma considerável, sendo identificada como um catalisador para o desenvolvimento da ilha por parte de Chelmicki e de Lopes de Lima. A queixa recorrente era a ausência duma rede de caminhos que permitisse integrar o interior de Santo Antão. A rede viária que observamos na cartografia, em finais do séc. XIX, coincide com o aparecimento de novos pontos de povoamento no interior, especificamente, na freguesia de São João Batista.

No que respeita aos portos, a identificação continua de três portos principais conserva-se, sendo interessante o caso de Tarrafal. O seu isolamento mantém-no como um local

pouco desenvolvido, enquanto Carvoeiros adquire um maior peso pela sua proximidade com a ilha de São Vicente e o seu porto grande.

2. Observações frente às hipóteses

- A evolução da organização do espaço em Santo Antão é influenciada pela necessidade de explorar economicamente os territórios coloniais. Nesta medida, a estrutura das descrições privilegia uma visão económica e comercial, onde os componentes do espaço se explicitam em função do desenvolvimento insular e do fornecimento de maiores rendimentos para a metrópole.

A evolução da organização do espaço em Santo Antão está altamente vinculada a duas dinâmicas: a delimitação do espaço administrativo relacionada com a temática do poder e a rentabilidade agrícola. Seguindo a ideia que as descrições do séc. XIX respondem ao modelo sugerido por Feijó, no que respeita à forma de organizar as observações, o interesse económico prevalece na construção do espaço. A mensagem que se procura transmitir é a da “fertilidade do solo”, a presença de água, e as imensas possibilidades agrícolas mediante o inventário e a exaltação das culturas existentes.

- A escala descritiva converte-se na principal característica para distinguir o processo evolutivo da organização do espaço. Passando duma escala menor, geralmente associada à ilha como unidade, a uma escala maior, escala local/urbana, conseguimos observar o aparecimento de certas características focalizadas em diversas áreas. Não obstante, o Nordeste da ilha marcado pelos centros administrativos históricos, prevalece como epicentro informativo, enquanto as áreas mais isoladas conservam as características descritivas de fenómenos de conjunto.

Nas descrições da década de 1840 prevalece a escala insular para apresentar as informações relativas à agricultura, à demografia e às características físicas de Santo Antão. No relatório de 1892 o aparecimento da escala regional ou sub-regional baseada na divisão administrativa, permite observar como imergem novas áreas da ilha. No aspeto urbano o centro administrativo do Norte conserva o seu papel.

Como observação final é interessante refletir sobre a construção da imagem de Santo Antão ao longo da segunda metade do séc. XIX. As descrições caracterizam-se por divulgar uma imagem de prosperidade, baseada no imaginário da presença de fontes hídricas que permite o desenvolvimento duma rica e diversificada cultura agrícola. Esta

imagem contrasta permanentemente com as condições climáticas e geográficas, convertendo os textos em inventários de possibilidades que nem sempre respondem à realidade deste território.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias.

Descrições.

- Barcellos, Christianno José de Senna. (1892). *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa: Typografia do Jornal.
- Chelmicki, José Conrado Carlos de; Varnhagen, Adolfo. (1840-1842). *Corografia cabo-verdiana ou, Descrição geographico-historica da provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, Lisboa: Typografia de L. C. Da Cunha.
- Lopes de Lima, José Joaquim. (1844). “Livro Primeiro. Ensaio sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador” In *Ensaio sobre a statistica das possessões Portuguezas da Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China e na Oceania. Escriptos de Ordem do Governo de sua Magestade Fidelissima Senhora D. Maria II*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Nogueira Ferrão, Carlos Ribeiro. (1898). *Estudos sobre a ilha de Santo Antão*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Cartografia histórica

- Chelmicki, José Conrado Carlos de. (1843). *Carta do Archipelago das Ilhas de Cabo Verde*, escala [ca] 1: 730.000. Lisboa: Lytographia de A. C. Lemos.
- Lopes de Lima, José Joaquim. (1844). *Carta Hydrographica do Archipelago de Cabo Verde*, 1844, escala [ca]. 1:1.000.000. Lisboa: [s.n.].
- *Mappa da Provincia Insular de Cabo Verde*, 1861, escala [ca]: 1: 500.000. Lisboa.
- Leite, Pedro Rogeiro. [c. 1887]. *Croquis indicando os caminhos públicos da ilha de Santo Antão*, escala 1:100.000. Cota: Cartoteca do Centro de História do IICT, pasta 26, No. 7.
- Comissão de Cartografia. (1887). *Carta da Ilha de Santo Antão (Cabo Verde) 1887*, escala 1:100.000. Lisboa: Comissão de Cartografia.
- Christiano José de Senna Barcellos. (1892). *Carta da Ilha de Sto. Antão*, escala [ca.] 1:108.000. Lisboa: *Typografia do Jornal*.
- Comissão de Cartografia. (1900). *Archipelago de Cabo Verde*, escala: 1:500.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.

- Comissão de Cartografia. *Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de Sto. Antão, Plano Hydrographico do Porto da Ponta do Sol* escala 1: 10.000; Lisboa: Lit. Castro e Cia.
- Comissão de Cartografia. *Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de S. Antão, Reconhecimento Hydrographico do Porto dos Carvoeiros* escala 1: 3.000, Lisboa.
- Comissão de Cartografia (1911). *Carta da Ilha de Sto. Antão (Cabo Verde)* escala 1:150.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.
- Comissão de Cartografia. (1914). *Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de Santo Antão, Reconhecimento do Porto de Paul*, Lisboa: Comissão de Cartografia.
- Comissão de Cartografia. (1932). *África Ocidental –Cabo Verde, Carta da Ilha de Sto. Antão*, escala 1: 75.000. Lisboa: Comissão de Cartografia.

Fontes Secundárias.

- Anónimo (1784). *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde e seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meus mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligencia de um Amante da Pátria e Leal Fiel Vassalo de Sua Magestade Fidelíssima* editado por Carreira, António. (1985), Lisboa: Instituto Caboverdiano do livro.
- Barcellos, Christianno José de Senna. (1899). *Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné: Memória apresentada à Real Academia de Sciencias de Lisboa. Parte I*, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Barcellos, Christianno José de Senna.. (1900). *Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné: Memória apresentada à Real Academia de Sciencias de Lisboa. Parte II*, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Barcellos, Christianno José de Senna.. (1904). *Alguns Apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa: Cooperativa Militar.
- Barcellos, Christianno José de Senna.. (1905). *Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné: Memória apresentada à Real Academia de Sciencias de Lisboa. Parte III*, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Borja y Salamanca, Luís. (1874). *Derrotero de las islas de Cabo Verde*, Madrid: Dirección de Hidrografia.

- Feijó, João da Silva. (1815). “Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1797” In *Memorias Economicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e em suas Conquistas, Tomo V, pp 145 – 154*, Lisboa: Officina da mesa Academia.
- Feijó, João da Silva. (1815). (1815). “Memoria sobre a Urzella em Cabo Verde” In *Memorias Economicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e em suas Conquistas, Tomo V, pp 172 - 193*, Lisboa: Officina da mesa Academia.
- Friedlaender, Immanuel –(Trad. A.j: Garcia Guerreiro). (1914). *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde*, Lisboa: Tip. da Coop. Militar
- Martins, João Augusto. (1891). *Madeira, Cabo-Verde e Guiné*, Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.
- Pusich, António. (1822) “Memória ou descrição físico-politica das ilhas de Cabo Verde”, In Orlando Ribeiro (1956), *As Ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX, Garcia de Orta, IV (4), Junta das Missões Geográfica e de Investigações do Ultramar*, pp. 605-634.
- Valdês, Francisco Travassos.(1864). “Capitulo III. Cabo Verde (Ilhas de Barlovento) In *Africa Occidental. Noticias e Considerações Tomo I*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp 105 – 176.
- Vasconcellos, Ernesto J. de C. (1903). *As colónias portuguesas : geographia physica, politica e económica*, Lisboa : Typographia da Companhia A Editora.
- Vasconcellos, Ernesto –Coor- (s.d.). *Exposição de cartographia nacional 1903-1904: catálogo*. Lisboa : A Liberal - Oficina Typographica.

Bibliografia Geral.

Geografia Histórica

- Baker, Alan R. H. (2003). *Geography and History: Bridging the Divide*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Blais, Hélène. (2009). “Coloniser l'espace : territoires, identités, spatialité” In *Genèses 1 – 2009, No 74*, pp. 145-159. URL : www.cairn.info/revue-geneses-2009-1-page-145.htm. DOI : 10.3917/gen.074.0145.
- Boulanger, Philippe. (2012). “La renaissance de la géographie historique en France depuis les années 1990” In *Revue de géographie historique, N°1 Regards sur la géographie historique française*, novembre 2012. Disponível

- [http://enec.in2p3.fr/SGHProject/reviews/view/1/Regards sur la géographie historique française](http://enec.in2p3.fr/SGHProject/reviews/view/1/Regards_sur_la_geographie_historique_francaise) (Consultado o 30 de janeiro de 2013).
- Butlin, Robin A. (2009). *Geographies of Empire. European Empires and Colonies c. 1880 – 1960*, Cambridge: Cambridge University Press.
 - Claval, Paul. (2012). “La géographie historique, une courte histoire” In *Revue de géographie historique*, N°1 Regards sur la géographie historique française, novembre 2012. Disponível [http://enec.in2p3.fr/SGHProject/reviews/view/1/Regards sur la géographie historique française](http://enec.in2p3.fr/SGHProject/reviews/view/1/Regards_sur_la_geographie_historique_francaise) (Consultado o 30 de janeiro de 2013).
 - Edney, Matthew H. (1997). *Mapping an empire : the geographical construction of British India, 1765-1843*, Chicago: Chicago University Press.
 - Guelke, Leonard. (1982). *Historical Understanding in Geography: An Idealist Approach*, Cambridge: Cambridge University Press.
 - Holdsworth, Deryck W.(2002). “Historical geography: the ancients and the moderns – generational vitality” In *Progress in Human Geography*, October 2002, Vol. 26, No. 5, pp 671-678.
 - Klein, Bernhard. (2001). *Maps and the writing of space in early modern England and Ireland*, Houndmill: Palgrave.
 - La Blache, P. Vidal de. (1922) *Principes de Géographie Humaine*, Paris: Librairie Armand Colin.
 - Orella, José Luís. (2010). “Geohistoria” In *Lurralde: investigación y espacio*, No. 33, (2010), pp. 233-310. Disponível: <http://www.ingeba.org/lurralde/lurranet/lur33/33orellaateneo/33orelateneo.pdf> (Consultada 15 de janeiro de 2013).
 - Pacione, Michael. (1986). *Historical geography*, London: Croom Helm.
 - Sack, Robert D. (1986). *Human territoriality*, Cambridge: Cambridge University Press.
 - Saudan, Marie. (2001). “Géographie historique” In *Hypothèses 1/2001* [s.n], p. 13-25. Disponível URL : www.cairn.info/revue-hypotheses-2001-1-page-13.htm.
 - Van Ausdal, Shawn, (2006). “Medio siglo de geografía histórica en Norteamérica” In *Historia Crítica, Revista No 32, Diciembre 2006, pp 198-235*. Disponível: http://historiacritica.uniandes.edu.co/view.php/240/datos/pdf/descargar.php?f=.data/H_Critica_32/09_H_Critica_32.pdf (Consultada 12 de dezembro de 2012).
 - Wardenga, Ute. (2006). “German geographical thought and the development of länderkunde” In *Inforgéo*, 18/19, Lisboa: Edições Colibri. Disponível: [http://www.apgeo.pt/files/section44/1227034997_Inforgéo 18 19 p135a155.pdf](http://www.apgeo.pt/files/section44/1227034997_Inforgéo_18_19_p135a155.pdf) (Consultado 25 de janeiro de 2013).

Cartografia

- Besse, Jean-Marc. (2008). “Cartographie et pensée visuelle: réflexions sur la schématisation graphique” In I. Laboulais (dir.), *Les usages des cartes (XVIIe-XIXe siècle)*. Pour une approche pragmatique des productions cartographiques, Presses universitaires de Strasbourg, pp 19-32. Disponível: <http://www.youscribe.com/catalogue/rapports-et-theses/savoirs/sciences-humaines-et-sociales/cartographie-et-pensee-visuelle-reflexions-sur-la-schematisation-1547679> (Consultado 15 de janeiro de 2013).
- Dainville, François de. (2002). *Le langage des géographes : termes, signes, couleurs des cartes anciennes 1500-1800*, Paris: Picard.
- De Menezes, Paulo; Rossete, Adeline. (2003). Erros comuns na cartografia temática. Disponível em: http://www.geosenso.com/arquivos/Erros_Cart_Tematica_2003.pdf.
- Domingues, Álvaro António Gomes. (1985). “A geografia regional «vidaliana» Enquadramento teórico-metodológico e ideológico” In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série. Vol. I. Porto. pp 113 - 134 .
- Joly, Fernand. (1976). *La cartographie*, Paris: Presses Universitaires de France.

Paisagem

- Baker, Alan. (1992). *Ideology and landscape in historical perspective*, Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge studies in historical geography No. 18).
- Besse, Jean-Marc. (2010). “Le paysage, espace sensible, espace public” In *Meta: Research in hermeneutics, phenomenology, and practical philosophy* Vol. II, No. 2, pp 259-286. Disponível: http://www.metajournal.org//articles_pdf/259-286-jm-besse-meta4-tehno.pdf (Consultada 20 de janeiro de 2013).
- Besse, Jean-Marc. (s.d.). “L’espace du paysage. Considerations théoriques” In Luna, Toni; Valverde Isabel. *Teoria y Paisaje: reflexiones desde miradas interdisciplinarias*. Disponível: http://www.catpaisatge.net/fitxers/publicacions/teoria_paisaje/Teoria_y_paisaje.pdf (Consultada 5 de novembro de 2013).
- Paasi , Anssi. (2002). “Place and region: regional worlds and words” In *Progress in Human Geography*, 2002, 26,6, pp 802-811. DOI: 10.1191/0309132502ph404pr.

História de Portugal

- Corkill, David; Pina Almeida, José Carlos (2009). “Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940” In *Journal of Contemporary History* July 2009 vol. 44 no. 3 381-399. Versão online disponível em <http://jch.sagepub.com/content/44/3/381.abstract> (Consultada o 30 de Janeiro de 2012).
- Cunha, Luís (2001). *A nação nas malhas da sua identidade : o Estado Novo e a sua construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Garcia, José Luís Lima. (2011). *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924 – 1974*, Universidade de Coimbra: Tese de Doutoramento em História. Disponível: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20029/1/Tese-AGC-Lima%20Garcia.pdf> (Consultada Agosto 1 de 2013).
- Guimarães, Ângela. (1984). *Uma corrente do colonialismo português : a Sociedade de Geografia de Lisboa : 1875-1895*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Matoso, José –Dir-. (1993). *História de Portugal. Quinto Volume. O Liberalismo (1807 – 1890)*, Lisboa Círculo de Leitores.
- Mesquita, António Pedro. (2006). *O pensamento político português no século XIX*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pereira, Miriam Halpern. (1994) *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa: Editorial Presença.
- Rego, António da Silva. (1969). *O ultramar português no século XIX: 1834 – 1910*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Valentim, Alexandre –Coor-. (1998). *O império Africano*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Valentim, Alexandre. (2000). *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808 – 1975)*, Porto: Afrontamento.
- Vargaftig, Nádia (2010). “Les expositions coloniales sous Salazar et Mussolini (1930-1940)” In *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* No. 4/2010 (n° 108), pp 39-52. Versão online disponível em: www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2010-4-page-39.htm (Consultada o 16 de Dezembro de 2011)

Cabo Verde.

- Akesson, Lisa. (2004). *Making a life*, Göteborg: Göteborg University, Department of Social Anthropology.
- Amaral, Ilídio do. (1964). *Santiago de Cabo Verde : a terra e os homens*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- Amorim, Inês. (2010). “Las Islas de Cabo Verde en la ruta de lo sal : la construcción de un complejo económico de época moderna” In Fábregas, Adela, coord. (2010). *Islas y sistemas de navegación durante las Edades Media y Moderna*, pp 359 - 411, Granada: Alhulia.
- Brito-Semedo, Manuel. (2006). *A construção da Identidade Nacional –Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Carreira, António. (1987). *Descrições Oitocentistas de Cabo Verde*, Praia, Cabo Verde: Gráf. Europam.
- Carreira, António. (1983). *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata 1460 – 1878*, Praia: Instituto Cabo-verdeano do livro.
- Cabral, Iva Maria. (2009). “Politica e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena” In *História Geral de Cabo Verde Vol III*, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional de Investigação e Promoção e Património Culturais de cabo Verde.
- Comissão organizadora da Primeira Exposição Colonial Portuguesa. (1934). “O Império Português na primeira Exposição Colonial Portuguesa : Album-catálogo oficial” In *Boletim das Colonias*, Vol. X, Nº 109.
- Dias, Maria Helena. (1999). “Marcas portuguesas na moderna cartografia cabo-verdiana” In *Finisterra*, XXXIV, 67 – 68, pp 95 – 109.
- Filho, João Lopes. (1985) *Cabo Verde : subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa: Plátano Editora.
- D. Gabriels; M. Mannaerts. (2000). “Rainfall and erosivity in Cape Verde” In *Soil & Tillage Research* No. 55 pp 207 – 212. Disponível: http://www.itc.nl/library/Papers_2000/mannaerts_rai.pdf . (Consultada 1 de Agosto de 2013.).
- Guedes, Maria Estela. (1997). “José da Silva Feijó. Viagem filosófica a Cabo Verde” In *Asclepio Vol XLIX*, No. 1, pp 131 – 138. Disponível: <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/issue/view/36> (Consultada Maio de 2013).
- Lopes, Manuel. (1991). *Os flagelados do vento de leste*, Lisboa: Vega.

- Martins, Bruno; Rebelo, Fernando (2009) “Erosão e paisagem em São Vicente e Santo Antão (Cabo Verde): o risco de desertificação” In *Territorium* No. 16 Disponível:
<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/13288/1/Erosão%20e%20paisagem%20em%20São%20Vicente%20e%20Santo%20Antão.pdf> (Consultada 1 de Agosto de 2013).
- Mello, Maria da Luz. (2010). *A cidade do Mindelo: identidade cultural e linguística (1850 – 1975)*, Universidade do Porto: Dissertação do Mestrado em Linguística.
- Mendes, Arlindo. (2003). *A atitude do santiaguense perante a morte: rituais fúnebres*, Porto: Universidade do Porto (Dissertação do Mestrado em Estudos Africanos).
- Neves, Baltazar Soares. (2008). *O seminário-liceu de S. Nicolau contributo para a história do ensino em cabo verde*, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Ramos, António Manuel. (2009). *Conflitos de Identidades em Cabo Verde: Análises dos casos de Santiago e São Vicente*, Porto: Universidade do Porto (Dissertação do Mestrado em Estudos Africanos).
- Ribeiro, Orlando. (1960). *A ilha de Fogo e as suas erupções*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Santos, Maria Emília Madeira. –coor- (2002). *História Geral de Cabo Verde Vol III*, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional de Investigação e Promoção e Património Culturais de cabo Verde.
- Santos, Maria Emília Madeira; Garcia, João Carlos, dir (2010). *Álbum cartográfico de Cabo Verde : Comissão de Cartografia (1883-1936)*. Lisboa : Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2010.
- Silva, António Leão Correia e. (2000) *Nos tempos do Porto Grande de Mindelo*, Praia-Mindelo: Centro Cultural Português.
- Soares, Maria João. (2009) “A Igreja em tempo de mudança política, social e cultura” In *História Geral de Cabo Verde Vol III*, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional de Investigação e Promoção e Património Culturais de cabo Verde.
- Teixeira, António José da Silva. (1958). *A agricultura de Cabo Verde: cartas agrícolas. Problemas agrários*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (Memórias da junta de investigações do ultramar No. 2).

- Varela, Edmilson Jesus Ramos Oliveira. (2010). *Representações de Cabo Verde e dos cabo-verdianos: 1890-1910*, Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação do Mestrado em História Contemporânea).
- Veiga dos Santos, Danilo de Jesus,. (2011). *O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844)*, Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação do Mestrado em História de África).

Ilha de Santo Antão (Cabo Verde).

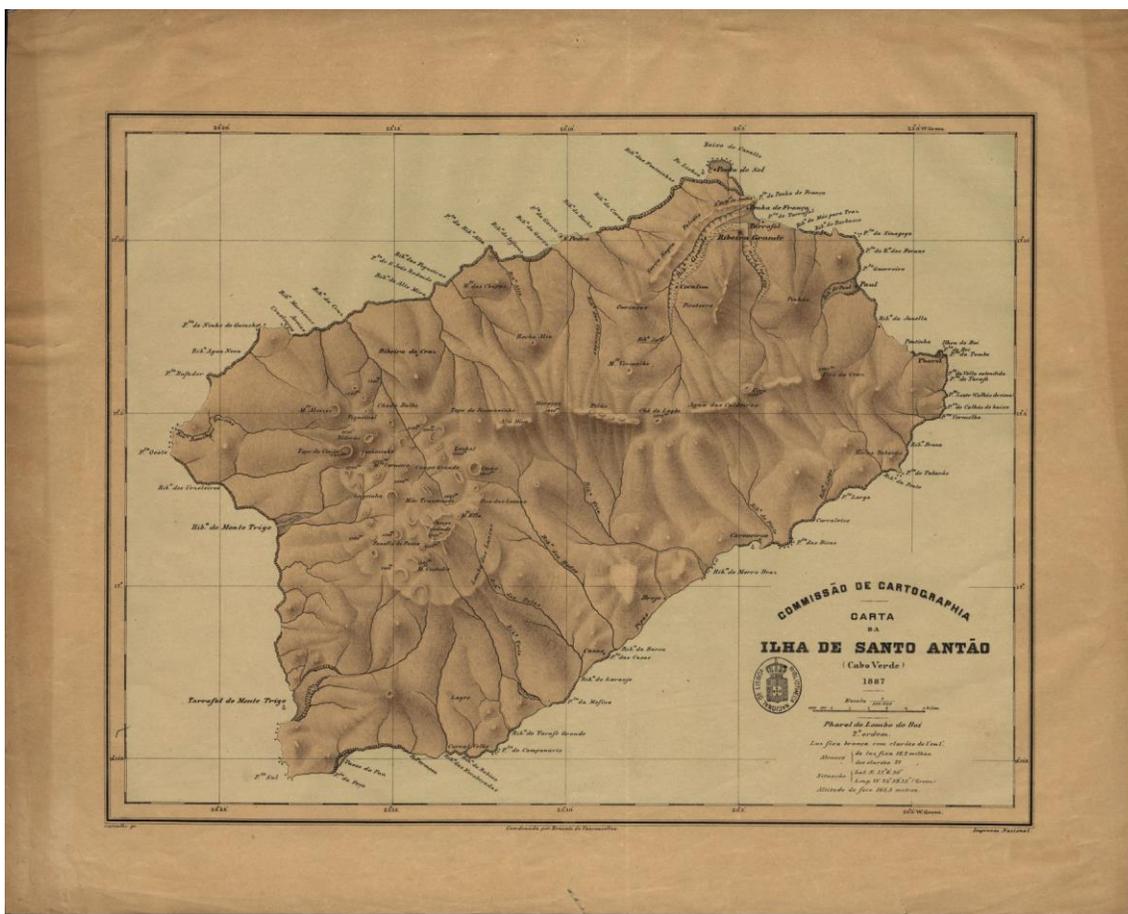
- Andrade, Suély Brito. (2005). *As crises cíclicas (secas e fomes) em Santo Antão na 1ª metade do século XX*, Cabo Verde: Tese de Licenciatura do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- Dias, Andreza Costa. (2006). *Evolução histórica do Concelho do Porto Novo (1912 – 2005): aspectos da administração, da economia e do quotidiano*, Cabo Verde: Tese de Licenciatura do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- Évora, José Silva. (2005). *Santo Antão no limiar do século XIX: da tensão social às insurreições populares (1886/1894) –Uma perspetiva histórica*, Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional –Colecção Monografias.
- Graça, Ruth Ivone Pires Monteiro da, (2005). *A ilha de Santo Antão. Mitos e crenças populares*, Cabo Verde: Tese de Licenciatura do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- Lopes, Maria José. (2005). *Surgimento de Câmaras Municipais nas ilhas do Norte. Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente. Notas para o seu estudo*, Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional –Colecção Monografias.
- Pires Ferreira, José Manuel Silva. (1999). *Geração dourada –Ensaio da História do Paul de Santo Antão, 1861 – 1893*, S. Vicente: Edições Calabedotche.
- ----. (2011). *Revolta de 1894 em Santo Antão pela República*, Praia: Editura – Central Comum de Edições do Ministério de Cultura.
- Rocha, Agostinho. (1990). *Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- Rodrigues, Maria de Jesus Nobre. (2006). *Subsídios para a história da Igreja Católica na ilha de Santo Antão: o caso da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário*, Cabo Verde: Tese de Licenciatura do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- Silva, António Leão Correia e. (1996). *Histórias de um Sahel insular*, Praia: Spleen Edições.

ANEXOS.

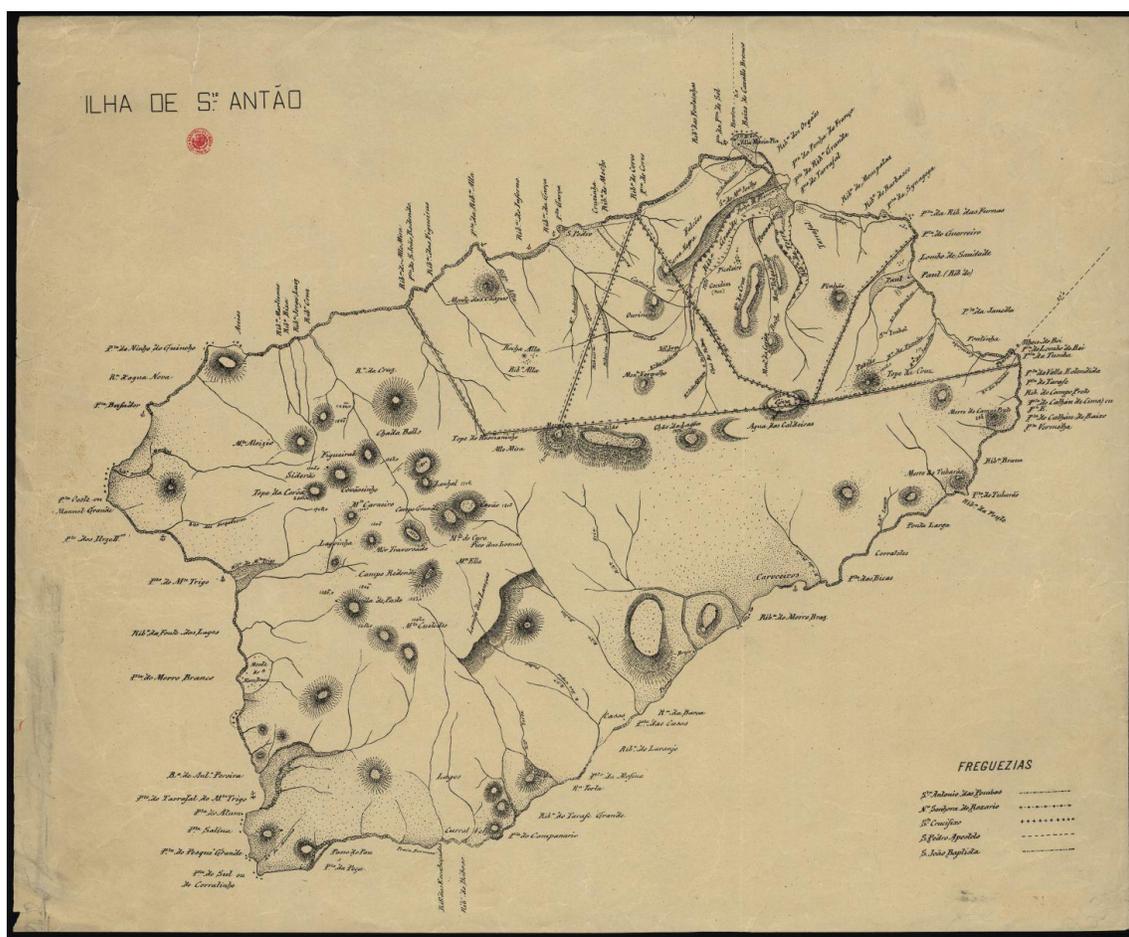
Leite, Pedro Rogeiro. [c. 1887]. *Croquis indicando os caminhos públicos da ilha de Santo Antão*, escala 1:100.000. Cota: Cartoteca do Centro de História do IICT, pasta 26, No. 7.



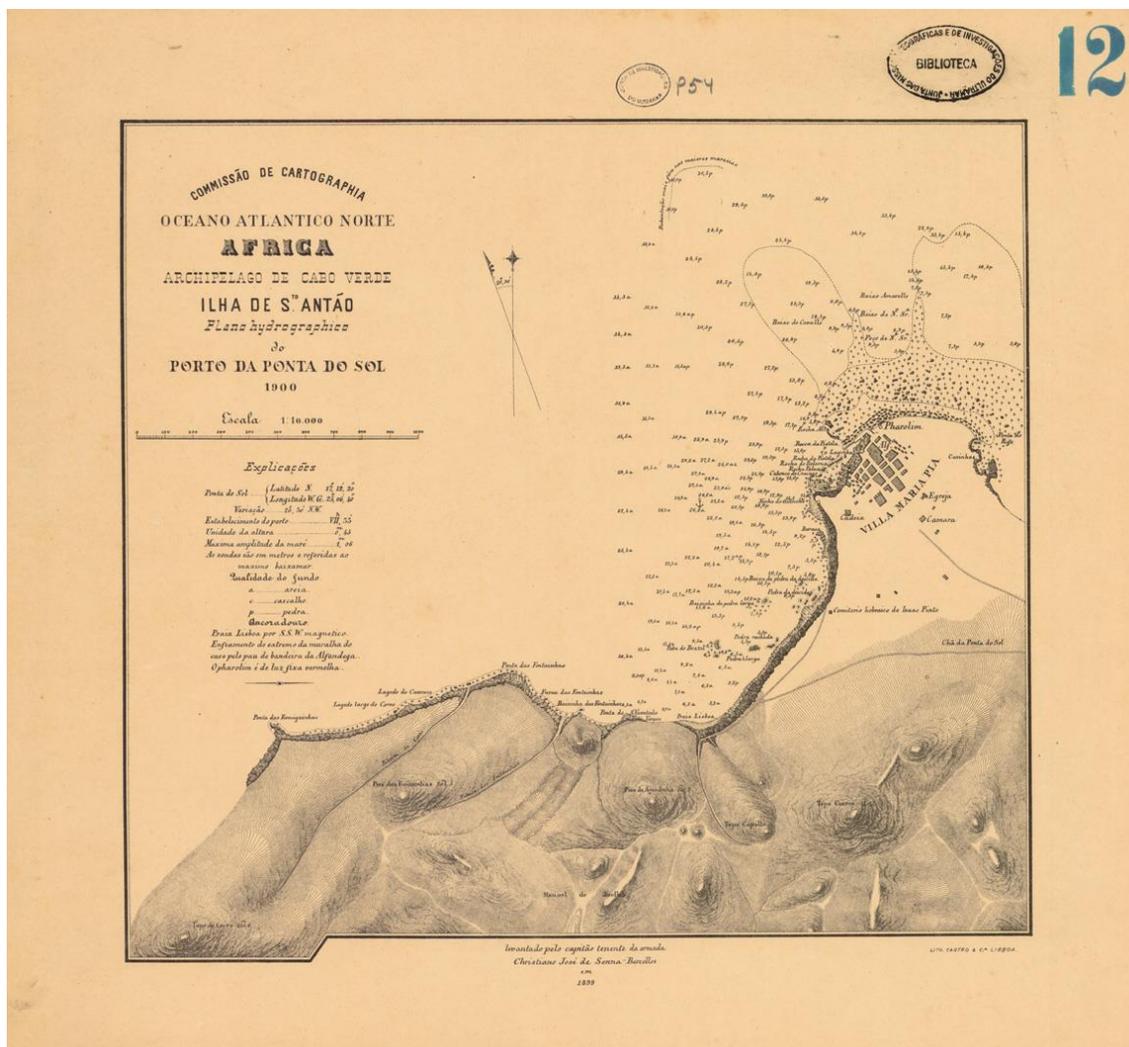
Comissão de Cartografia. (1887). *Carta da Ilha de Santo Antão (Cabo Verde) 1887*, escala 1:100.000. Lisboa: Comissão de Cartografia.



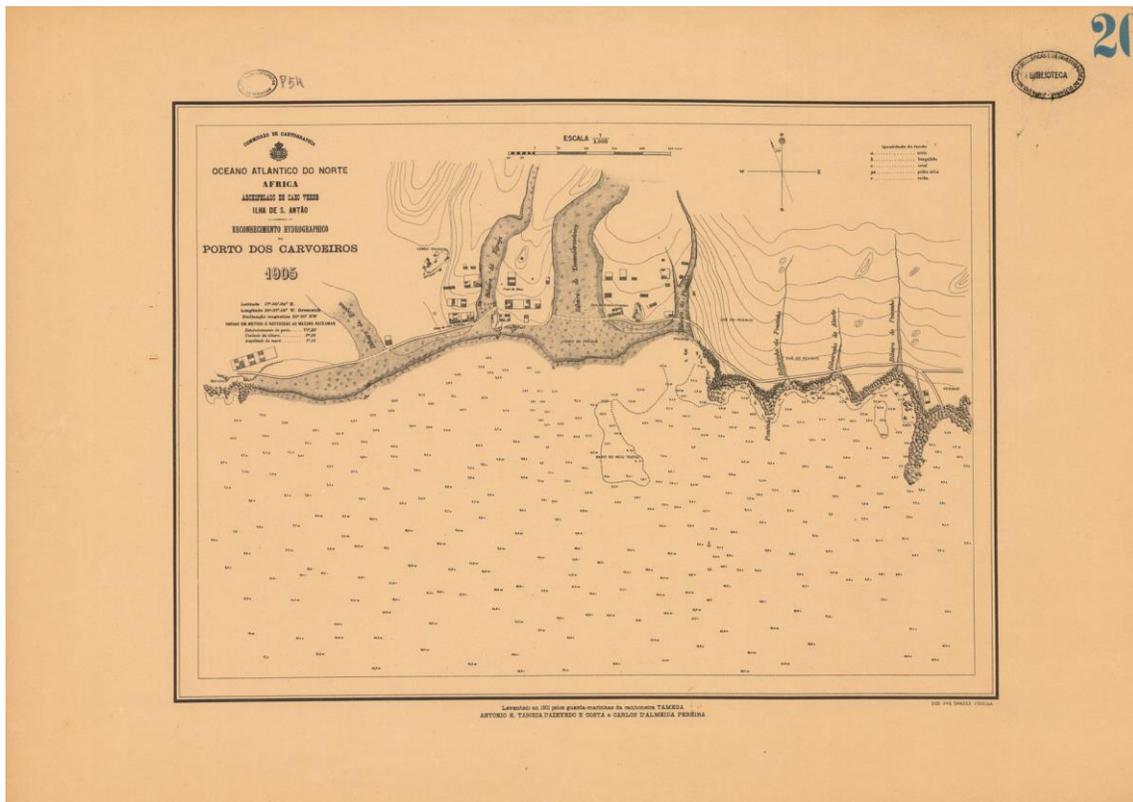
Christiano José de Senna Barcellos. (1892). *Carta da Ilha de Sto. Antão*, escala [ca.] 1:108.000. Lisboa: *Typografia do Jornal*.



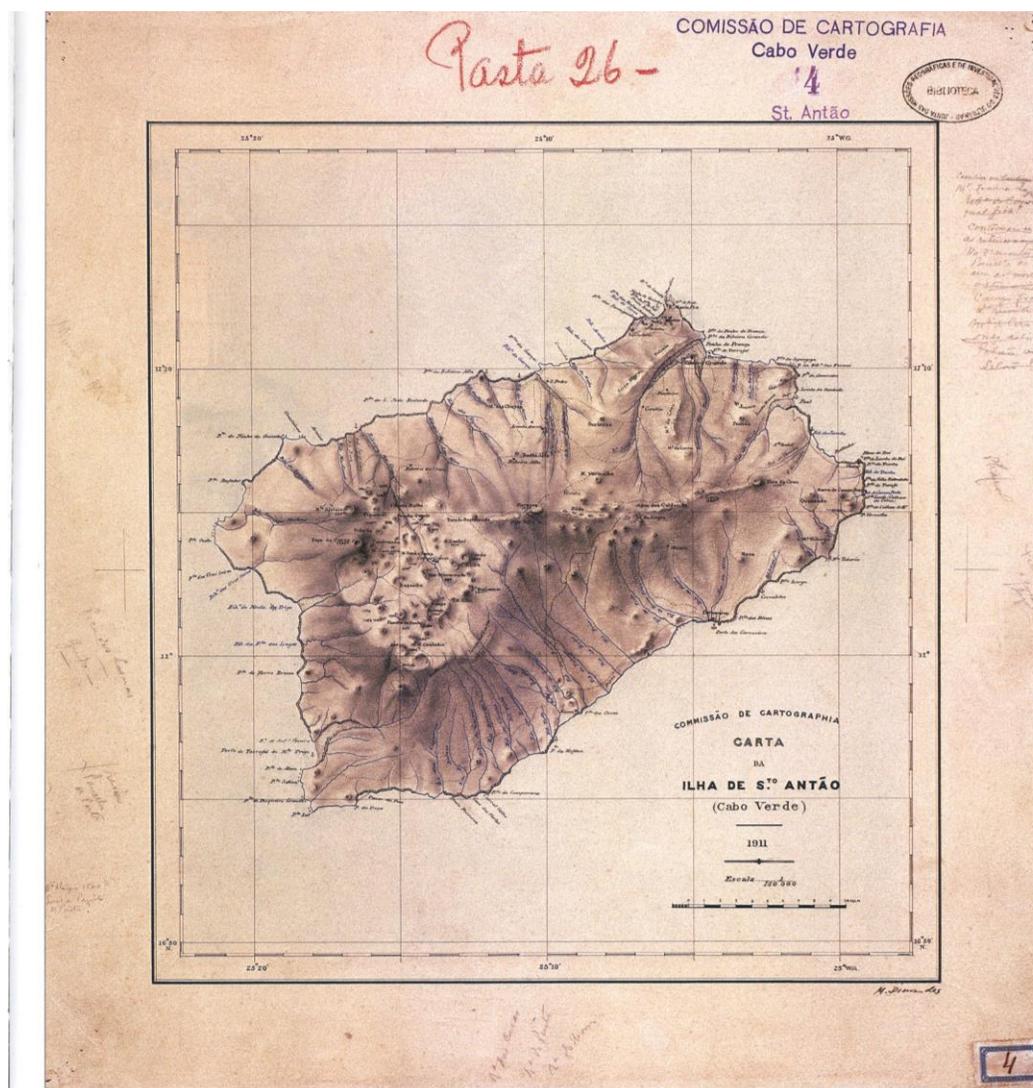
Comissão de Cartographia. *Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de Sto. Antão, Plano Hydrographico do Porto da Ponta do Sol* escala 1: 10.000; Lisboa: Lit. Castro e Cia



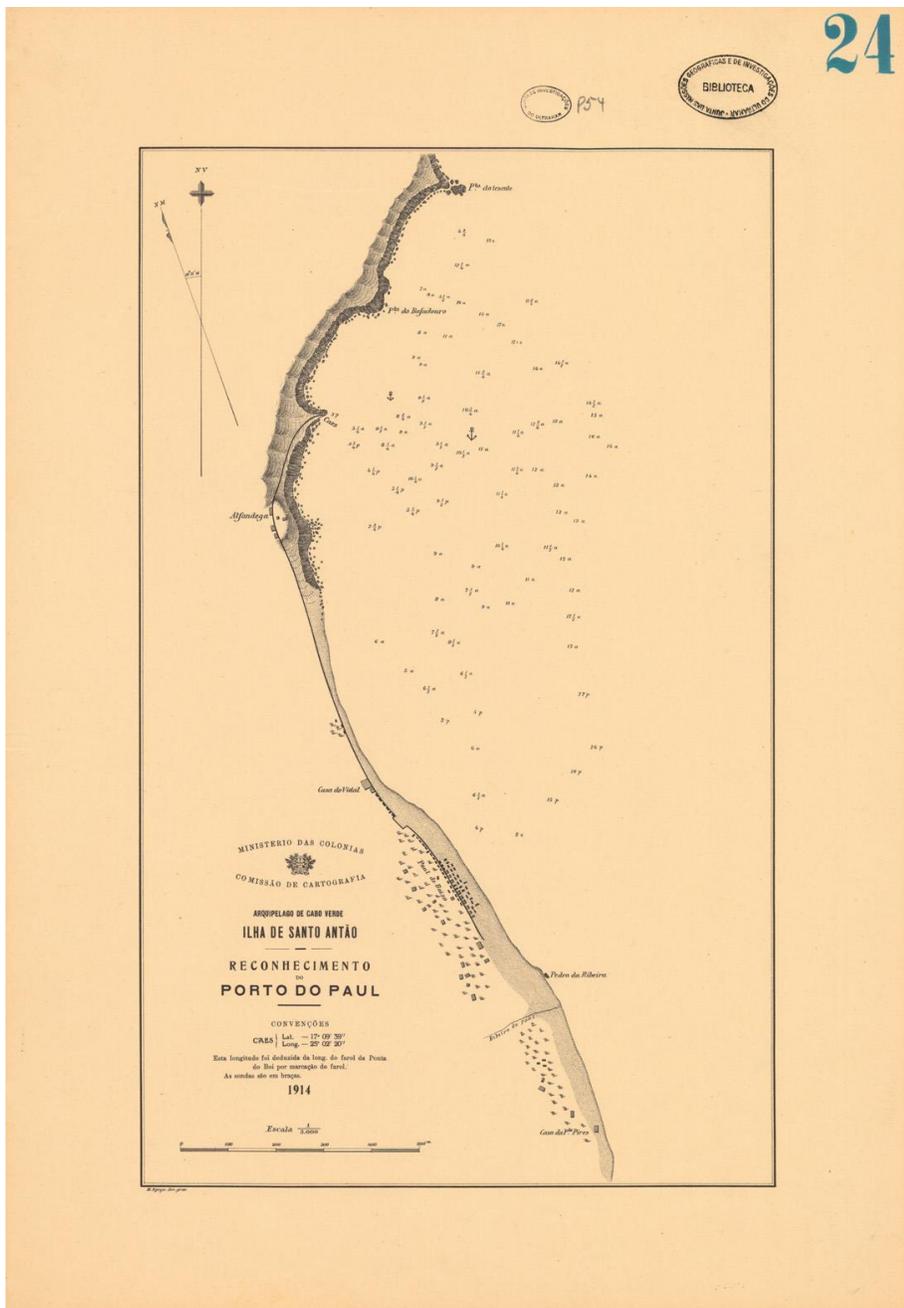
Comissão de Cartografia. Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de S. Antão, Reconhecimento Hydrographico do Porto dos Carvoeiros escala 1: 3.000, Lisboa.



Comissão de Cartografia (1911). *Carta da Ilha de Sto. Antão (Cabo Verde)* escala 1:150.000, Lisboa: Comissão de Cartografia.



Comissão de Cartografia. (1914). *Oceano Atlântico Norte: África – Archipélago de Cabo Verde, Ilha de Santo Antão, Reconhecimento do Porto de Paul*, Lisboa: Comissão de Cartografia.



Comissão de Cartografia. (1932). *África Ocidental –Cabo Verde, Carta da Ilha de Sto. Antão*, escala 1: 75.000. Lisboa: Comissão de Cartografia.

